

# QUESTÕES ECONÔMICAS E ACADÊMICAS



**PEDRO SISNANDO LEITE**

**QUESTÕES ECONÔMICAS  
E ACADÊMICAS**

**FORTALEZA – CEARÁ  
2006**

## **Questões Econômicas e Acadêmicas**

© 2006 copyright by Pedro Sisnando Leite

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

PROJETO GRÁFICO E CAPA

[carlosalberto.adantas@gmail.com](mailto:carlosalberto.adantas@gmail.com)

REVISOR

Florianio Lopes de Jordão

BIBLIOTECÁRIO

Eduardo Freire Barbosa

L533 **Leite, Pedro Sisnando**  
**Questões econômicas e acadêmicas./Pedro**  
**Sisnando Leite. – Fortaleza: LCR, 2006.**  
**158p. ; 21 cm**

ISBN 85-86806-33-1

1. Universidade pública 2. Universidade Federal do Ceará I. Título.

CDD 378.1

Administração de Instituições de ensino superior – 378.1

Este livro é dedicado ao estimado Professor Antônio de Albuquerque Sousa Filho, que influenciou muito minha vida acadêmica e profissional.



“A educação tem como objetivos formar mentes que possam ser críticas, que possam verificar, ao invés, de aceitar tudo que lhes é oferecido.”

Piaget



## SUMÁRIO

REFÁCIO .....	11
---------------	----

### PARTE I

#### Questões Acadêmicas

A ESPINHA DORSAL DA MODERNIDADE DO CEARÁ .....	15
UFC: SINAL VERDE PARA AGIR .....	19
A UFC NA DÉCADA DE 90 .....	21
O PAPEL DA UFC PARA O ANO 2000 .....	23
AS UNIVERSIDADES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	26
MODELOS PARA VERBAS DAS UNIVERSIDADES .....	28
O QUE SERIA O CEARÁ SEM A UFC? .....	31
AS UNIVERSIDADES DO NORDESTE ACERTAM O PASSO .....	33
INGRESSANDO NO INSTITUTO DO CEARÁ .....	36
SAUDAÇÃO DE EDUARDO BEZERRA NETO .....	49
OBRIGADO, JÂNIO QUADROS .....	53

### PARTE II

#### Questões Econômicas

ARMADILHA IDEOLÓGICA DA ECONOMIA .....	57
SOCIAL-DEMOCRACIA PODE SER NOVA VIA .....	59
MODELOS DE DESENVOLVIMENTO .....	63
A VEZ DO PLANEJAMENTO .....	66
REINVENTANDO O NORDESTE .....	69
A NOVA ECONOMIA DA INFORMAÇÃO .....	72
NOVO PLANO, VELHOS PROBLEMAS .....	75
PLANO REAL: HORA DE PISAR NO FREIO .....	78
REVERSO DO REAL .....	81
AS CAUSAS DA INFLAÇÃO .....	83
ASRAÍZES DA INFLAÇÃO SÃO VÁRIAS... MAS QUEM É O VILÃO .....	86
CUBA PODE SOBREVIVER? .....	89
A AGRICULTURA DO NORDESTE E O III PLANO DIRETOR DA SUDENE .....	93

**PARTE III**  
**Planejamento Estratégico**

INTRODUÇÃO .....	129
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFC .....	131
ENSINO DE MELHOR QUALIDADE .....	133
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO .....	135
PRIORIDADES PARA A EXTENSÃO .....	138
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS .....	140
PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE .....	141
DESENVOLVIMENTO DA INFORMÁTICA NA UFC .....	142
SÍNTESE DO PLANO INSTITUCIONAL DA UFC: 1984-1987 ....	143
ESTRUTURA DA METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UFC: 1991-1995 .....	151

## PREFÁCIO

Ingressei na Universidade Federal do Ceará como professor auxiliar da Faculdade de Ciências Econômicas. Foi um concurso muito concorrido, supervisionado pelo prof. Ary de Sá Cavalcante, então diretor da instituição. Recordo-me que dos sete candidatos, três eram colegas do Banco do Nordeste e outros do Instituto de Economia do Ceará.

Em anos seguintes, submeti-me a concurso para professor assistente, professor efetivo e, com muito esforço e novas competições, para professor adjunto. Finalmente, depois de 20 anos de experiência e produção acadêmica, ultrapassei a mais difícil e aspirada função de professor titular de Desenvolvimento Econômico, do Departamento de Teoria Econômica da UFC. A tese apresentada para essa finalidade foi sobre “Escandinávia: Democracia, Desenvolvendo o Bem-Estar”.

Nos cursos de graduação lecionei, no âmbito da Universidade, Introdução à Economia, Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Rural. Nos cursos de mestrado, ministrei cursos sobre Desenvolvimento Econômico, no CAEN, e Desenvolvimento Rural Integrado, no Curso de Mestrado em Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias. Neste último curso, colaborei por dez anos como professor titular dessa cadeira. Experiência rica de aprendizagem, no entanto, foi na administração universitária. Passei oito anos como Pró-Reitor de Planejamento da UFC, nos reitorados dos professores Anchieta Esmeraldo Barreto (1984-1987) e Antônio de Albuquerque Sousa Filho (1992-1995). Nesse período, participei de várias atividades acadêmicas no Conselho de Reitores e no Ministério da Educação.

Afastei-me das minhas atividades acadêmicas para exercer o honroso cargo de Secretário de Desenvolvimento Rural do Ceará no período de 1995-2002, no Governo Tasso Jereissati.

Vale assinalar que, durante vinte anos, ao mesmo tempo que ministrava aulas na Universidade Federal do Ceará também trabalhava no Banco do Nordeste do Brasil, onde exercia a função técnica de economista no Departamento de Estudos Econômicos (ETENE). Portanto, com direito a acumulação de função científica e de magistério.

Tudo isso para dizer apenas que as notas que constam deste livreto foram preparadas durante o período em que ocupava as funções de Pró-Reitor da Universidade Federal do Ceará. Os pensamentos expostos, no entanto, retratam minhas vivências como professor de teoria econômica e profissional que trabalhava no mundo real do desenvolvimento regional pertinente as minhas funções no Banco do Nordeste. Diziam que essa instituição era uma verdadeira universidade. Concordo com isso.

Alguns dos tópicos das partes I e II deste trabalho foram publicados no jornal “O Povo” ao longo do período de 1984-2001. A Parte III contém um resumo de documento apresentado à comunidade acadêmica como subsídio para o planejamento das atividades da Universidade Federal do Ceará, no período de 1991-95, quando ocupei a função de pró-reitor de planejamento.

Constam dos Apêndices três documentos: I – Agricultura do Nordeste e o III Plano Diretor da SUDENE; II – Síntese do Plano Institucional da UFC: 1984-1987 e II – Estrutura da Metodologia de Planejamento Estratégico da UFC: 1991-1995.

Como membro do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, animei-me em resgatar as idéias que foram por mim expostas à opinião pública cearense e aos meus alunos naquele período.

Os meus colegas da Academia Cearense de Ciências e da Academia de Ciências Sociais do Ceará também foram de opinião que a divulgação das reflexões econômicas e experiências de administração universitária de vida acadêmica não deveriam ser perdidas.

PARTE I  
QUESTÕES ACADÊMICAS



## A ESPINHA DORSAL DA MODERNIDADE DO CEARÁ

*Será que não nos atrevemos porque as coisas são difíceis ou será que são difíceis porque não nos atrevemos.*

SÊNeca

Como reestruturar a Universidade Federal do Ceará de modo a torná-la uma instituição nova, com padrões do ano 2000? Essa pergunta foi formulada a professores, alunos e servidores da UFC, empresários cearenses, bancários e sindicalistas. Dentre outras respostas dadas aos pesquisadores da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, destaca-se a opinião de que é essencial para a modernização da Universidade a informatização da máquina administrativa, do ensino e da pesquisa. Segue-se o destaque da importância do entrosamento da Instituição com os centros de pesquisa do Brasil e do exterior.

Partindo praticamente da estaca zero, poucos anos atrás, a UFC conta hoje com um Sistema de Automação Universitária que cobre todas as carências administrativas e acadêmicas, com dois computadores gerenciais e mais de 400 terminais localizados em todos os departamentos e órgãos suplementares. Diz-se que é um dos mais modernos das universidades federais. Por outro lado, para atender às necessidades do ensino de graduação, foram instalados nos últimos dois anos cerca de 500 microcomputadores de última geração, que serão 1.000 em breve, distribuídos em laboratórios comunitários junto a todos os cursos de graduação.

Faltava, para dar um passo à frente do atual século em busca do ano 2000, a aquisição de novo sistema de computadores para a pesquisa científica. A máquina existente há quase vinte anos foi aposentada por não mais satisfazer às mínimas exigências dos pesquisadores.

Até o final do corrente ano, entretanto, a Universidade Federal do Ceará tornar-se-á uma das mais equipadas em computação científica do Norte e Nordeste e a terceira do País. Somente as universidades do Rio Grande do Sul e de Campinas, em São Paulo, possuem sistema similar ao que será instalado no Ceará. Essas três universidades e, futuramente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, estarão acopladas num sistema denominado de Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho (CENAPAD). Em conjunto, esses pólos formam o maior complexo de computação científica da América Latina. Estarão ligados entre si através de fibra ótica, que transportam dados com rapidez e segurança. A velocidade de transmissão das informações vai aumentar 1.000 vezes em relação ao sistema atualmente em uso.

Todos os microcomputadores e estações de trabalho destinados à pesquisa e ao ensino de pós-graduação da UFC estarão, por sua vez, conectados com a nova fibra, de 100 megabits por segundo, aos dois grandes servidores computacionais, um dos quais destinado à FUNCEME. No caso específico da UFC, esse sistema de computação contará adicionalmente com 400 microcomputadores 486, cerca de 100 estações de trabalho Risc e, inicialmente, 50 terminais, espalhados pelo Câmpus do Pici, Benfica e Porangabussu, e interligados também por fibra ótica.

Na verdade, o salto para o futuro dado atualmente pela Universidade não é apenas da academia, mas de todo o Ceará. O Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho é um programa de todo o Estado, com a participação da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), universidades estaduais e todos os órgãos do Estado que possam realizar pesquisa ou desenvolvimento tecnológico, afora o Banco do Nordeste do Brasil e a Federação das Indústrias do Ceará. Trata-se de um pro-

jeto de oito milhões de dólares para equipamentos, além dos investimentos em infra-estrutura que serão financeiramente de responsabilidade das entidades beneficiadas.

Não é por acaso que esses fatos estão acontecendo aqui no Ceará. A opção da FINEP e do Ministério de Ciência e Tecnologia em fornecer os recursos para essa finalidade tem sua razão de ser. O Ceará, atualmente, tornou-se uma área de referência nacional como modelo de desenvolvimento econômico no meio de uma crise. O mesmo acontece com a Universidade Federal do Ceará que tem ignorado a não-aprovação, até agora, do Orçamento Federal e se lançou na busca de recursos de outras fontes para o seu projeto de modernização. Além disso, a UFC é considerada hoje, ao nível nacional, como uma instituição de peso. Conta com 8 cursos de doutorado, 6 dos quais são novos, e 28 cursos de mestrado, alguns também recém-criados, ao lado de dezenas de cursos de aperfeiçoamento e especialização. O nível de formação dos professores é atualmente o melhor do Norte e Nordeste, posicionando-se por esse critério como a oitava das vinte melhores do País. São 340 doutores, 600 mestres e 400 especialistas e graduados com treinamento e experiência prática em suas profissões, como são os médicos, advogados, contabilistas, engenheiros e arquitetos, muitos deles de notoriedade nacional.

Afora isso, Fortaleza será ligada em breve por fibra ótica ao País e ao exterior por meio de três cabos internacionais: América I (EUA) e Columbus I (ligando-se a Europa por Portugal, França e Itália). Essa superestrada onde irá trafegar bilhões de informações entra no Brasil por Fortaleza e prossegue por todas as capitais nordestinas. O cabo atingirá também Belo Horizonte, Brasília, Goiânia e, para o Sul, seguirá até Porto Alegre, depois de passar pelo Rio de Janeiro, São Paulo e outros centros importantes. A partir daí, estende-se para os países do Cone Sul,

através do Projeto Unisur. A essa malha de fibra ótica se ligará a Rede Cearense de Pesquisa, através da Rede Nacional, cujo ponto de presença no Ceará se encontra em funcionamento no Departamento de Computação da UFC. Todo esse sistema já pode ser utilizado com uso combinado da telefonia onde não foi instalada ainda a fibra ótica. Na UFC estão instalados, internamente, 3.500m que serão ampliados para 20.000m.

A rede acadêmica de informática interligará quinze milhões de computadores heterogêneos, em mais de 80 países, formando o maior banco de dados do planeta, através do acesso à Internet (rede internacional). “O contato imediato ao trabalho de colegas e aos milhões de volumes de livros e artigos dá aos pesquisadores uma possibilidade até então inimaginável de adquirir conhecimentos e informações”, dizem os usuários do sistema. Esses progressos extraordinários poderão também ser acessados diretamente das residências dos pesquisadores cadastrados. Hoje, cerca de 700 professores já poderiam fazer uso da rede de pesquisa através de seus microcomputadores instalados em seus lares.

Domenico de Mazi, renomado professor de Sociologia da Universidade de Roma, diz que entre o fim do século XIX e o início do século XX ocorreu uma revolução na Física (Einstein), Psicologia (Freud), Pintura (Picasso), Música (Schoenberg), Literatura (Joyce) e na Arquitetura (Le Corbusier). No início do século XXI, prevê esse cientista que o homem pós-industrial dará um salto com o uso da informática e da microeletrônica. A computação abrirá amplos horizontes para a democratização da informação, do conhecimento para a conquista de um novo desenvolvimento e bem-estar da sociedade da Terceira Onda.

A Universidade Federal do Ceará também acredita nisso e prepara-se para a modernidade do novo milênio, em parceria com o Estado do Ceará.

## UFC: SINAL VERDE PARA AGIR

*Não quero explicar o passado nem advinhar o futuro. O que eu mais quero, mesmo, é entender o presente.*

JORGE LUÍS BORGES

Qual deverá ser o destino da Universidade Federal do Ceará doravante?

Não sabemos precisamente o que ocorrerá em nossa instituição com o novo reitorado, mas temos a convicção de que a UFC não será mais a mesma...

A força da inteligência, compromisso e determinação do novo reitor Antônio de Albuquerque Sousa Filho e de sua destemida equipe de auxiliares haverão de mudar o rumo da nossa Universidade. Para isto, como recomenda Santo Inácio de Loiola, deveremos “esforçar-nos e lutar como se tudo dependesse de nós e orar e confiar como se tudo dependesse de Deus.”

No início do presente século, um estadista norte-americano, William Jennings Bryan, referiu-se a esta questão do seguinte modo: “O destino não é um assunto de sorte, é um assunto de escolha e decisão. Não é algo que há de esperar, senão algo que há de conquistar.” Ou, ainda, no dizer de Sêneca: “Não há vento favorável para aquele que não sabe para onde ir.”

Os desafios emergentes exigem que a UFC trilhe novas direções, objetivos e estratégias. A Universidade tem o dever de dedicar esforços planejados na busca de uma sociedade nova, sem copiar modelos de outras realidades. A educação superior deve ser o centro da geração de conhecimento futurista, que parta da realidade atual para apresentar respostas científicas capazes de transformar a sociedade atual, subdesenvolvida, numa modalidade de economia moderna, justa e progressista.

É necessário, contudo, compreender que a Universidade não é um mero serviço de utilidade estatal que deva servir unicamente às necessidades dos contribuintes, nem um instrumento de ação social direta, como alguns imaginam.

A Universidade deve ser essencialmente uma instituição educativa, científica e cultural, com vistas a formar profissionais em diversos ramos do conhecimento para o desenvolvimento socioeconômico. Estas funções se tornam indispensáveis para que a Universidade não seja apenas uma instituição de elevado nível acadêmico ou um sindicato para atender segmentos trabalhistas. Ela deve ser, sim, a geradora do conhecimento científico a serviço de uma causa social e do desenvolvimento econômico autêntico.

Com essa finalidade, a Universidade deve manter uma consciência crítica e conservar em suas bases o pluralismo ideológico, em oposição às formas dogmáticas extremistas que ainda subsistem em nossa Universidade. Reduzir a questão da educação superior a posições extremas de pequenos grupos ativistas radicais é suicídio.

Eis por que o propósito do novo reitorado é soerguer a reputação da Universidade como força de mudança e desenvolvimento. Desse modo, o seu destino interessa a toda a comunidade. Este é um dos motivos por que estamos com o professor Antônio de Albuquerque para ajudá-lo a concretizar este projeto, que necessita também de sua cooperação.

## A UFC NA DÉCADA DE 90

*A capacidade pouco adianta sem a oportunidade.*

NAPOLEÃO

A década de 1970 foi marcada por transformações significativas na universidade brasileira.

O acelerado crescimento da economia do país e o modelo político institucional existente então levaram a uma reforma universitária de expansão quantitativa das instituições de ensino superior e das matrículas, com reflexos sobre a depreciação qualitativa do ensino de graduação.

A crise econômica da década de 80, gerada por problemas energéticos, dívida externa, inflação, redução das taxas de crescimento da economia e reestruturação das instituições motivou o questionamento do papel da Universidade na sociedade e da reforma universitária anteriormente implantada.

É claramente previsível que a década de 90 será o período decisivo para os ajustes e mudanças estruturais do modelo universitário brasileiro. Enquanto a economia brasileira passa por reorientações marcantes, forças econômicas, políticas e sociais remodelam a economia mundial de acordo com novos paradigmas que afetarão profundamente as economias do III Mundo, de modo geral, e do Brasil, em particular.

É chegado o momento, portanto, de reexame do papel da universidade nesse novo panorama. Qual a opção a seguir doravante? A concepção de uma universidade que deve concentrar-se em pesquisa e cultura, da tradição alemã? Ou a idéia de ensino liberal da época renascentista, quando a universidade se destinava aos eruditos e líderes?

Seria melhor adaptar ao nosso país a concepção europeia de universidade de ensino teórico e abstrato das ciências e artes, deixando ao ensino técnico a prepara-

ção dos ofícios e habilitações, ou o modelo oriundo dos Estados Unidos com ênfase na preparação profissional de qualquer vocação? Deve a universidade, como instituição social e de interesse público, fortalecer a inter-relação docência-investigação-produção e o estreitamento dos vínculos com os organismos de produção e serviços?

Finalmente, devemos aceitar os fundamentos da carta da União das Universidades Latino-Americanas quanto aos princípios de que a educação universitária deva ser orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana, harmonizando técnica com a formação humanística e segundo um modelo de autonomia intelectual e de educação crítica e criadora?

Todas essas questões, e outras, devem ser reexaminadas no momento em que se pretende reorientar os rumos da nossa universidade. Torna-se necessário, com este propósito, promover com urgência uma ampla consulta aos professores, estudantes, funcionários e organismos público e privado com vistas a orientar o delineamento da nova universidade.

Os diagnósticos já realizados sobre a UFC devem, naturalmente, ser considerados para a definição da estratégia de maior vulto no tocante aos problemas institucionais, operacionais, financeiros, acadêmicos, de pessoal, de informática, instalações e planejamento e controle.

A ênfase neste momento deve ser a de fazer da UFC uma nova universidade, à frente do seu tempo, como devem ser as instituições de ensino universitário.

A tradução de tudo isso para a realidade exigirá trabalho, competência acadêmica e compromisso de professores, funcionários e estudantes.

Não temos dúvidas dos problemas e das dificuldades internas e externas a superar. Entendemos, no entanto, que o tempo está passando e não mais é possível esperar. Queremos mais compromisso e participação e, por isso, mais democracia e ação política.

## O PAPEL DA UFC PARA O ANO 2000

*O necessário é manter-se à frente dos acontecimentos, procurando imprimir-lhes rumo e alternativa.*

NICOLAU MAQUIAVEL

No momento em que foram definidos os objetivos, políticas e estratégias de ação da Universidade Federal do Ceará para o período 1992-95, o Reitor Antônio de Albuquerque Sousa Filho declarou: “A ênfase neste momento deve ser a de fazer da UFC uma nova Universidade, à frente de ser tempo, como devem ser as instituições de ensino universitário.” O nosso compromisso político, acrescenta seu Plano de Ação, deve ser “por uma promoção do homem e do povo cearense e nordestino; pela ação do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural.”

Para conhecer a percepção da comunidade sobre essas diretrizes e os rumos futuristas da Universidade Federal do Ceará foi realizada, recentemente, uma pesquisa de opinião pública junto a diversas categorias profissionais de Fortaleza. A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, através de sua Central de Estudos e Opinião Pública, consultou, por amostragem, professores universitários, estudantes e funcionários da UFC, empresários, bancários, funcionários públicos e sindicalistas, num total de 420 pessoas.

A pesquisa procurou conhecer, entre outros temas, que objetivos a UFC deve cumprir para ajudar o desenvolvimento do País? Mais de 70% dos entrevistados, em média, apontaram, como fundamental, formar profissionais capacitados para a sua profissão, com sentido crítico sobre a realidade nacional. Na mesma percentagem, seguiu-se a indicação da necessidade de agilizar a estrutura organizacional da instituição visando a sua modernização acadêmica e administrativa para a garantia e acompanhamento do desenvolvimento social, científico e tecnológico.

O segundo assunto investigado foi: Como a UFC poderia realizar a aproximação entre o que ensina e as necessidades profissionais e sociais de interesse da nação? As opiniões predominantes foram quanto à necessidade de promover a integração entre a teoria e a prática, mediante o relacionamento com a empresa, o governo e a sociedade civil. Em segundo lugar, com mais de 70% da opinião dos professores, consideraram que é indispensável adequar o ensino às exigências do mercado. A troca de conhecimentos científicos e tecnológicos com as empresas e associações não-governamentais também recebeu destacada referência.

Recursos humanos mais capacitados para o desempenho de uma profissão, melhoria da qualidade do ensino e aumento da credibilidade social, técnica e científica foram os pontos principais e mencionados como resposta à indagação de: “Quais fatores poderão advir da integração da UFC com a sociedade?”

Em contrapartida, a pesquisa procurou saber o que poderia ser levado das empresas públicas e privadas e da experiência do mundo real para a universidade. Os professores, alunos, funcionários da UFC, funcionários públicos, bancários e sindicalistas estão de acordo que a referida cooperação poderia ser na forma de recursos econômicos e materiais, bolsas de estudo, fundo para equipamento, pesquisa e difusão cultural. Outra alternativa apontada foi o intercâmbio de profissionais altamente qualificados no uso da tecnologia para ministrar cursos na Universidade, assim como o oferecimento de cursos explicativos do que são as empresas, suas tecnologias, seus produtos e processos.

Quais as mudanças necessárias para incentivar a participação e compromisso dos segmentos da sociedade na execução dos objetivos da UFC? Muitas sugestões foram assinaladas sobre o assunto, tais como: 1) oferecimento de cursos de capacitação e formação de profissionais que tenham a flexibilidade para adaptar-se às

mudanças tecnológicas e administrativas que enfrentam as empresas; 2) reuniões com empresários e professores para a troca de experiência, pontos de vista e necessidades comuns; 3) melhoria no sistema de comunicação das ações realizadas pela instituição para a sociedade.

Finalmente, a pesquisa procurou conhecer dos entrevistados: “Como reestruturar a UFC para torná-la uma universidade nova, com padrões do ano 2000?” A principal sugestão apontada foi promover o entrosamento da instituição com os centros de pesquisa do Brasil e do exterior, com destaque particular das respostas dos bancários, professores e alunos da UFC. Segue-se, em ordem de importância, a sugestão de participação mais efetiva da UFC na solução dos problemas econômicos, sociais, científicos e tecnológicos do País, assim como a informatização do ensino, pesquisa, extensão e dos setores administrativos. Por último, mais de 50% dos entrevistados recomendam manter o programa de integração universidade/empresa/comunidade, com predominância desta opinião entre os funcionários públicos, alunos e funcionários da UFC.

Da análise dos resultados dessa pesquisa, muito mais ampla e sugestiva do que o resumo dessas notas oferece, pode-se concluir que a UFC está procurando seguir o caminho certo, como a sociedade poderá julgar pelo confronto do que pensa a opinião pública sobre a Universidade Federal e o que vem sendo realizado, como é do conhecimento da comunidade. Na verdade, pode-se dizer que o propósito e a determinação da atual administração da UFC é cumprir, além disso, com o seu maior compromisso político, que é: “Por uma nova Universidade mais participativa com a solução dos problemas econômicos, sociais e políticos do final da presente década e do início do novo milênio,” segundo a vocação de realizar “O Universal pelo Regional”.

## AS UNIVERSIDADES E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*A UFC deve buscar o Universal pelo Regional.*

PROF. ANTÔNIO MARTINS FILHO

A universidade e as instituições de ensino superior, de modo geral, devem ser essencialmente de natureza educativa, científica e cultural, com vistas a formarem profissionais em diversos ramos do conhecimento que possam ajudar na transformação da sociedade.

Essas funções, na verdade, não são meros conceitos formais. Trata-se de uma exigência para que as referidas instituições não sejam apenas academias de alto nível, mas que o saber científico esteja a serviço de uma causa social. Daí por que as IES, em qualquer de suas modalidades, devem ter liberdade de ação através de sua autonomia. Só uma instituição crítica pode cumprir autenticamente essa função social, que não é exclusiva da universidade pública.

Nesse sentido, têm crescido as manifestações de cientistas, professores e políticos no sentido de buscar a estruturação de uma nova universidade capaz de contribuir para o melhoramento social da comunidade, com o aporte da ciência, da tecnologia e de idéias renovadoras. Nas reuniões e documentos do Conselho de Reitores (CRUB) e de outras instituições científicas é comum a manifestação de que “A Universidade atual não deve ser mais a tradicional instituição de conservação e transmissão da cultura.”

Em resumo, tais pronunciamentos ressaltam que os desafios históricos do século XX e XXI exigem novas direções, metas e objetivos a serem perseguidos por essas instituições. De fato, a sociedade nordestina espera das universidades a resposta a seus problemas, donde se

conclui que é premente que sejam leis a esta sociedade com a qual devem trabalhar estreitamente comprometidas. Em outras palavras, as comunidades subdesenvolvidas economicamente encaram os centros de educação superior como fonte de mentalidade reformista e transformadora dessas sociedades.

Sobre o assunto, o renomado professor Celso Furtado, em seu livro “Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise”, destaca: “Terá a comunidade universitária plena consciência desse desafio? E o que ainda é mais importante; da missão histórica que lhe cabe na luta para libertar o Nordeste da dependência e da miséria?” O dr. João Gonçalves de Sousa, ex-Superintendente da SUDENE, por sua vez, assinala que: “O problema da Universidade no Nordeste nunca foi colocado numa perspectiva realista, consistente, corajosa. Não há definição prática do seu papel no contexto regional.”

Segundo o grande humanista prof. Guimarães Duque, “o ensino universitário brasileiro é demasiadamente intelectual e deficiente no conteúdo de sentimento. Prepara-se o estudante para servir a si próprio e não a seu povo.”

Neste contexto, o tipo de educação superior que interessa à região Nordeste é aquele que favorece o desenvolvimento econômico e a mudança social, pois a universidade, numa sociedade em desenvolvimento, deve dar ênfase aos problemas de interesse da nação e suas metas humanísticas. No caso específico do Nordeste do Brasil, cabe a estas instituições uma função social estratégica de liderança no delineamento dos rumos que a sociedade regional deve seguir.

## MODELOS PARA VERBAS DAS UNIVERSIDADES

*A base de todo Estado é a educação da sua juventude.*

DIÓGENES

O estudo e o debate sobre os critérios para o financiamento do ensino superior tornaram-se pauta constante das reuniões dos reitores brasileiros nos últimos anos. Atualmente, as palavras mais usadas nas discussões pertinentes são: avaliação, eficácia, gestão acadêmica, autonomia. Em outros termos, ensinar mais alunos com menos despesas, mantendo ou melhorando a qualidade dos resultados.

Essa questão está ocupando também espaço crescente nos países da Europa e nos Estados Unidos. Em reunião recente dos conselhos de reitores das universidades portuguesa e brasileira, realizada na cidade do Porto, esta problemática foi analisada cuidadosamente.

A situação nesses países é diferente do caso brasileiro, mas nem por isso o assunto deixou de suscitar preocupações das nossas instituições públicas de ensino superior. De fato, a maioria das universidades federais brasileiras vive uma situação orçamentária difícil, especialmente em face da crise da economia do País, que se encontra praticamente estagnada há bastante tempo. Em vista disso, grande parte dessas instituições não conta com recursos financeiros suficientes para desenvolver adequadamente sua infra-estrutura física e para recuperação de salas de aula, laboratórios e o incremento do material bibliográfico. De modo geral, mais de 90% dos recursos se destinam ao pagamento da folha de pessoal docente e administrativo, enquanto as verbas de manutenção e de investimentos são quase sempre deficitárias. As despesas de outros custeios e de capital das 53 insti-

tuições de ensino superior foram de apenas 204 milhões de dólares, em 1993.

É oportuno assinalar que as instituições federais oferecem anualmente 350 mil matrículas para estudantes de ensino superior, mantêm 44 hospitais, com 8,2 milhões de consultas e 158 mil operações, em grande parte com os orçamentos das próprias universidades; realizam 90% de todas as pesquisas do País, com a participação de 9 mil doutores e 16 mil mestres, com formação em praticamente todas as áreas do conhecimento humano. Os cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado produzem anualmente cerca de 3 mil teses.

Durante muitos anos, esse quadro de potencialidades *versus* limitações financeiras abateram o ânimo de administradores, professores e funcionários, com prejuízos para a educação superior e o desenvolvimento do País.

Nos anos recentes, mesmo subsistindo tais problemas, muitos dirigentes e a comunidade universitária brasileira modificaram a sua atitude diante da crise. Nas reuniões da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e no Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração, as discussões passaram a tratar da melhoria dos níveis e da qualidade do ensino, melhores resultados das pesquisas e maior produtividade. Outros temas de particular interesse, agora, dos dirigentes dessas instituições são adaptar as atividades das IFES às necessidades da sociedade, maior responsabilidade e melhor gestão das instituições. Avaliação passou a ser uma palavra “mágica”, perseguida por todos. Basta mencionar que praticamente todas as instituições federais de ensino superior do País estão, no momento, com projetos no Ministério de Educação solicitando recursos com essa finalidade.

A questão principal, em decorrência disso, passou a ser: Como aperfeiçoar a distribuição das verbas basea-

da numa política de atendimento das necessidades e competência de cada instituição? Tornou-se evidente, nesse contexto, a adoção de um modelo que expressasse equidade na alocação de recursos e transparência, através de fatores quantificáveis. Enfim, proporcionar estabilidade de financiamento, prevendo as flutuações e facilitando o planejamento das atividades universitárias.

Com essa finalidade, uma nova sistemática de distribuição de verbas às universidades brasileiras acaba de ser aprovada pelos reitores com a pronta concordância do Ministro da Educação e do Secretário de Ensino Superior. Cada fatia dos recursos governamentais para o ensino superior será alocada com base numa série de indicadores de necessidade, produtividade e qualidade. O modelo foi concebido a partir das experiências sobre o assunto na Holanda, Inglaterra, França, Espanha e Portugal.

Essa decisão corresponde a um grande avanço na alocação de recursos federais para a educação superior e certamente será motivo de estímulo para a modernização das universidades brasileiras. A Universidade Federal do Ceará foi bem contemplada pela nova sistemática, estando posicionada entre as melhores do País.

## O QUE SERIA O CEARÁ SEM A UFC?

*A grande vantagem de dizer a verdade é que temos mais hipóteses do que ser convincentes.*

SUSAN HAWATCH

A maioria dos economistas e planejadores concorda que os recursos humanos e não os fatores físicos é que determinam o caráter e o ritmo do desenvolvimento econômico de um país. Como diz o renomado cientista social John Kenneth Galbraith: “O primeiro requisito do progresso é uma população instruída, competente e motivada.” É verdade que o capital e a terra são essenciais, mas o seu aproveitamento e uso dependem da capacidade e engenhosidade do fator humano e do trabalho qualificado.

Não é necessário justificar, naturalmente, o papel da educação como ingrediente insubstituível para uma vida mais plena, digna de auto-afirmação e para a prosperidade material... Do mesmo modo, seria difícil imaginar como seria o Estado do Ceará sem a sua Universidade Federal. Como funcionariam os setores produtivos, os hospitais, os tribunais, os colégios, a vida econômica, social e cultural?

Dentro desse contexto, a Universidade Federal do Ceará tem crescido continuamente nas quatro décadas de sua existência. O patrimônio mais valioso que a UFC conta hoje é o seu próprio corpo de professores e funcionários técnico-administrativos. Deles tem dependido o sucesso das atividades de ensino, a pesquisa, a extensão e a eficácia da máquina administrativa. Reconhecendo tal fato, a Universidade dedicou, nesses quarenta anos, especial atenção à política de desenvolvimento organizacional e treinamento, em alto nível, de todo o seu pessoal docente e administrativo.

As medidas para a melhoria da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação, objetivo prioritário da UFC, estiveram sempre direcionadas para a permanente avaliação do processo ensino-aprendizagem e adaptação dos currículos à realidade sociopolítica e econômica do Nordeste. Daí o seu lema, lançado desde o início de suas atividades pelo professor Martins Filho, fundador da instituição.

O direcionamento da pesquisa e extensão, para realimentar a função ensino, tem sido outra preocupação constante dos administradores da UFC. Além da busca pela melhoria da infra-estrutura física, ampliação e renovação de novos equipamentos e apoio bibliográfico à atividade didático-científica. As atividades de extensão tiveram, ao longo dos anos, substancial ênfase no sentido de levar à comunidade, por todos os meios, a sua produção científica, tecnológica e cultural. Deve-se destacar, especialmente, a contribuição da extensão no sentido de captar as necessidades essenciais da sociedade para a vida acadêmica.

Neste aniversário especial da UFC, não é possível deixar de referenciar os progressos no campo da computação. De fato, a área de informática é motivo de orgulho para toda a comunidade. Pode-se dizer que, no momento, a UFC é uma das instituições federais de ensino superior mais bem equipadas do Norte e Nordeste no campo administrativo e de ensino de graduação. Até junho do próximo ano, contará com um dos parques computacionais para a pesquisa científica e tecnológica de alto desempenho de vanguarda em todo o País.

Assim, nessa data, tiramos o chapéu e damos nossos sinceros parabéns à UFC!

## AS UNIVERSIDADES DO NORDESTE ACERTAM O PASSO

*A história nada é se não for a atividade dos homens em busca de seus objetivos.*

KARL MARX

As instituições federais, estaduais e particulares de ensino superior do Nordeste dão um salto à frente de mãos dadas: estão arquivando o isolacionismo em que sempre viveram e passam a trabalhar cooperativamente em áreas de interesse acadêmico estratégico.

Encorajadas por este propósito, firmaram um pacto de cooperação denominado Protocolo de Integração das Instituições de Ensino Superior do Nordeste (PINE). Pode-se dizer que este programa foi idealizado, de fato, em fins de 1991, pelo reitor da Universidade Federal do Ceará, professor Antônio Albuquerque de Sousa Filho, seu atual presidente. Com isto, as instituições objetivam organizar programas de intercâmbio e cooperação de interesse comum que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Nordeste. O alvo principal desse trabalho interuniversitário é privilegiar ações que promovam a melhoria de qualidade do ensino, maior parceria da pesquisa, com reforço da base científica e financeira dessa atividade, e o aumento da presença dessas instituições no interior da região Nordeste, através de programas de extensão.

O que as instituições de ensino superior verdadeiramente almejam e no que estão sinceramente empenhadas é na maximização dos resultados, evitando desperdícios de seus poucos recursos orçamentários, a cada ano mais difíceis de serem atendidos plenamente pelo poder público.

Com esta finalidade, destaca-se no programa de prioridade do PINE a avaliação institucional com vistas

a mostrar à comunidade interna e externa os níveis de desempenho administrativo e acadêmico, para efeito de definir metas de melhoramento ou evidência de resultados positivos no uso de recursos públicos. Trata-se de uma preocupação com a melhoria da reputação do ensino superior do Nordeste. Outro campo programado de cooperação é no âmbito das bibliotecas, cujo acervo chega a milhões de volumes de livros e periódicos científicos. Aqui o interesse é não só desenvolver mecanismos de intercâmbio e experiências na preservação desses acervos como, principalmente, interligar essas bibliotecas através da rede de computação científica de modo que todos possam usufruir reciprocamente esse repositório bibliográfico inestimável.

Do mesmo modo, destaca-se a automação universitária como área de interesse marcante para a modernização administrativa. A informatização administrativa visa desburocratizar e reduzir a ineficiência operacional, que tem sido um entrave para quantos assumem o comando desses entes universitários. Torna-se também emergencial a junção de esforços no emprego à computação científica de alto desempenho. O objetivo neste particular é não só ampliar a capacidade de processamento de dados como, principalmente, interligar as IES através da Rede Regional de Pesquisa à Nacional e à Internacional, sempre que possível usando fibra ótica, com suas condições técnicas de alta velocidade.

Propõe-se o PINE implantar, também, projetos de estudos e pesquisas interdisciplinares, direcionados a oferecer subsídios para orientar o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, com especial ênfase nos aspectos de preservação do meio ambiente. No âmbito dos hospitais universitários, a maior preocupação é fomentar ações extramuros, que priorizem a saúde pública com o fim de melhorar a qualidade de vida das popula-

ções mais pobres. Enfim, são amplas e variadas as possibilidades de intercâmbio e de cooperação que essa nova mentalidade universitária está propiciando.

É oportuno assinalar que essas instituições agora associadas representam 10 universidades federais, 8 estaduais/municipais e 3 do setor privado. Em conjunto, elas contam com 170 mil alunos matriculados nos cursos de graduação, com 20 mil professores. São ao todo dois mil PhDs e sete mil mestres em praticamente todas as áreas do conhecimento científico e humano. São oferecidos cursos de doutorado e de mestrado e centenas de especializações. Poucos países do Terceiro Mundo possuem um patrimônio científico e intelectual semelhante ao que hoje desfruta o Nordeste do Brasil. Resta a pergunta: Como utilizar este poder extraordinário do conhecimento para o bem da comunidade e do nosso País? De fato, é valiosíssima a estrutura física disponível nas dezenas de Campi universitários no Nordeste, enquanto o dispêndio conjunto em pessoal e custeio, somente das instituições públicas federais, somam mais ou menos 550 milhões de dólares por ano.

Como se observa, portanto, é alvissareira essa nova disposição das universidades do Nordeste em trabalharem sintonizadas em torno desse Protocolo de Integração (PINE), pois certamente se encontra na educação e no conhecimento científico a força determinante do desenvolvimento econômico e social de um povo. Assim, a batalha do desenvolvimento do Nordeste pode ser ganha.

## INGRESSANDO NO INSTITUTO DO CEARÁ\*

Sinto-me honrado e muito feliz em assumir a condição de sócio efetivo do Instituto do Ceará. Agradeço a todos os amigos integrantes deste sodalício pelo gesto de bondade e sincera amizade, aprovando o meu nome para membro desta centenária instituição.

Acredito que a homenagem de que sou alvo também é extensiva às instituições que moldaram minha formação profissional. Ao Banco do Nordeste, atribuo os meus princípios de valorização da eficiência e disciplina no trabalho em equipe; à Universidade Federal do Ceará, devo minha formação intelectual e experiência no magistério e na administração universitária; ao atual Governo do Estado, devo a prática do primado da ética na política e o respeito aos princípios de honestidade no uso dos recursos do setor público.

Seria injusto deixar de antecipadamente mencionar os nomes do nosso presidente cel. Paulo Ayrton Araújo e do dr. Eduardo de Castro Bezerra Neto que se lembraram do meu nome para sócio deste Instituto. Convém registrar que o dr. Eduardo Bezerra foi nosso colega de trabalho durante muitos anos no Banco do Nordeste. Desse convívio, nasceu um sentimento fraterno e de respeito mútuo. Coube também a outro colega do BNB, dr. Juarez Novaes Pontes, referenciar o meu nome ao cel. Paulo Ayrton como o de um possível candidato ao Instituto do Ceará.

O peso da responsabilidade em assumir a condição de sócio efetivo do Instituto do Ceará é multiplicado pela condição em que o faço.

---

\* Pedro Sisnando Leite – Sócio efetivo do Instituto do Ceará – 1997

Trata-se, evidentemente, do contraste intelectual entre o meu antecessor, prof. Djacir Lima Menezes, e a modesta condição de provinciano professor de Desenvolvimento Econômico. Lembro-me bem de quão pequeno me achava quando ainda estudante da Faculdade de Ciências Econômicas, na Praça do Liceu, ansiava por melhor compreender os fenômenos socioeconômicos e filosóficos magistralmente analisados pelo culto prof. Djacir Menezes em vários livros de sua autoria.

Na verdade, foi a partir de estudos do extraordinário acervo das obras do insigne mestre que mergulhei, então, na investigação das teorias de Karl Marx e Friedrich Engels.

Foi efêmera a tentativa de tornar-me um marxista. O materialismo dialético contrastava com minhas arraigadas convicções religiosas. Nem por isso arrefeceu em mim o interesse pelos estudos filosóficos e econômicos de fundo crítico ao sistema capitalista. Dessa época, vem o meu interesse pelos modelos sociais democráticos, hoje bastante popularizados em muitos países.

Para formular um julgamento da personalidade do dr. Djacir Menezes, necessito recorrer ao amparo de contemporâneos e estudiosos de sua vida e de sua obra. São valiosos a esse respeito os testemunhos de Moacir Teixeira de Aguiar, prof. Martins Filho, Hélio de Souza Melo e tantos outros intelectuais de nosso Instituto.

Segundo esses renomados cientistas sociais, o prof. Djacir Menezes é um dos vinte maiores intelectuais do Ceará, de todos os tempos. Seu nome também se evidenciou na vida cultural brasileira. Djacir amava o Ceará e sua gente, mesmo vivendo na antiga capital da República durante muitos anos.

Contou-me Vladir Menezes que presenciou em certa ocasião, no Rio de Janeiro, uma reunião na qual estavam alguns intelectuais mais renomados do país, inclusive Afonso Arinos e Pedro Calmon. Falavam das universidades fran-

cesa, alemã e inglesa em que haviam estudado. Perguntaram, então, ao prof. Djacir Menezes em qual centro universitário estrangeiro ele tinha estudado. Num gesto de simplicidade e amor à terra em que nasceu, disse: “Tudo o que sei e ensino aos meus meninos, aprendi no Ceará!”

Maranguape foi o berço de nascimento de Djacir Lima Menezes, em 16 de novembro de 1907. Notabilizou-se cedo no jornalismo e nos meios intelectuais cearenses, levando o proeminente historiador Barão de Studart a convidá-lo a ingressar como sócio efetivo no Instituto do Ceará. Eleito em 20 de abril de 1933, permaneceu neste sodalício até o seu falecimento, no dia 8 de junho do ano passado.

Filho de Paulo Elpídio de Menezes e de Dona Oda Freire Lima Menezes teve, com sua esposa, Stela Pontes, os filhos Vladir, professor da Faculdade de Ciências Econômicas e confrade neste Instituto, Vlademir e Djacir Filho, engenheiros e Vleuda, advogada. De seu pai, Djacir, guardava fortes recordações da marcante personalidade de jurista defensor do fraco ou humilde sem temor de desagradar às autoridades. Ao assumir a cátedra de Economia Política na Faculdade Nacional de Filosofia, em março de 1947, entre outras palavras dedicadas a Paulo Elpídio de Menezes, disse: “Coração amável de meu pai, que mais do que nunca sinto pulsar em mim como a fonte invisível do que poderia existir de mais digno no meu pensamento e na minha vida.”

Fez o curso secundário no Liceu do Ceará e foi o orador da turma de 1925. Na Faculdade de Direito, em Fortaleza, iniciou seus estudos de Ciências Jurídicas e Sociais em 1926. Transferiu-se, em 1929, para a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil onde, em 1930, concluiu seu curso superior. Ao regressar ao Ceará, em 1932, fez curso de doutorado da Faculdade de Direito.

No magistério, o dr. Djacir Menezes notabilizou-se pelo seu brilhantismo e cultura. No Ceará, foi catedrati-

co de Psicologia no atual Instituto de Educação Justiniano de Serpa e ocupou também a cátedra de Introdução à Ciência de Direito de nossa escola jurídica. Em 1938, fundou e foi o primeiro diretor da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará, encampada pelo Estado, e, depois, incorporada à Universidade Federal do Ceará. Nessa Faculdade, ensinou na cátedra de Economia Política, mais tarde ocupada pelo prof. Martins Filho, com quem tive o privilégio de dar os primeiros passos em minha formação de economista.

Foi professor titular de inúmeros cursos e faculdades no País e no exterior. Na condição de diretor e professor emérito, comandou os destinos da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1960 a 1964, e como reitor dessa universidade em 1969. São inumeráveis as conferências proferidas no país e no exterior e rica é a galeria de títulos honoríficos e homenagens recebidas.

O título que mais o honrava, segundo o prof. Hélio Melo, era o de membro efetivo do Instituto do Ceará. Doravante também penso assim.

O que impressiona na vida cultural do prof. Djacir Lima Menezes é a quantidade de trabalhos publicados. Somente livros foram cerca de 50, nos ramos da Filosofia, Sociologia, Economia, Direito e Literatura. Alguns livros podem ser mencionados: “O Problema da Realidade Objetiva”, “Hegel e a Filosofia Soviética” (premiado pela Academia Brasileira de Letras), “Raízes Presocráticas de Teses Atuais” e “Idéias Contra Ideologias”, todos no campo da filosofia.

No âmbito da Sociologia, merecem destaque: “Preparação ao Método Científico”, “Diretrizes da Educação Nacional”, “O Brasil no Pensamento Brasileiro”, “As Elites Agressivas”, “Estudos de Sociologia e Economia” e a excepcional contribuição no estudo do problema do semi-

árido nordestino, “O Outro Nordeste”. As obras didáticas mais conhecidas são: “A Economia Política”, “Introdução à Ciência do Direito”, “Princípios de Sociologia”, “Direito Administrativo”, “Finanças das Empresas”, para citar apenas algumas.

A literatura também foi enriquecida com obras do escritor Djacir Menezes, tais como: “Evolução do Pensamento Literário no Brasil”, “Diário de Buenos Aires”, “Crítica Social de Eça de Queiroz” e “Vida Social e Criação Literária”, além de outras.

Em resumo, estas são algumas das informações do riquíssimo *currículum* do prof. Djacir Menezes. Espero, no futuro próximo, aprofundar melhor o estudo da sua contribuição científica, especialmente no campo da Economia e Sociologia como áreas de meu maior interesse profissional e acadêmico.

Não seria prudente tentar analisar agora qualquer das citadas obras do dr. Djacir. Na própria escolha do que abordar poderia preferir contribuições originais que são a característica da produção científica do renomado filósofo.

De qualquer modo, não posso deixar de recomendar a todos os presentes a leitura do “O Outro Nordeste”, publicado pela Editora Casa José de Alencar – UFC. Trata-se de um ensaio de atualidade surpreendente sobre a evolução social e política do Nordeste, de suas implicações históricas e dos problemas gerais do meio ambiente.

Como o próprio autor evidencia: “Meus livros refletem a minha preocupação na tentativa de aplicação de método científico na pesquisa objetiva dos fatos sociais.” Ao mesmo tempo, o escritor, de visão global, posiciona a região nordestina dentro da evolução do Brasil “em conexão com os processos do desenvolvimento capitalista no Ocidente.”

Acredito ser oportuno, no entanto, tecer alguns poucos comentários sobre aspectos do desenvolvimen-

to do Nordeste, segundo minha vivência como pesquisador do Banco do Nordeste e como professor de Desenvolvimento Econômico da UFC. Nesta oportunidade, preocupa-me assinalar apenas aspectos relativos aos motivos políticos e econômicos causativos da defasagem do pouco progresso do Nordeste em relação a outras regiões mais desenvolvidas do nosso País.

O Nordeste do Brasil é uma das regiões de mais antiga colonização do novo mundo e área pioneira na exploração agroindustrial do País. Com início em 1552, a produção açucareira do Nordeste tornou-se a mais importante do mundo. Na primeira metade do século XVII, a Região viveu, em decorrência disso, uma fase de acentuada prosperidade pelos padrões de então, com significativas transações com os mercados europeus.

A economia açucareira do Nordeste, entretanto, sofreu um rude golpe pela concorrência da produção oriunda das Antilhas. Os preços do produto caíram drasticamente nos mercados internacionais, com graves conseqüências econômicas e sociais para a Região. Ao mesmo tempo, surgiram novas fronteiras regionais no Brasil, produtoras de ouro, borracha e café, que se constituíam as maiores atrações econômicas da época.

Por força do acentuado aumento demográfico e da crise de produção e emprego no litoral úmido açucareiro, a população nordestina deslocou-se, com maior intensidade, para o interior semi-árido, onde implantou uma agricultura mista de subsistência e pecuária, em combinação com a cotonicultura. A interiorização serviu também para fornecer carne e cereais ao litoral próspero.

Os historiadores estão de acordo em que as disparidades econômicas e sociais entre o Nordeste e o Centro-Sul tiveram início por volta de 1800, com o término do ciclo da cana-de-açúcar e do algodão e a ampliação dos mercados para o café. Deram-se, a partir daí, com a abo-

lição da escravatura, quase dois séculos de declínio relativo do Nordeste. Além dessa crise de produção, outros fatores estruturais negativos de natureza socioeconômica para o desenvolvimento e uma política econômica focalizada sobre o mais dinâmico Centro-Sul, contribuíram para o aumento do hiato entre essa região e o Nordeste.

A estagnação relativa da economia nordestina, na primeira metade do atual século, está vinculada também ao comportamento do setor industrial, que prosperou substancialmente em São Paulo, em detrimento do Nordeste. Assim é que, na primeira metade do século, a economia nordestina chegou a experimentar alguma motivação, com o apoio na sua vinculação ao mercado em expansão no Centro-Sul. Contudo, o ritmo de aumento na renda *per capita* nessa fase foi ainda bastante lento, de modo que o Nordeste continuou a perder posição no conjunto da economia nacional.

Na verdade, o Nordeste foi considerado, durante séculos, uma região problemática devido ao seu clima. As primeiras informações sobre secas no Nordeste datam de 1583, além de relatos sobre as conseqüências e sofrimentos das populações motivadas pelas secas no tempo da Colônia, do Império e da República, como registra o dr. Guimarães Duque. A literatura sobre esses fenômenos, de maneira sistemática, data de 1614. Estudo do dr. Rui Simões de Menezes anota mais de 1.000 publicações sobre o assunto.

Foi com as desastrosas ocorrências da seca de 1877-79, com mais de um milhão de afetados pela fome, sede e doenças, principalmente no Ceará, que o Governo Federal reconheceu ser o Nordeste uma região com problemas de interesse nacional. Em decorrência disso, o Imperador Pedro II criou uma Comissão Imperial para sugerir medidas que evitassem, no futuro, a repetição das desastrosas conseqüências de crises climáticas se-

melhantes. O fulcro do programa proposto era de natureza hidráulica, principalmente no que diz respeito a construção de obras de engenharia, açudes públicos e estradas. O açude Cedro, no município de Quixadá (CE), iniciado em 1884 e concluído em 1906, é um exemplo das iniciativas nesse tocante.

Na República, tiveram continuidade as medidas de melhoria das condições do meio físico e, depois da Revolução de 30, houve aceleração nos trabalhos de engenharia e, em menor escala, atenção para com a irrigação, piscicultura, plantas forrageiras e estudos de solos.

Dessa época até a Segunda Guerra Mundial (1942), o Governo Federal procurou realizar a integração política nacional, quando foram iniciados alguns estudos que visavam à ação governamental, então bastante centralizada. É dessa fase (1943), a criação da Missão Técnica Americana de Alto Nível (mais conhecida por Missão Cook) para auxiliar o Brasil no planejamento de auto-suficiência econômica, especialmente tendo em conta os problemas criados com a Segunda Guerra Mundial.

Durante o período de 1948-51 – Governo Dutra – as idéias de planejamento econômico frutificaram vigorosamente. Um plano quinquenal de desenvolvimento nacional (SALTE) foi elaborado e submetido ao Congresso Nacional, em 1948. Neste mesmo ano, a Comissão Técnica Mista Brasil – Estados Unidos (conduzida pelos economistas John Albink e Octávio Gouveia de Bulhões) elaborou circunstanciados estudos sobre a economia brasileira. O Programa, denominado Ponto IV (1951-53), foi resultante de acordo firmado com os Estados Unidos por sugestão dos referidos estudos.

Getúlio Vargas foi eleito presidente em 1950. Logo depois, em 1951, abateu-se sobre o Nordeste uma seca de grandes repercussões econômicas e sociais, chamando a atenção da Nação para a necessidade da modifica-

ção da política para a Região. Após visitar o Nordeste nessa ocasião, o Ministro da Fazenda de Vargas, Horácio Láfer, propôs a criação do Banco do Nordeste do Brasil.

Inicialmente, o BNB tinha por finalidade o financiamento da agricultura, obras de irrigação, aquisição de máquinas agrícolas, construção de silos e exploração de cultivos econômicos adaptados ao semi-árido. Por influência dos três assessores nordestinos de Vargas – Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Cleantho de Paiva Leite – o BNB teve suas funções ampliadas para tornar-se um grande órgão de desenvolvimento econômico regional. Em junho de 1952, o BNB foi instituído por lei e, sob a presidência do dr. Rômulo de Almeida, iniciava suas operações em 1954.

A mensagem presidencial que propunha a criação do BNB continha críticas ao *approach* de obras contra as secas e apontava a necessidade da realização de estudos e da elaboração de um plano global para a Região, de modo a atacar as causas e os efeitos econômicos e sociais dos problemas regionais.

O memorando apresentado às Nações Unidas pelo economista Stefan H. Robock, em dezembro de 1955, na qualidade de assessor do Banco do Nordeste do Brasil, registrava que, não obstante os esforços e a existência de razoáveis recursos naturais, o Nordeste tinha permanecido, de modo geral, na retaguarda econômica do País. Naquela ocasião, a região que abrangia os estados do Piauí à Bahia, contava com uma população de 18 milhões de habitantes e com uma renda *per capita* de apenas 43% da média brasileira.

Com base nos estudos iniciais elaborados pela equipe em formação no Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), foi identificado que o pouco êxito dos programas de desenvolvimento do Nordeste podia, em grande parte, ser atribuído à ausência de planeja-

mento e à pequena quantidade de pessoal técnico habilitado para elaborar os estudos necessários a um programa de desenvolvimento econômico adequado. Outra limitação se referia à falta de utilização de critérios científicos na identificação dos problemas regionais. As compreensões emocionais dos problemas do Nordeste resultavam em políticas cujos méritos ficavam muito a desejar.

Disso resultava que os programas regionais eram defensivos e relativos aos efeitos, e não às causas diretamente determinantes do desenvolvimento econômico. Faltava uma visão global da economia regional, aliada à ausência de coordenação entre os programas e as instituições responsáveis.

Com base nesse diagnóstico preliminar, o ETENE iniciou um trabalho de análise econômica como subsídio à elaboração de um programa regional e de uma política de crédito e assistência técnica. Na ocasião, aliás, o novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955), reconhecia a necessidade de “planejamento regional e coordenação do Nordeste.”

A 14 de dezembro de 1956, foi assinado o Decreto n.º 40.554, constituindo, no Conselho Nacional de Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho Para o Nordeste (GTDN), cuja direção executiva foi confiada a um representante do BNB.

Os estudos realizados pelo GTDN, depois CODENO – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – resultaram na criação, em dezembro de 1959, por iniciativa do Poder Executivo, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), autarquia federal cujo objetivo era a implantação da nova política governamental de desenvolvimento do Nordeste.

Ao longo dos anos, o Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil deu continuidade aos estudos macroeconômicos e setoriais, destinados à formulação de políticas econômicas.

Uma das conclusões relevantes desses exaustivos estudos foi de que “não é verdade que o Nordeste seja um sorvedouro de recursos públicos, nem que a economia da região esteja estagnada, nem que a política de desenvolvimento regional esteja sendo um fracasso.”

Em contrapartida, tais estudos propõem que o Nordeste não precisa usar o argumento da miséria para conseguir favores. A Região carece é de desenvolver seu potencial de recursos para atrair novos investimentos.

Na verdade, à proporção que nos aproximamos do fim do segundo milênio desde o nascimento de Cristo, há muitas razões para fazer uma reflexão sobre o futuro do Nordeste e do Ceará, em particular.

Na emergência de uma civilização globalizada, as esperanças no futuro nunca foram antes tão significativas e desafiadoras. De fato, novas especializações e tecnologias estão expandindo nossa capacidade para ver desde o interior do átomo até as distantes galáxias do universo. As comunicações e meios de transporte nos capacitam a romper as barreiras das distâncias. A Medicina avança prometendo curas miraculosas e novos tratamentos a doenças antes incuráveis. A engenharia genética promete a quebra de antigas barreiras no aumento da produtividade e na eliminação de pragas e doenças.

As sementes de um futuro diferente precisam ser urgentemente plantadas, com vistas à moldagem de uma sociedade e um modelo de desenvolvimento econômico mais justo, igualitário e mais cristão.

Ao Instituto do Ceará cabe um papel especial nesse momento histórico. O conhecimento, a experiência e o discernimento dos sócios desta Casa podem ser a fonte de águas limpas para ajudar no crescimento e na frutificação dessa nova vida de prosperidade e bem-estar da população do nosso Estado.

Não se pode obscurecer que a tarefa a realizar carece de determinação e vontade política obsessiva. O Prêmio Nobel de Economia, Simon Kuznets, por exemplo, adverte que as mudanças necessárias ao desenvolvimento não são apenas de caráter econômico e tecnológico, mas encerram muitas invenções através das quais os indivíduos cooperem e participem da atividade econômica e social. Outro Prêmio Nobel de Economia, Gunar Myrdal, diz ser necessária para a realização do desenvolvimento econômico autêntico, a modernização dos métodos de pensamento da sociedade. Acha Myrdal que é preciso a adoção rigorosa dos ideais de eficiência, zelo, pontualidade, frugalidade, honestidade, orientação para a mudança, autoconfiança, cooperação e disposição para organizar a vida pessoal e comunitária.

Em outras palavras, como adverte em resumo o prof. Stefan Robock: “O desafio que se apresenta no Nordeste é o de melhorar a eficiência de operação de toda sociedade – dos indivíduos, das instituições privadas e das organizações governamentais de maneira continuada.”

Finalmente, gostaria, sinceramente, de agradecer mais uma vez a todos os que deram apoio ao meu ingresso nesta casa de cultura e tradição do Ceará.

A todos os presentes, autoridades, familiares, em especial minha mulher Mirna – companheira de todos os momentos – colegas da Academia Cearense de Ciências, Academia de Ciências Sociais do Ceará, do Banco do Nordeste, das universidades, colegas do Governo do Estado, meus irmãos e irmãs da Comunidade Face de Cristo, enfim, a todos os meus amigos, agradeço a alegria que me proporcionaram em testemunhar esta solenidade.

Ao Eduardo Bezerra, mais uma vez, o meu reconhecimento de todo o coração pelas bondosas palavras a meu respeito. Sempre considereirei o Eduardo muito mais do que um intelectual de peso, um companheiro leal e amigo.

Agradeço a Deus por participar, a partir de agora, dessa grande família do Instituto do Ceará, aproveitando os dons que Ele me concedeu.

---

(Discurso proferido na sessão solene de 23-10-97)

## SAUDAÇÃO DE EDUARDO DE CASTRO BEZERRA NETO\*

Os grandes místicos de todas as correntes religiosas e de todas as épocas legaram à humanidade o testemunho de que, em Deus, passado, presente e futuro, não se apresentam diferenciações. Tudo é presente. A Física de Einstein não contradiz os místicos. Muito ao contrário, oferece-lhes o respaldo da ciência. Com efeito, ao conceber a teoria da relatividade, Einstein nela incluiu a relatividade do tempo. Não será, pois, destituído de sentido afirmar que, dentre as múltiplas facetas da cultura humana, a História coloca os que a ela se dedicam bem próximos do tempo de Deus.

O historiador não é o homem que dirige seu olhar para o passado, tomando como referencial uma escala de grandeza, de modo a situar mais distantes ou mais próximos os acontecimentos que observa. É, sim, o homem de cultura que faz presente o passado. E ao sondar o futuro, também o faz presente.

É nessa perspectiva atemporal que vejo a pessoa do Professor Pedro Sisnando Leite, ao tomar posse na qualidade de sócio efetivo do Instituto do Ceará – Histórico, Geográfico e Antropológico.

Vejo-o como historiador do cotidiano do homem nordestino, sondando suas raízes, analisando suas lutas pela sobrevivência, concebendo a realidade nova que constrói para si e para as gerações futuras. Na vasta obra que nos lega, enriquecendo o patrimônio do Instituto, tudo converge para o presente, ainda que revele vínculos com os demais estágios do tempo.

---

\* Eduardo de Castro Bezerra Neto é Sócio efetivo do Instituto do Ceará – 1997.

Vejo-o igualmente como geógrafo, porquanto as pessoas para as quais se volta o seu saber ocupam um espaço territorial bem definido: o Nordeste do Brasil. As interações entre o meio ambiente e os seres humanos encontram-se claramente visualizadas nas contribuições que oferece à Ciência, cientista que é. Ultrapassando as fronteiras regionais, tem-se dedicado ao estudo de pessoas de outros continentes. O centro do seu interesse, porém, é o Nordeste, onde o Ceará tem relevo.

Vejo-o, ainda, como antropólogo. Não é o ambiente natural, não são as relações anônimas o ponto central de sua atenção. O foco é o homem, sujeito e objeto das interações com o meio ambiente e com as demais pessoas. Quanto a este aspecto, quem conhece a vasta bibliografia do sócio efetivo, que nesta solenidade toma posse, pode testemunhar que ele é dotado de uma qualidade muito peculiar, qual seja, a de perceber e projetar a visão de pessoas vivas que se inter-relacionam, e não o quadro frio de inter-relações que em plano secundário envolvem pessoas.

Ao saudá-lo, professor Pedro Sisnando Leite, em nome de todos os que o precederam no Instituto do Ceará, afirmo com convicção que seu ingresso neste Sodalício não se faz apenas por uma das portas de acesso a novos sócios: a da História, a da Geografia, ou a da Antropologia. Abrem-se as três numa só, em razão da polivalência do seu saber. É tríplice, portanto, o nosso contentamento ao tê-lo como consócio.

Descer aos detalhes do seu *curriculum vitae* para fazê-lo conhecido dos presentes, tomaria tempo muito além do que me foi dado para saudá-lo. Destaco sua origem, em Santana do Cariri, e sua dupla graduação: primeiro como técnico de contabilidade, depois como bacharel em Ciências Econômicas. Faço referência especial às carreiras que exerceu com brilhantismo no Banco do Nordeste do Brasil e na Universidade Federal

do Ceará. Sua condução ao cargo atual, de Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural do Ceará, decorre do crédito que conquistou pelo trabalho.

Os cursos de especialização e de pós-graduação, a experiência didática e universitária, os cargos e funções ocupados, os trabalhos realizados e publicados, os livros editados, as conferências proferidas, as participações em reuniões, seminários e simpósios, as filiações a associações de classe, as aulas, conferências e participação em bancas examinadoras além de inúmeras outras atividades, dão corpo a um alentado documento que comprova uma vida utilmente ocupada.

Falo em nome dos sócios, mas peço permissão para falar em meu nome. Permanece diante de nós a figura ilustre do professor Pedro Sisnando Leite. Diante de mim, porém, está a pessoa querida do Sisnando, meu chefe na Divisão de Agricultura do ETENE. Companheiro experiente, que muito contribuiu para consolidar minha carreira como técnico do Banco do Nordeste. Aproxima-nos a dupla coincidência profissional: ambos formados pela Faculdade de Ciências Econômicas da então Universidade do Ceará e ambos professores de Ensino Superior, na UFC e na UECE. Vejo-o como marido dedicado da Mirna, figura excepcional como esposa e mãe, além de pai exemplar do Francisco José e da Ana Maria. A linhagem continua, porquanto os netos já dão seqüência à bela cadeia da vida de família. Sinto-me honrado por ter subscrito a proposta que encaminhou sua candidatura a sócio efetivo do Instituto e, agora, por ter sido distinguido pelo presidente Paulo Ayrton Araújo para saudá-lo neste ato solene de posse.

Não lembrarei que a vida guarda semelhanças com a Contabilidade: o que consta no “Haver” tem uma correspondência no “Deve”. Apenas afirmo que, sendo a sua pessoa dotada de elevada capacidade de trabalho,

essa incomum capacidade certamente refluirá em benefício do Instituto, elevando o crédito que ele detém como instituição de cultura, reconhecida no Ceará, no Brasil e em outros países do mundo.

Lembro, outrossim, a responsabilidade particular que recai sobre seus ombros ao tornar-se sucessor do ilustre professor Djacir Menezes, personalidade que brilhou aqui no Ceará, como no Rio de Janeiro, sua segunda terra por adoção. Estou seguro de que também neste particular os sócios do Instituto foram felizes na escolha que fizeram. E ousou afirmar que, se aqui estivesse presente em pessoa, o professor Djacir Menezes certamente diria: “Bem-vindo, Professor Sisnando, chegou a sua vez, tome o meu lugar e o honre como eu o honrei.”

Em nome, pois, do professor Djacir Menezes, do presidente Paulo Ayrton Araújo, de todos os sócios do Instituto e em meu próprio, reafirmo a alegria pelo seu ingresso nesta casa: seja muito bem-vindo!

## OBRIGADO, JÂNIO QUADROS

Nunca é tarde para agradecer. Há vinte anos recebi um bilhete do próprio punho de Jânio Quadros. “Pedro, amigo.” Esta foi a saudação dele que muito me agradou. Começava dizendo: “Seu livro é uma longa e sólida lição de economia democrática. Inevitável, é a extrapolação para a América Latina. Quando aprenderemos?” O ex-presidente estava se referindo ao recém-editado livro de minha autoria denominado “Escandinávia – Modelo de Desenvolvimento, Democracia e Bem-Estar”. Como é sabido, durante o seu exílio voluntário esteve algum tempo vivendo na Suécia. Nesse período, teve oportunidade de conhecer de perto a experiência de desenvolvimento econômico dos países nórdicos. De minha parte, dediquei-me ao estudo do que ocorrera nesses países ao longo de meio século que fizera da Escandinávia uma das regiões mais desenvolvidas do mundo, não só no plano econômico, mas no modo de vida, na organização social e na estabilidade institucional. Nessa obra publicada pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, de São Paulo, procurei oferecer uma visão ampla das razões do elevado padrão de vida dessa região norte-européia. A revolução industrial, as influências do comércio externo, o papel da agricultura e sua organização, as doutrinas do desenvolvimento político, os mecanismos de distribuição de renda, de segurança social e da social-democracia.

Essas questões são hoje tratadas com naturalidade, mas foram recebidas com pouco agrado por setores governamentais do início da década de 80. A publicação desse livro somente foi possível com o apoio da Câmara de Comércio da Suécia, do Secretário da Fazenda de São Paulo e ex-presidente do Banco do Nordeste, Rubens Vaz da

Costa, e do diretor do Banco Itaú de São Paulo que se interessou em ajudar-me na divulgação das referidas idéias.

Na ocasião, exercia a função de professor-adjunto de Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Ceará e pretendia concorrer ao título de professor titular e livre docência da UFC. De minha parte, tinha despendido muitos esforços intelectuais e financeiros para a realização de compilação de informações nos países escandinavos para a elaboração da tese que se transformou no livro em referência.

O bilhete do Dr. Jânio Quadros, neste contexto, foi muito importante. Ele era uma autoridade no assunto e uma personalidade exigente sobre o julgamento do que lia, como todos sabem. Vejam o que ele disse, continuando a sua mensagem:

“O capítulo 9, por exemplo, é modelar. Nunca li nada com essa clareza e segurança pedagógicas.

O modelo de desenvolvimento, democracia e bem-estar vai ajudar-me em São Paulo...” Finalmente, conclui: “Feliz o Ceará com um professor com essa autoridade e limpidez!”

Guardei esta generosa mensagem de simpatia e desinteressado afeto, o que é raro nas grandes personalidades. Recordando o seu falecimento há dez anos e relendo esse bilhete sinto-me no dever de, mesmo tardiamente, agradecer-lhe esse gesto de apoio. Muito obrigado, Jânio!

Que Deus seja compassivo e bom para sua alma...

PARTE II  
QUESTÕES ECONÔMICAS



## ARMADILHA IDEOLÓGICA DA ECONOMIA

*Minha função é dizer a verdade; não fazer com que se acredite nela.*

JEAN JACQUES ROUSSEAU

O marxismo não morreu, como muitos pensam. Nem o liberalismo concorrencial de Adam Smith deixará de continuar influenciando os sistemas econômicos e políticos em muitas décadas à frente. Ambas as ideologias, concebidas por esses dois gênios das ciências políticas, estão em julgamento agora mais do que ocorreu quando da divulgação inicial das suas obras “O Capital” e a “Riqueza das Nações”.

As desigualdades econômicas e sociais acumuladas pela prática do sistema capitalista, desde cedo, colocaram em xeque a fragilidade da harmonia de interesses em benefício de todos, vislumbrada por Smith em sua Teoria da Concorrência Perfeita. Até à sua morte, achava esse economista que “nenhuma sociedade pode certamente estar florescente e feliz se a grande maioria dos seus habitantes é pobre e miserável”.

Em verdade, muitos países avançaram materialmente desde então, quando teve lugar o surgimento da revolução industrial que se alastrou pela Europa e, posteriormente, pelos Estados Unidos da América e outras nações. O grande debate que ora atormenta os intelectuais e políticos do mundo inteiro, no entanto, é outro. A questão é saber se o marxismo fracassou na sua versão do socialismo prático da ex-URSS e da Europa do Leste, ou se apenas ocorreu uma transitória turbulência, provocada por distorções introduzidas nas referidas experiências marxistas-leninistas. Seria tal fenômeno apenas uma etapa natural da evolução das sociedades em busca de uma terceira via ou, de fato, o fim

de uma era e o alvorecer de um novo modelo de desenvolvimento econômico da sociedade do futuro?

Observando os acontecimentos históricos do atual século, podem-se identificar três eventos significativos que marcaram a vida política e econômica da Europa e do mundo inteiro.

A I Guerra Mundial provocou a queda das monarquias da Europa Central e da Rússia czarista e a reestruturação do continente com base nos Estados Nacionais. Essa reorganização política manifestou-se em pouco tempo inadequada para manter uma nova ordem de paz.

Após a II Guerra Mundial ocorreu a divisão da Europa, e de certo modo, do mundo, nos blocos marxista e liberal-capitalista. O primeiro prometia uma sociedade materialista perfeita e ao outro atribui-se uma ideologia moderna, que tudo sacrifica ao progresso técnico e ao bem-estar econômico.

Agora, no final do século, estamos na terceira fase, com a ruína interna da ideologia marxista-leninista e da organização de poder criada por ela. Esta terceira revolução ocorreu pacificamente, sem derramamento de sangue. E resultado da decomposição dos pressupostos de um sistema baseado exatamente nos dogmas da ditadura do proletariado e da revolução violenta como único caminho para o poder...

“A queda do marxismo não fez, só por si, nascer um Estado livre e uma sociedade sã”, diz Joseph Rortinger. De fato, a Guerra Fria e o socialismo podem estar no fim. Mas um novo modelo econômico para substituí-lo não se delineará voluntariamente.

Neste quadro, não é mais possível ficar entre a escolha de positivismo e marxismo, pois nenhuma dessas filosofias oferece a base necessária para construir uma sociedade em que a liberdade e o direito se abracem de maneira racional, ética e duradoura.

## SOCIAL-DEMOCRACIA PODE SER NOVA VIA

*Com fé, apenas, não se realiza muito. Mas, sem fé, não se realiza nada.*

SAMUEL BUTLER

Os países do Terceiro Mundo, e o Brasil em particular, estão interessados em encontrar um novo caminho para o seu desenvolvimento econômico, que deveria ser mais equilibrado e justo.

Fala-se amplamente em social-democracia como um possível rumo a seguir doravante.

De modo geral, o modelo da social-democracia é considerado sinônimo de progresso e bem-estar. Fruto das soluções harmônicas estão as classes trabalhadoras no todo sociopolítico. Esse sistema funciona com base na compreensão mútua do trabalho e capital, demonstrando que é possível realizar transformações sociais profundas sem revolução violenta e sem abolição da propriedade privada.

Na atualidade, as idéias da social-democracia são aplicadas pelo menos nas quinze nações mais desenvolvidas do mundo, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. As experiências práticas mais antigas e conhecidas internacionalmente são as do Reino Unido, da Alemanha Ocidental e dos países escandinavos. Estes últimos serão referenciados aqui como exemplificação.

Nos países da Escandinávia, a democracia social teve simultaneamente várias origens ideológicas, além das ligações com o marxismo. As concepções das religiões cristãs, por exemplo, substituíram os dogmas ateístas de Marx. O capitalismo supriu as idéias democráticas e a aceitação da iniciativa privada. Há, porém, uma drástica oposição aos males provocados pelo capi-

talismo na sua forma conceitual e nos resultados desigualitários.

Até a Segunda Guerra Mundial, essas concepções eram de natureza apenas teórica. Foi somente após a reconstrução da Europa que estas idéias tomaram nova importância, passando ao longo do tempo por modificações ideológicas e pragmáticas. A adoção da legislação do bem-estar e o aumento do poder de barganha das forças trabalhistas em muitos países eliminaram ou diminuíram consideravelmente as diferenças entre ricos e pobres. Isto tornou-se possível também através de impostos recolhidos dos ricos, destinados a financiar os serviços sociais, assim como pela própria elevação da renda real da classe operária.

Assim, os programas extensos de reforma social e de planejamento dos países que adotam o modelo da social-democracia contribuíram para sepultar os argumentos de exploração de classe e as doutrinas socialistas marxistas.

A democracia econômica e a política de desenvolvimento da Escandinávia não foram impostas de cima para baixo, mas emergiram das massas trabalhadoras e da classe média, sendo desenvolvidas gradativamente pelos canais hierárquicos da estrutura política e administrativa desses países.

Décadas de governo social-democrático, com um sistema de taxas que tem evitado as grandes diferenças de renda e um amplo programa de serviços públicos proporcionaram um alto nível de vida à população dessa parte da Europa. Atualmente os países da Escandinávia contam com mais de US\$ 20 mil de renda *per capita* segundo o Banco Mundial.

É importante notar que a palavra desenvolvimento é um vocábulo sério para esses países e se converteu numa obsessão desse povo, herança do nacional-socia-

lismo europeu ou demanda das aspirações autênticas das suas massas trabalhadoras e de seus líderes políticos.

A harmonia do indivíduo e a segurança do Estado se fazem pelo debate e diálogo, ou seja, o exercício da liberdade é estabelecido com base no respeito e na ordem social.

Para o adequado funcionamento da democracia escandinava, existem diversos instrumentos de salvaguarda dos interesses dos cidadãos. Uma das instituições notáveis com esta proposta é o *Ombudsman*. A função dessa organização, instituída pelo parlamento, é oferecer a proteção do regime legal que assegura direitos e interesses aos cidadãos diante da burocracia civil, do Governo, das empresas e da sociedade. Essas salvaguardas são aceitas como garantias das liberdades individuais, criando uma atmosfera de harmonia social indispensável a uma autêntica democracia.

Conforme John Marurice Clark, “para que a ordem exista, importa que cada qual aceite sacrifícios, pelo menos em parte do direito de agir como entenda.”

O fenômeno notável do modelo escandinavo foi a passagem de uma economia subdesenvolvida para uma desenvolvida em um prazo relativamente curto, comparativamente com a experiência das demais nações hoje ricas. As lições que podem ser aprendidas dessa experiência contêm ensinamentos valiosos para os países atualmente em desenvolvimento.

Sabe-se, no entanto, que o período de preparação para o desenvolvimento foi longo, pontilhado de obstáculos e dificuldades, mas superadas por um trabalho pertinaz e constante do Governo e da população.

Por conseguinte, é fácil observar que a social-democracia como modelo político e econômico contém muitos elementos hoje desejados pelos brasileiros. O caminho para uma nova ordem econômica, contudo, dificilmente

pode ser copiado de outras nações, sem as necessárias e indispensáveis adaptações às atividades nacionais.

Vale ressaltar, finalmente, a advertência do economista Alvin Toffler: “Na era da mudança do Poder à frente, a principal luta ideológica não mais será entre a democracia capitalista e o totalitarismo comunista...” Na verdade, a grande esperança dos povos do Terceiro Mundo e do Brasil é mudar o caráter do desenvolvimento, atualmente adotado, de mero crescimento da renda para um novo estilo que resulte em benefício de toda a sociedade, especialmente dos pobres e marginalizados.

## MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

*Não se ajudam os pobres arruinando os ricos.*

ABRAHAM LINCOLN

A palavra desenvolvimento tem sido usada com diversos significados.

A noção de desenvolvimento econômico que contou com maior número de adeptos, nos anos de pós-guerra, era fundamentada no crescimento do produto ou renda por habitante. Dizia-se que um país ou região se desenvolvia quando apresentava, ao longo de um período, incremento do produto ou renda real *per capita*.

A partir do início da década de setenta, um número crescente de economistas passou a considerar o crescimento do produto ou da renda como um indicador inadequado do desenvolvimento econômico. Dentro deste contexto, o crescimento da capacidade produtiva deve completar-se com outros elementos que possam dar relevo mais apropriadamente às demais dimensões do desenvolvimento econômico.

Na verdade, as mudanças atinentes a este assunto não foram simplesmente de como avaliar os progressos alcançados nos países em desenvolvimento, mas estabelecer novos conceitos, objetivos e revisão de todo o enfoque do desenvolvimento no contexto dos países subdesenvolvidos.

Sobre o assunto, Hollis Chenery explica: “Desenvolvimento econômico pode ser visto como um conjunto de mudanças inter-relacionadas na estrutura da economia que são requeridas para o crescimento continuado. Elas envolvem a composição de demanda, produção e emprego, bem como a estrutura externa do comércio e do fluxo de capital.” Desse modo, desenvolvimento é um proces-

so multidimensional, abrangendo a reorientação e reorganização completas dos sistemas econômico e social. Seja qual for o processo de desenvolvimento, ele deve motivar mudanças fundamentais nas atividades populares e até mesmo nas crenças e costumes. Com essas modificações no âmbito nacional do sistema econômico, é necessário também, de modo geral, ajustamentos no contexto internacional da economia.

Do ponto de vista das Nações Unidas, “O desenvolvimento econômico destina-se a oferecer aos povos melhores oportunidades para uma vida mais condigna.” A eliminação das acentuadas desigualdades na distribuição de renda e da riqueza é uma necessidade imperiosa das nações subdesenvolvidas. Torna-se excepcionalmente importante a redução da pobreza e das injustiças sociais, muito difundidas nesses países, tanto nos grupos sociais como entre regiões. Há necessidade de proporcionar emprego às populações crescentes, especialmente as das comunidades mais pobres, muito necessitadas de alimentos, serviços sanitários, educação e habitação. Estes elementos são considerados, ao mesmo tempo, produto final e instrumento para as mudanças socioeconômicas dos países subdesenvolvidos. É necessário um aumento persistente do produto com vistas a viabilizar os objetivos mencionados e, paralelamente, o estabelecimento de políticas deliberadas e adaptadas ao alcance das melhorias sociais.

Enfim, a interpretação do conceito de desenvolvimento é de que a sua finalidade última deve consistir na melhoria do bem-estar social. Por sua vez, o progresso social está estreitamente relacionado com a plena utilização do potencial humano e depende principalmente de mudanças sociais politicamente viáveis. Essas mutações consistem em uma nova integração social e numa modificação das instituições e das relações sociais de

modo que se procure a justiça social e a base institucional ótima para o avanço tecnológico e econômico.

Como propõe Alfred Sauvy: “A questão não é saber se convém favorecer ou deter o desenvolvimento, mas em que condições se produzirá, e esforçar-se por obter a melhor evolução possível.” O desenvolvimento não pode ser mais definido como simplesmente um aumento de consumo e de produção de bens materiais e serviços. Há de defini-lo como um processo que permite aos indivíduos, às comunidades e aos governos recuperarem seus direitos e capacidades sobre o seu próprio futuro. É essencial contar com a liberdade para eleger um estilo pessoal de vida de acordo com os valores culturais, tradicionais e as necessidades sociais.

Desenvolvimento econômico deve significar melhoria nas condições de vida, para as quais o crescimento econômico e a industrialização são essenciais. Mas se não há preocupação com a qualidade do crescimento e das mudanças sociais, não se estará falando de desenvolvimento econômico.

## A VEZ DO PLANEJAMENTO

*Os planos não passam de boas intenções, a menos que se transformem de imediato em trabalho árduo.*

PETER DRUCKER

O planejamento tem sido utilizado como uma estratégia valiosa no enfrentamento de muitos desafios ao longo da história da humanidade. Em certas circunstâncias, foi adotado para organizar um país para a guerra, como explica Sun Tsu no seu extraordinariamente moderno livro “A Arte da Guerra”, escrito há 2.500 anos. Noutras, destinou-se a acelerar ao máximo a reconstrução de pós-guerra, cujo exemplo mais notável foi o “Plano Marshall”, adotado após a Segunda Guerra Mundial, que recolocou a Europa Ocidental na senda da estabilidade e do desenvolvimento. Nos países socialistas, teve como propósito acelerar o desenvolvimento industrial e ajudar a transformação do sistema político e institucional. Na América Latina, de modo geral, o planejamento foi aceito como uma metodologia indispensável para tentar superar as condições do subdesenvolvimento e obter mudanças estruturais e institucionais inerentes às necessidades do progresso econômico. Mesmo os países já industrializados do Primeiro Mundo continuam utilizando o planejamento econômico de natureza indicativo destinado a orientar as inversões políticas e privadas e a coordenar o sistema econômico.

O verdadeiro papel do planejamento econômico, na atualidade, é servir de instrumento para superar as condições de atraso e como um processo social com a dupla função de otimizar as relações meios e fins e como auxiliar para aumentar a racionalidade material e humana do desenvolvimento econômico.

No caso do Brasil, entretanto, o planejamento não tem cumprido essa função vital. Especialmente nos últimos anos, ele tem sido produto apenas do esforço técnico-intelectual dos economistas. Estes especialistas dão demasiada ênfase aos aspectos tecnocráticos dos planos, geralmente colocando como ação planejadora os efeitos e não as causas do processo socioeconômico. Como explica o prof. Louis J. Wallinsky: “O planejamento é um método de finalidade reformadora das estruturas de propriedade, de rendas e dos mecanismos de poder das sociedades subdesenvolvidas.”

Os objetivos e alternativas de desenvolvimento, conseqüentemente, só em parte são responsabilidade dos técnicos encarregados da elaboração dos planos. São os ministros de Estado, em nome do Governo, que tomam as decisões e determinam as políticas de ação. Somente eles podem delinear as metas e as estratégias, criar as instituições necessárias e estimular as energias nacionais de apoio à execução. “Os planos, enfim, não se realizam automaticamente; precisam ser postos em prática pelas autoridades governamentais com o apoio da sociedade”, adverte o Prêmio Nobel de Economia, Jean Tinberger.

Planejar uma política de desenvolvimento, aliás, tem se tornado uma necessidade premente para superar a crise atual da economia brasileira. Neste sentido, o novo ministro do planejamento, Senador Beni Veras, afirmou em sua recente posse: “A SEPLAN, com todos os seus membros, tem uma dívida com o País. Temos que ser capazes de ajudar a nação brasileira a encontrar seu caminho. Podemos ser o traço de união na construção de um governo justo, eficiente e democrático.”

Outros propósitos oportunos formulados pelo novo ministro são de adotar o planejamento participativo e descentralizado e de recuperar a prática de planejamento

de longo prazo no País. “Buscando a sustentabilidade do processo de desenvolvimento em todas as suas dimensões econômicas, sociais, ambientais e políticas.” A questão regional também está contemplada entre as prioridades e preocupações do ministro Beni Veras. Afirma ele que há necessidade de “redefinir o viciado modelo de desenvolvimento regional que adotamos durante várias décadas.” Segundo o ministro, o novo modelo de desenvolvimento regional “está a exigir novas soluções – mais dinâmicas, mais descentralizadas, mais criativas.” Acredita ele que com uma gestão eficiente e parcimoniosa, os recursos públicos são suficientes para a superação da pobreza e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do País. O novo lema será: “É proibido gastar mal.”

O programa de ação do novo ministro prevê o aperfeiçoamento da gestão pública, adequação das obrigações do Estado às necessidades do País, o estabelecimento de um pacto federativo e a mobilização do potencial realizador da sociedade e do setor privado. Tais metas, evidentemente, não poderão ser plenamente alcançadas, como é desejo do ministro, sem um correto planejamento. Como diz ele: “Temos de ter consciência de estarmos criando as pré-condições para um longo surto de desenvolvimento que está ao alcance de nossas mãos, se tivermos coragem para concluir o programa traçado.” Isto é, executar o que for planejado, segundo essas novas diretrizes.

Sem dúvida, essa é a vez do planejamento dar sua verdadeira contribuição ao desenvolvimento do Brasil, como o fez em tantas outras partes do mundo, onde o assunto foi levado a sério e com determinação.

## REINVENTANDO O NORDESTE

*Não é triste mudar de idéias; o triste é não ter idéias para mudar.*

BARÃO DE ITARARÉ

O Nordeste hoje seria diferente e bem mais pobre, não fora a ação dos órgãos regionais, tais como o BNB, a SUDENE e o DNOCS, comenta o economista João Gonçalves de Souza, no seu livro sobre o Nordeste Brasileiro. O ex-superintendente da SUDENE e diretor da OEA afirma, ainda: “O esforço de cada um deles, examinando friamente, revela marcos positivos.”

Os resultados das ações desses organismos regionais muito tem a ver com o Decreto 40.554, de dezembro de 1956, assinado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, criando o Grupo Para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), espelhado no que vinha acontecendo, ao nível internacional, com a Aliança Para o Progresso. O GTDN, que funcionou sob a coordenação do Banco do Nordeste, teve como objetivo principal realizar pesquisas e apresentar ao governo um plano global para o desenvolvimento do Nordeste. Com base nos estudos do ETENE/BNB e em novas pesquisas, o economista Celso Furtado fez um conciso diagnóstico dos problemas do Nordeste e prescreveu as novas diretrizes de ação, no bem conhecido documento “Uma Política Para o Desenvolvimento do Nordeste”. Daí surgiu o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e logo mais a criação da SUDENE, em dezembro de 1959.

Trinta e cinco anos depois, ou, mais precisamente, em maio de 1994, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, os órgãos de desenvolvimento regional e o BNDES, Caixa Econômica Federal e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) assinaram protocolo de alta

significação para o Nordeste, certamente inspirado na experiência do GTDN. Trata-se agora da criação do Comitê Regional do Nordeste das Instituições Federais de Financiamento e De-senvolvimento (CORIF). Objetiva este protocolo a realização de estudos, coordenação de programas e projetos e a racionalização do uso dos recursos públicos, enfim, o desenvolvimento do Nordeste.

Seria oportuno perguntar: O que ocorreu verdadeiramente na economia do Nordeste entre estes dois momentos da história econômica regional? Há necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento? Ou basta aperfeiçoar o que está sendo feito? Os resultados falam por si.

O crescimento da renda do Nordeste nos últimos trinta anos, foi excepcional pelos padrões internacionais. O setor industrial, a geração de divisas e outros indicadores globais da economia se mostraram ascendentes. Estes avanços quantitativos não foram, todavia, os mesmos no tocante à melhoria da qualidade de vida de milhões de habitantes dessa Região, especialmente os dependentes de atividades agrícolas e marginalizados dos centros metropolitanos.

Na verdade, o que tem ocorrido no Nordeste é a subsistência ainda dos principais problemas de desigualdades e pobreza absoluta que marcam as economias sub-desenvolvidas do Terceiro Mundo. Efetivamente, o verdadeiro significado de desenvolvimento não corresponde apenas a um aumento quantitativo da produção dos bens e serviços, mas, principalmente, a sua melhor distribuição. A finalidade do desenvolvimento é melhorar prioritariamente as condições de vida da sociedade em todos os seus aspectos econômicos, sociais, culturais, institucionais e ambientais. De fato, a mera “acumulação de bens e serviços, mesmo em benefício da maioria, não basta para realizar a felicidade humana”, lembra João Paulo II, na Encíclica “Sollicitudo Rei Socialis.”

Torna-se necessário, por isso, redefinirem-se, claramente, os objetivos e os rumos de um novo estilo de desenvolvimento econômico mais qualitativo do que o atualmente em curso no Nordeste.

Ao novo Comitê Regional do Nordeste (CORIF) cabe, neste momento histórico, a responsabilidade de reinventar o desenvolvimento do Nordeste e estabelecer uma nova ordem regional, fundamentada no verdadeiro progresso econômico e nos princípios da promoção humana. Por sua vez, os órgãos de desenvolvimento regional contam agora com uma excelente oportunidade para se renovarem e progredirem com a Região.

## A NOVA ECONOMIA DA INFORMAÇÃO

*O meu interesse é pelo futuro desde que é nele que vou passar o resto da minha vida.*

C. KITTERING

O renomado professor de Sociologia do Trabalho, Domênico Di la Masi, da Universidade de Roma, afirma que, atualmente, está-se travando uma luta entre os que procuram preservar o industrialismo e os que propõem que a informação seja a força dinâmica de uma nova era, de uma verdadeira “Renascença”. Segundo o referido cientista social, está surgindo uma sociedade pós-industrial, onde a agricultura e a indústria serão ultrapassadas ou substituídas economicamente pela informática e pelos serviços. Este fenômeno afetará os países ricos e as economias mais atrasadas. Ou seja, as economias do Terceiro Mundo deveriam queimar etapas, saltando da era fundamentada nos recursos naturais para a etapa da informatização e da eletrônica.

Tal enfoque dos problemas do desenvolvimento econômico vem crescendo de importância na literatura acadêmica e nos pronunciamentos políticos nos últimos anos.

André Danzin, do Comitê Europeu de Pesquisa e Desenvolvimento, vê na sociedade de informação a oportunidade para o ressurgimento econômico da Europa. “O potencial da eletrônica e da informação será o primeiro setor do crescimento”, diz ele. Outros cientistas e economistas falam de uma “Idade Espacial”, “Idade Tecnocrônica” e de uma “Idade da Informação.” Estas expressões buscam, naturalmente, descrever as etapas futuras das sociedades ricas, onde os problemas da pobreza, desigualdades sociais e atraso econômico são apenas recordações históricas.

Segundo o economista e escritor Alvin Toffler, a humanidade enfrentou, até o momento, duas ondas de mudanças, cada uma provocando a ruptura de culturas e civilizações e substituindo-as por novos modos de vida, jamais imaginados pelos que viveram antes. A primeira onda foi a da revolução agrícola, que prevaleceu durante milhões de anos. A nova etapa foi a onda da civilização industrial, que perdurou um pouco mais de 200 anos e está chegando ao fim. A terceira onda já teve início em algumas partes do mundo e poderá completar-se em poucas décadas vindouras. Esta civilização nova, pós-industrial, exigirá governos mais eficazes, mais democráticos. Haverá uma ruptura entre o produtor e o consumidor, gerando uma nova economia do “prossumidor”. Será a primeira sociedade verdadeiramente humana da história.

Na verdade, muitos países já entraram nessa nova etapa do de-senvolvimento econômico, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Japão; enquanto outros estão vivendo o impacto simultâneo de várias ondas.

O economista Jean-Jacques Servan-Schreiber, autor do “Desafio Mundial”, também acha que a industrialização clássica não é verdadeiramente um caminho seguro para a independência dos povos subdesenvolvidos. Até que ponto essa industrialização não serve, antes, aos interesses expansionistas das multinacionais, de forma que torna os países pobres mais pobres e mais endividados?

Estas e outras questões estão sendo ressaltadas nos estudos sobre as alternativas que viabilizam uma nova ordem político-econômica mundial.

Observando esta problemática da perspectiva do Brasil, de modo geral, não devemos esquecer que no planeta existem dois mundos. O mundo dos ricos e o

mundo dos pobres. O primeiro é industrializado e avançado tecnologicamente, com alta produtividade na agricultura, e que já resolveu todos os seus problemas estruturais de educação, saúde e pobreza absoluta. O numeroso mundo dos subdesenvolvidos, onde se encontra ainda o nosso País, é marcado por extrema pobreza de segmento importante da população, baixa produtividade, grande proporção de desempregados e abjeta desigualdade econômica e social.

A questão política mais premente das áreas subdesenvolvidas, portanto, é pertinente à superação dos graves problemas estruturais, da modernização tecnológica e melhoria da produtividade generalizada. Sem solução desses entraves jamais os países subdesenvolvidos alcançarão sequer a almejada fase da revolução industrial. A luta principal, a ser empreendida nas próximas décadas, deverá ser o combate à pobreza e a defesa da justiça econômica como estratégia para obter uma reversão da tendência do aumento do hiato de renda e bem-estar entre as nações e dentro de cada estado do Terceiro Mundo.

Neste contexto, a revolução da informação poderá ser um elemento fundamental de modernização e transformação da economia dos países subdesenvolvidos atuais. De forma alguma, entretanto, deve-se esquecer a advertência do dr. Herman Kahn, do Hudson Institute, no seu livro sobre os próximos 200 anos: “Somente os países que tiverem vencido, antecipadamente, a revolução da educação e da tecnologia serão beneficiados pela nova onda da informação e da eletrônica.”

## NOVO PLANO, VELHOS PROBLEMAS

*A história, depois de feita, é inalterável.*

JOHN KENNETH GALBRAITH

O novo Plano Econômico lançado recentemente pretende, em seus fundamentos, conter ou reduzir a atual superinflação no País. A proposição do ministro Fernando Henrique Cardoso é que o seu plano consubstancia uma proposta de estabilização econômica de natureza monetária e fiscal.

O objetivo final da nova política é criar as condições necessárias à retomada do crescimento econômico continuado, segundo a concepção de que não é possível o alcance da referida meta sem antes reduzir drasticamente a inflação. Este aspecto do novo Plano Econômico suscita um velho problema, isto é, inflação *versus* crescimento econômico. É necessário reduzir a inflação para obter a retomada do crescimento econômico?

Há uma crença acadêmica na América Latina de que o desenvolvimento econômico não pode verificar-se sem recorrer à inflação. Esta tese, aliás, conta com respeitáveis seguidores do Brasil, enquanto outros são de opinião que “não há correlação entre inflação e desenvolvimento”.

Na verdade, a história econômica da humanidade mostra que a inflação não é necessária ou benéfica ao desenvolvimento econômico, conforme ensina dr. Octávio Gouveia de Bulhões, presidente do Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Do mesmo modo, o prof. Hans Singer diz: “De meu conhecimento nunca houve um caso de desenvolvimento econômico bem sucedido combinado com inflação acelerada.”

De fato, não houve inflação durante a fase importante do desenvolvimento econômico na Inglaterra, en-

tre 1784-1814, assim como não houve nos Estados Unidos, no Japão e na União Soviética em períodos de mais rápido crescimento econômico. Mesmo no Brasil e na Argentina não ocorreu inflação durante os melhores momentos da economia desses países.

A literatura econômica é farta em análises comprobatórias de que, para o desenvolvimento econômico e o progresso, é preferível uma situação financeira estável a uma inflação acelerada.

Não há dúvida, portanto, de que o desenvolvimento é possível com moderada inflação; mas é falsa a idéia de que a inflação é inevitável no curso do desenvolvimento econômico. O equívoco decorre da confusão que geralmente se faz em economia quanto à causa e ao efeito dos fenômenos.

Na prática, quando um país procura aumentar a taxa de crescimento de seu desenvolvimento ocorre mais pressão sobre os recursos disponíveis. Verifica-se, em conseqüência, um aumento da procura desses bens e uma elevação dos preços correspondentes. Conclui-se, daí, que o desenvolvimento provoca a inflação. Isto é uma falácia porque a pressão sobre os recursos físicos, nesse caso do crescimento econômico, afeta os preços relativos de alguns bens e não o nível geral de preços que caracteriza os processos inflacionários. Em outras palavras, no processo de crescimento a variação dos preços são de alguns artigos em comparação com outros e nada mais. Do mesmo modo, não haverá pressão sobre os preços, no processo de crescimento, quando os recursos obtidos pelo governo para investimentos forem através de impostos ou empréstimos ao público e as empresas particulares utilizarem suas próprias poupanças em seus investimentos.

Se a inflação não é necessária para o crescimento econômico do País, então quem é que a quer? São gru-

pos politicamente poderosos do País que se beneficiam com a inflação, sendo que alguns têm de tê-la para sobreviver. Mas, quem perde ou paga pela inflação brasileira? A hiperinflação reduz rapidamente a renda ou remuneração real dos assalariados, impede o aumento da produtividade, destrói o mercado de crédito produtivo e controla o balanço das empresas. No entanto, um dos efeitos mais danosos da inflação é quanto à distorção dos investimentos, com fuga para a moeda estrangeira, aplicações na compra de imóveis e terrenos, além de desincentivar a aplicação de recursos no setor de bens de capital e de infra-estrutura.

Em suma, a inflação desvia o curso dos investimentos do setor produtivo para as aplicações especulativas, em prejuízo do desenvolvimento econômico do País.

## PLANO REAL: HORA DE PISAR NO FREIO

*Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças.*

BARON LOUIS

A inflação selvagem do Brasil pode ser domada? Teremos estabilidade dos preços, doravante? Este Plano vai dar certo mesmo?

São perguntas que estão, no momento, na boca e no pensamento de todos os que se preocupam com o futuro do País ou com o seu bolso... É verdade que alguns acham que se temos vivido com elevada inflação nos últimos anos, por que não poderemos viver outros dez ou vinte anos?

A primeira reflexão que se deve fazer sobre tais questões é: Por que o Brasil detém atualmente a maior inflação do mundo, afora a dividida e caótica economia da Iugoslávia? Como se explica que todos os países desenvolvidos do mundo tenham inflações de apenas dois a cinco por cento ao ano? Além disso, a quase totalidade das nações do Terceiro Mundo, quer grandes, médias e republiquetas da América Latina, África, Oriente Médio e Sudeste Asiático estão com inflações que, raramente, ultrapassam vinte por cento anualmente. O recorde mundial do Brasil, de maior concentração de renda nas mãos de poucos e uma pobreza generalizada em todo o território nacional, não estaria correlacionado com o crônico processo inflacionário que estamos vivendo há anos? Basta de perguntas, vamos aos fatos...

Durante a maior parte da história econômica recente do nosso País, o governo gastou desmedidamente mais do que havia arrecadado. Este modo de agir enfraqueceu o crédito público, reduziu a eficiência econômica, sepultou a credibilidade e a reputação governamentais. A inflação, segundo explica o economista W. L. White, as-

semelha-se a um navio que, devido a um furo em seu casco, está afundando lentamente e parece haver tempo suficiente para corrigir o defeito. Mas, finalmente, chega o momento em que a proa afunda e sua popa, erguendo-se no ar, mergulha para o fundo, irremediavelmente...

A hiperinflação é, fundamentalmente, um fenômeno monetário no qual as classes assalariadas e de renda fixa perdem poder aquisitivo. Enquanto isso, o governo e os capitalistas ganham. Estes, pela especulação, e o governo, pela cobrança de um imposto inflacionário sutil, representado pela emissão de moeda para gastos de custeio ou de investimentos de duvidosa prioridade, como é do conhecimento da sociedade brasileira.

Este é um complexo mecanismo que poucos conhecem. Seus resultados são públicos e notórios, como explica um modesto engraxate da Praça do Ferreira, ao indagar-lhe o que ele achava que era a inflação: “Inflação é uma maracutaia que o governo inventou para tirar dinheiro dos pobres e dar aos ricos.” Nem Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia, com seus estudos dos fenômenos monetários, seria tão preciso e correto.

Quem não sabe que a situação da economia brasileira hoje é ótima para uma minoria e desastrosa para a massa populacional mais expressiva? Parece que os governos e os detentores do poder econômico nunca refletiram como eles seriam também beneficiados com uma economia estável, isenta desse câncer destrutivo do processo produtivo. Basta ver o que ocorre nos países do Primeiro Mundo que eliminaram totalmente esse fator de intranquilidade social e de pouca justiça econômica. De fato, os países desenvolvidos tremem de medo e pavor com qualquer ameaça do recrudescimento da inflação, por menor que seja. Tal como passar de 3 para 4% ou 5% ao ano.

O novo Plano Econômico de Estabilização, ou Plano Real, contém praticamente todos os elementos técnicos

indispensáveis para frear e derrubar a hiperinflação do Brasil a níveis muito baixos, semelhantes aos que vigoram hoje na maioria dos países subdesenvolvidos, isto é, de dois a cinco por cento ao mês. Trata-se da mais abrangente, realística e criativa de todas as tentativas de combate à inflação no Brasil. Por sua vez, a situação das contas públicas estão em níveis toleráveis, em parte devido ao grande atraso na aprovação do orçamento de 1994. A dívida externa que era um poderoso foco de inflação foi renegociada de acordo com termos compatíveis com a capacidade de pagamento. O preço do petróleo, que já foi uma fonte de elevação generalizada dos preços, regrediu. O País conta com uma reserva cambial em moedas fortes entre 25 a 30 bilhões de dólares, proporcionalmente idêntica, em termos de renda nacional, ao que a Argentina conta para sustentar seu programa de inflação zero.

Este tesouro de poder aquisitivo internacional será suficiente para lastrear os 3,6 bilhões de novas unidades de real a serem emitidas, bem como uma garantia para a moeda escritural que é movimentada pelo sistema financeiro. Ao lado do congelamento ou controle das emissões do real aos níveis do crescimento da economia ou do estoque de divisas fortes, é possível obter um ajuste fiscal compatível com o novo patamar de estabilidade econômica programado.

Em resumo, o combate ao selvagem processo inflacionário brasileiro, que atualmente asfixia a economia, impõe-se por motivos econômicos, sociais e éticos. O Plano Real é factível e se ajusta perfeitamente às metas de estabilidade financeira e ao estímulo à retomada do desenvolvimento econômico nacional. É um plano maduro, e não medidas precipitadas. Vai funcionar e dará certo sem dúvida. Acreditem!

Como diz Joelmin Beting: “A ordem é salvar o plano. E, através dele, o BRASIL.”

## REVERSO DO REAL

*Não procure erros, encontre soluções.*

HENRY FORD

A hiperinflação é uma doença perigosa que pode destruir uma sociedade. Mas a inflação tem cura. Para provar isso basta examinar a história econômica dos últimos dois séculos. Desde o início da revolução industrial, praticamente em todos os países do mundo ocorreram, em certos momentos, inflações elevadas, conforme os padrões de cada época. Do mesmo modo, todos conseguiram dominá-las.

Atualmente são poucos os países do Terceiro Mundo e nenhum dos desenvolvidos que sofrem desse mal. Tem sido determinante para isso a compreensão de que a inflação galopante é uma doença destruidora do tecido social e um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e à estabilidade política.

No momento em que são adotadas medidas destinadas a reverter o processo inflacionário brasileiro, torna-se oportuno lembrar, entretanto, que a derrota da inflação é um pré-requisito fundamental, mas não suficiente, para o desenvolvimento econômico e a prosperidade geral. O País necessita urgentemente da adoção de uma estratégia de desenvolvimento que leve em conta o quadro de estabilidade interna e a nova ordem econômica internacional. A grande tarefa do momento não é apenas “tirar o carro do atoleiro”, como dizia Pompidou. Neste momento histórico, a questão é saber se os brasileiros saberão encontrar o caminho de um desenvolvimento econômico equilibrado e socialmente mais justo.

Por outro lado, é oportuno advertir que nem tudo são flores no processo de cura da inflação. Há efeitos

colaterais dolorosos, especialmente aqueles que vinham sendo beneficiados pelo descontrole monetário. Para explicar melhor, Milton Friedman, Prêmio Nobel de Economia, estabelece um paralelo entre o alcoolismo e a inflação. Diz ele: Quando o alcoólatra se inicia no vício, os efeitos primeiros são bons. É o mesmo que ocorre no início do aumento da quantidade de moeda em circulação, quando todos elevam os gastos, especialmente o governo, sem necessidade de poupança anterior ou empréstimo. Depois aparecem os efeitos negativos: elevação dos preços, perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, estagnação econômica e, finalmente, como todos sabem, o caos social.

Felizmente, a cura do alcoolismo é fácil: deixar de beber. A receita para a cura da inflação também é conhecida: equilíbrio orçamentário, controle das emissões, política de crédito rigorosa e determinação política para eliminá-la.

O alcoólatra que se interna, explica o professor Friedman, sofre tremendamente com a ausência da bebida antes de superar a compulsão de beber. Os efeitos colaterais do combate à inflação são dolorosos para os que eram beneficiados pela orgia do vício, ou seja, o próprio governo e os detentores do poder econômico especulativo que tiram vantagens desse fenômeno. Esses efeitos colaterais, naturalmente, não afetam os assalariados, os detentores de renda fixa, os segmentos mais pobres da população e as regiões subdesenvolvidas.

Para a sociedade como um todo, os benefícios surgem a médio prazo com possibilidade de mais crescimento, aumento do emprego, economia mais sadia e próspera. O real já mostrou a cara, agora é esperar o reverso da moeda.

## AS CAUSAS DA INFLAÇÃO

*Aqueles que esquecem o passado são condenados a revivê-lo.*

PROVÉRPIO SÂNSCRITO

Existem diversas teorias para explicar as causas motivadoras da inflação no Brasil. As hipóteses mais conhecidas são defendidas pelos economistas das escolas denominadas “monetaristas” e “estruturalistas”.

Segundo o mais importante defensor da concepção monetarista, Milton Friedman, da Universidade de Chicago, a inflação ocorre quando a quantidade de moeda cresce muito mais rapidamente do que a produção. Desse modo, se a quantidade de bens e serviços se elevasse na mesma velocidade da quantidade de moeda, os preços se manteriam estáveis.

Para o renomado economista Gottfried Haberler, muitos fatores e políticas podem ser responsáveis pela inflação: 1. A procura agregada crescendo mais do que a oferta agregada, puxando para cima os preços e salários; 2. A elevação da procura devido a um déficit governamental; 3. Expansão do crédito, das exportações ou dos salários. Esclarece Haberler, contudo, que em toda inflação a moeda é um elemento causal e nenhum outro fator poderá provocá-la sem que esteja associada a um aumento da quantidade de moeda.

Rose Friedman confirma o argumento de Haberler de que não há nenhum exemplo de aumento da quantidade de moeda sem aumento de preços. Explica ela que a produção é limitada pelos recursos físicos (capital, terra, insumos) e humanos disponíveis e pela capacidade de usá-los. A produção de papel-moeda e depósitos bancários não estão sujeitos a limites físicos. Desse modo, é possível ver o crescimento da base monetária em mais

de 1.000 por cento, como aconteceu no Brasil em 1992, por exemplo, enquanto a produção de bens e serviços dificilmente alcança mais de 10% ao ano.

Foi por isso que o grande economista John Maynard Keynes, após a Primeira Guerra Mundial, advertia que “não há meio mais seguro de derrubar a base da sociedade do que corroer a moeda”.

É evidente que o aumento das despesas públicas não provoca o agravamento da inflação se os gastos adicionais fossem realizados por empréstimos tomados ao público ou oriundo de mais impostos. Neste caso, o governo teria mais moeda; o público, todavia, disporia de menos dinheiro.

Proclamam, ainda, os monetaristas que a inflação deve ser detida antes que se transforme em tensões explosivas. O método eficiente para combater a inflação proposta por esta escola é o controle da demanda excessiva através de medidas monetárias, fiscais e de assistência financeira internacional.

As medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional são desta categoria e incluem limitações de crédito, reduções de gastos públicos, congelamentos de salários e eliminação de subsídios e de controle direto dos preços.

A concepção estruturalista foi proposta por um grupo de economistas da Comissão de Estudos Para a América Latina, conhecida como CEPAL. Em resumo, a tese dessa outra teoria é a de que a inflação é uma contingência do próprio processo de crescimento econômico. Os aumentos de preços, assim, são motivados por pressões geradas no interior do próprio sistema econômico em consequência da limitada capacidade de os países subdesenvolvidos aumentarem a produção de setores estratégicos, a exemplo dos alimentos, dos produtos exportáveis e das matérias-primas.

Neste contexto, o crescimento da renda e da urbanização geram tensões de procura sobre a rigidez da oferta desses produtos, elevando os preços e as taxas do mercado cambial.

A conclusão desses economistas, identificados com a esquerda, é de que os países da América Latina estão condenados à inflação crônica. A única saída seria a realização de mudanças estruturais básicas, como a reforma agrária e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional.

Acreditam os defensores da visão estruturalista da CEPAL que um programa de combate à inflação de caráter apenas monetarista não tem possibilidade de deter a elevação dos preços e provocaria uma estagnação econômica, aumentando o desemprego.

Sobre esta teoria, que teve o seu apogeu na década de 50, diz o professor Mário Henrique Simonsen: “Nunca tanta teoria explicou tão pouco.”

Em resumo, todos os tipos de causas das pressões inflacionárias não se materializariam num processo de elevação de preços se não fosse por meio de um mecanismo de propagação de tais pressões, isto é: esse processo vem a ser a capacidade dos diferentes agentes, setores ou grupos econômicos e sociais para reajustarem sua renda ou despesa real relativas: 1) aos assalariados, através de reajustes; 2) aos empresários, através de altas de preços; e 3) ao setor público, por intermédio de aumentos das despesas fiscais nominais.

## AS RAÍZES DA INFLAÇÃO SÃO VÁRIAS... MAS QUEM É O VILÃO?

*A inflação é como o pecado; todo governo a denuncia e a pratica.*

LEITH ROSS

A inflação tem uma longa história no Brasil e já se tornou parte do modo de vida do povo e o problema mais discutido da economia do País.

Este fenômeno, caracterizado por uma elevação generalizada dos preços, assume diversas modalidades ao longo do tempo e das circunstâncias. Os economistas utilizam, assim, diversas designações para identificarem os diferentes tipos de inflação e suas causas.

Quando os preços se elevam tendo como origem as altas nos preços dos fatores de produção e salários é chamada de INFLAÇÃO DE CUSTOS. Quando esse fenômeno ocorre a partir de modificações rápidas na procura ou oferta em relação a outros fatores, diz-se que a INFLAÇÃO É SETORIAL. A ESTAGFLAÇÃO se dá nos casos em que as elevações dos preços ocorrem com taxas baixas ou negativas de crescimento da economia. A HIPERINFLAÇÃO OU SUPERINFLAÇÃO se verifica nos casos em que a moeda está doente, em estado terminal, como é o caso atual do Brasil.

Além desses, ainda existe a INFLAÇÃO PSICOLÓGICA, também chamada de inflação de expectativas ou inercial. Segundo os adeptos desse tipo, a inflação é provocada pelas pessoas que acreditam na teoria romântica de que um dia os salários vão alcançar os preços.

Muitos são os fatores e políticas que têm sido responsáveis pela inflação, qualquer que seja a sua denominação. Mas, para o governo, é mais fácil atribuir isto aos aproveitadores, à falta de compreensão dos agricul-

tores, à pressão salarial dos empregados, à busca das empresas por mais lucros ou à rigidez no aumento da produção de alimentos.

A experiência prática, no entanto, comprova que fatores não-monetários, como os mencionados, podem ser a causa original dos aumentos de preços. Contudo, sem aumentar a base monetária e o estoque de moeda, não haverá inflação. A espiral contínua de preços e salários tem uma causa principal: o déficit público, criado quando o governo gasta mais dinheiro do que consegue arrecadar. Desse modo, não adianta o governo alertar os empresários e os assalariados para os males das subidas de preços. Isto é pura demagogia e perda de tempo, pois aquele excedente de consumo – déficit do próprio governo e do crédito pessoal – é que determina a elevação dos preços.

Como esse conflito vem sendo tratado no caso brasileiro? Da seguinte maneira: É o governo que tem o monopólio da emissão de moeda, mas os bancos particulares criam também dinheiro através da multiplicação de depósitos bancários. Dessa maneira, o rombo das finanças do governo tem sido resolvido com a emissão de papel-moeda e letras sem lastro, o que significa apenas a elevação da inflação, pela qual paga toda a sociedade. De fato, a inflação tende a redistribuir renda e riqueza, isto é, retirando das classes assalariadas em proveito das categorias que vivem dos lucros. A inflação acelerada desorganiza também o mercado de crédito, distorce os componentes de rentabilidade e do mercado cambial, desestimulando os investimentos sociais e de utilidade pública. É um prêmio à especulação.

De uma maneira ou de outra, todos os economistas estão de acordo em que as pressões inflacionárias, de modo geral, são motivadas: a) quando o governo tenta absorver mais recursos dos que são liberados pelo setor privado; b) quando várias pessoas tentam melho-

rar a sua participação da renda, tais como os assalariados e os empresários; c) quando as expectativas de compra são superiores à capacidade da economia.

O renomado prof. Milton Friedman assevera que a inflação pode ocorrer de modo continuado, aberta (sem controle do governo) ou reprimida (indexada).

Ele afirma, no entanto, que a inflação mais desastrosa é a inflação reprimida, pois o sistema de preços é a única técnica até agora conhecida para uma eficiente alocação de recursos na economia.

De acordo com a literatura existente e a experiência prática sobre esse problema, a melhor estratégia para arrefecer ou estancar uma calamitosa inflação, como a brasileira, é por meio de um orçamento verdadeiramente equilibrado e uma política de crédito sóbria e firme.

Para finalizar, cabe a pergunta:

Como a unidade real de valor do novo Plano Econômico vai contribuir para a resolução de toda essa problemática inflacionária? De minha parte, a resposta é simples: Não sei... Mas não tenho dúvidas de que ela será eficaz para controlar salários, que, no caso atual do Brasil, não é o fator determinante da inflação, como a prática vem demonstrando há muito tempo.

## CUBA PODE SOBREVIVER?

*Há uma solução simples para cada problema –  
nítida, plausível e errada.*

OGAEN NASH

A crise cubana está adquirindo dimensões de tragédia. É possível mesmo dizer que o futuro de Cuba já está selado.

O desgaste da experiência socialista, entretanto, não é um fenômeno exclusivo desse país. O esboramento dos regimes não-democráticos teve início quase simultaneamente na União Soviética e nos países do leste Europeu, com a simbólica queda do muro de Berlim. Na verdade, Samuel P. Huntington, nos seus estudos sobre as transformações do final do século XX, demonstra que, entre 1974 e 1990, cerca de trinta países passaram do autoritarismo à democracia. Como diz ele: "O tempo está do lado da democracia."

E, então, o que poderá ocorrer com Cuba? Sobreviverá dessa tormenta? O destino do povo cubano começou a ser delineado a partir da implantação da nova política econômica e social da Perestroika, de Mikhail Gorbachev, em 1986. Desde então ocorreu uma radical mudança nas relações de cooperação da União Soviética com Cuba. Sérias dificuldades iniciais transformaram-se em graves e complexos problemas políticos, econômicos e sociais.

Na verdade, Cuba sempre viveu, desde a revolução, duas realidades distintas. Enquanto a maciça ajuda externa financiava os programas de natureza social, o processo produtivo enfrentava muitas dificuldades e pouco progresso. Assim é que, entre 1960-1980, mesmo com um incremento demográfico discreto, pouco aumentou a renda *per capita*, segundo dados das Nações Uni-

das. Nesse período, a taxa de evolução do referido indicador foi de apenas 0,6% ao ano, estabilizando-se daí em diante até 1986, e declinando nos anos seguintes até o presente. As pesadas despesas de custeio reduziram a capacidade de poupança interna a limites insuficientes para as reposições do estoque de capital e para alimentar o crescimento da economia. Por outro lado, o comércio exterior de Cuba entrou em colapso com a falência da Comunidade Econômica dos países socialistas. O resultado era inevitável: a economia passou a desandar para a situação deplorável em que se encontra atualmente.

Outros fatores contribuíram para influenciar a crise do socialismo cubano. Destaque-se o envelhecimento da liderança revolucionária do comandante-chefe Fidel Castro. Atualmente, o povo cubano tem mais informações sobre o mundo exterior e acha que somente a satisfação das necessidades sociais básicas não é suficiente para torná-lo realizado e feliz. As restrições às liberdades individuais e religiosas estão ferindo mortalmente o espírito revolucionário da coletividade e mesmo o afeto ao carismático líder nacional. As excessivas despesas militares estão também exaurindo os poucos recursos do país. Cerca de 12% do produto interno bruto são destinados a essa finalidade, com uma força armada correspondente a 17 militares por 1.000 habitantes. No Brasil, tal relação é de 2 por mil. Enquanto isso, as despesas com educação atingem 6,6% e com saúde, 3,4% do PIB.

No campo econômico, apesar de muitos esforços do governo cubano, a produção agrícola e agroindustrial continuam concentradas na cultura canavieira. Além disso, apenas 23% do território nacional (110 mil km) é agricultável. A contribuição desse setor mal chega a 10% da produção nacional total e a 14% do emprego. A base

agrária isoladamente não tem, assim, condições de gerar recursos para financiar o crescimento econômico de Cuba, como ocorreu nos estágios iniciais da economia socialista soviética ou chinesa. O setor industrial, de modo geral, é atrasado e pouco diversificado. Não tem competitividade para concorrer no mercado externo, a não ser no tocante às atividades fumageira e de bebidas. Finalmente, o setor terciário funciona mal, engessado por uma burocracia lenta e desmotivada.

É, portanto, evidente que Fidel Castro está diante de um grave dilema, com poucas alternativas de ação. A decisão não está mas nos Estados Unidos, com a suspensão do bloqueio, ou na Rússia, com nova ajuda econômica. A sobrevivência de Cuba encontra-se nas mãos de Fidel Castro. Terá de renunciar ao seu objetivo inicial de “socialismo ou morte” a favor da adoção de uma democracia genuína, com a escolha de um novo presidente pelo voto secreto e livre.

Acreditamos que a ajuda mais eficaz que podemos dar a esse povo, neste momento difícil, é orar.



# **A AGRICULTURA DO NORDESTE E O III PLANO DIRETOR DA SUDENE**

## **SEMINÁRIO SOBRE O III PLANO DIRETOR DA SUDENE**

Notas para debate preparadas por Pedro  
Sisnando Leite, Professor Assistente da  
Faculdade de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Ceará e Técnico de  
Desenvolvimento Econômico do BNB.

Promoção da Faculdade de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Ceará e Superintendência do  
Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (SUDEC)

Fortaleza, fevereiro de 1966

## SUMÁRIO

Introdução .....	95
PRIMEIRA PARTE: SÍNTESE SOBRE A AGRICULTURA NO NOR- DESTE	
I. Estrutura da renda agrícola .....	96
II. Tendências do “quantum” .....	98
SEGUNDA PARTE: O TERCEIRO PLANO DIRETOR DA SUDENE E A AGRICULTURA	
III. A estratégia de ação da SUDENE e o problema agrário .....	100
IV. Diretrizes da política de desenvolvimento agrícola .....	102
V. Principais programas setoriais .....	103
1. Promoção agropecuária e organização agrária .....	103
2. Racionalização do abastecimento alimentar .....	104
3. O desenvolvimento da cultura algodoeira .....	106
4. Melhoramento da pecuária do Nordeste .....	107
5. Reflorestamento e fruticultura .....	107
6. Pesquisas e experimentação agronômicas .....	108
7. Irrigação do Submédio São Francisco .....	109
8. Projeto de povoamento do Maranhão .....	111
9. Desenvolvimento integrado do Vale do Jaguaribe .....	112
10. Outros programas de interesse para a agricultura .....	113
1) Recursos naturais .....	113
2) Ensino agrícola .....	114
VI. A política de incentivos à agropecuária nordestina .....	114
VII. Esquema dos recursos do III Plano Diretor .....	116
1. Resumo da distribuição setorial dos recursos da SUDENE .....	117
2. Investimentos na agricultura e setores correlatos .....	118
TERCEIRA PARTE: CONSIDERAÇÕES À MARGEM DO III PLA- NO DIRETOR DA SUDENE	
1. Diagnóstico da economia agrícola do Nordeste .....	120
2. Planejamento e execução .....	121
3. Agricultura <i>versus</i> indústria .....	122
4. Aperfeiçoamento tecnológico da agricultura .....	124

## INTRODUÇÃO

A agricultura ocupa um lugar de destaque na economia do Nordeste com, aproximadamente, 48% da renda interna regional.

O contingente demográfico radicado no quadro rural representa dois terços de toda a população do Nordeste, apesar do êxodo contínuo que se verifica para as cidades e outras áreas do País. Outro elemento extremamente importante com relação a esse setor é a sua participação no emprego da mão-de-obra, que se eleva a cerca de 70% de toda a população economicamente ativa do Nordeste(\*).

Além disso, prevalece uma expansão populacional bastante elevada, classificável mesmo como de “explosão demográfica”. Para as regiões que almejam desenvolvimento econômico, isto significa necessidade de mais inversões básicas, a fim de que sejam propiciadas aos novos habitantes, as condições mínimas que dignificam a própria existência: alimentação, educação, vestuário, habitação e assistência médica.

Em outras palavras, se não desejarmos que retrocedam as condições de vida já conquistadas no Nordeste, devemos canalizar parte considerável de inversões para atender a essa tripla necessidade: manter o “status” atual, atender a expansão demográfica e possibilitar o crescimento da economia.

Apesar de haver uma estreita relação entre os fatores que constituem a base do desenvolvimento econômico, cabe à agricultura grande parte das responsabilidades nesse particular. Assim, para que o desenvolvimento do setor agrícola seja levado a cabo, sem pressões internas e desajustamentos, torna-se necessária sua planificação completa e detalhada, a fim de que ela seja normativa e realista.

O presente documento, preparado para servir de apoio às discussões no Seminário sobre o III Plano Diretor da SUDENE, reúne alguns despreziosos comentários relativos à agricultura e ao referido Plano.

---

(\*) O Nordeste aqui mencionado compreende os estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

## PRIMEIRA PARTE: SÍNTESE SOBRE A AGRICULTURA DO NORDESTE

### I. Estrutura da Renda Agrícola

O produto bruto da agricultura nordestina foi estimado em Cr\$ 1.208 bilhão, a preços correntes, em 1964.

Dada, porém, a acentuada desvalorização da moeda, durante os últimos anos, torna-se evidente que os cotejos entre anos diferentes não apresentam muita validade. Assim, fez-se o cálculo, no período 1960/1964, a preços constantes, tomando como base 1960, ano em que a SUDENE começou suas atividades no Nordeste.

Segundo os dados assim ajustados, o produto agrícola deflacionado alcançou, em 1964, a cifra de Cr\$ 174 bilhões, correspondendo a um incremento real de 26% em relação ao primeiro ano em análise, quando o produto foi da ordem de Cr\$ 137 bilhões.

A lavoura regional, que compreende cerca de 36 produtos, contribuiu, em 1964, com 68% para a formação do produto bruto da agricultura. Os oito produtos agrícolas mais importantes, em termos de valor da produção, são: algodão, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, cacau, milho, banana e sisal. O algodão participa geralmente com 15% do produto bruto e os sete restantes com 40%.

Os outros componentes são: a pecuária e a avicultura, com 16,8% do produto bruto regional; os derivados da produção animal, com 6,6%; a produção extrativa vegetal, com 6,9%; e a pesca, com apenas 1,6%, todos tomando por base o ano de 1964.

No período 1960-1964, como evidenciam os dados do Tabela 1, não ocorreram mudanças estruturais na formação do produto bruto da agricultura nordestina. Na realidade, o prazo considerado é muito curto para que ocorram modificações dessa natureza.



Tabela 1 – Nordeste<sup>1</sup>  
 Produto Bruto da Agricultura – 1960/1964

**1. Valor a preços de 19602 – Cr\$ 1.000.000**

Discriminação	1960	1961	1962	1963	1964
Lavouras	92.770	96.430	101.090	110.770	118.500
Pecuária e avicultura	23.860	19.568	23.760	21.748	29.284
Derivados da produção animal	9.088	9.290	9.742	10.330	11.489
Extrativa vegetal	9.358	9.880	10.714	11.080	12.035
Pesca	2.457	2.758	4.076	2.812	2.732
Total	137.532	137.931	149.384	156.740	174.044

**2. Números índices (1960 = 100)**

	1960	1961	1962	1963	1964
Lavouras	100	103	108	119	127
Pecuária e avicultura	100	82	99	91	122
Derivados da produção animal	100	102	107	113	126
Extrativa vegetal	100	105	114	118	128
Pesca	100	112	165	114	111
Total	100	100	108	113	126

Fonte dos dados básicos: Serviço de Estatística da Produção – M.A.

Tabela 2  
 Evolução Física dos Principais Produtos Agrícolas 1960/1964

**1. Números Absolutos (mil t)**

Discriminação	1960	1961	1962	1963	1964
Algodão	717	750	726	832	747
Cana-de-açúcar	20.234	21.302	23.124	24.810	23.897
Mandioca	7.631	7.709	8.270	9.122	9.319
Feijão	494	497	546	608	558
Arroz	496	755	834	905	889
Milho	1.028	1.067	1.146	1.273	1.222
Cacau	155	147	132	136	145
Banana	1.540	1.743	2.072	2.275	2.423
Agave	163	170	174	199	228
Fumo	54	53	65	64	68

(1) Abrange os Estados do Maranhão à Bahia.

(2) O produto bruto foi calculado a preços de 1960 tendo em vista a falta de um deflator recomendável, pois os dados nominais, dada a inflação, pouca significação tem quando analisados em série temporal.

## 2. Números índices (1960 = 100)

Algodão	100	105	101	116	104
Cana-de-açúcar	100	105	114	123	118
Mandioca	100	101	108	120	122
Feijão	100	101	110	123	113
Arroz	100	152	168	182	179
Milho	100	104	111	124	119
Cacau	100	95	85	88	94
Banana	100	113	135	148	157
Agave	100	104	106	122	139
Fumo	100	98	120	119	125

Fonte dos dados básicos: Serviço de Estatística da Produção – M.A.

## II. Tendência do “Quantum”

O ritmo de crescimento real da economia agrícola do Nordeste, no período de 1955/1962, foi da ordem de 4,7% ao ano, segundo o índice de “quantum”, calculado de acordo com o critério do Laspayres pelo grupo de programação do Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE.

Segundo, ainda, a mesma fonte, o incremento das lavouras, isoladamente, foi de 5,2% no mesmo período, enquanto a pecuária apresentou uma taxa de crescimento de apenas 2,9%.

O grupo representado pelos produtos classificados como alimentícios (arroz, batata doce, batata inglesa, fava, feijão, mandioca, milho e soja) registrou um crescimento de cerca de 52% entre os anos extremos do período 1955/1962. O comportamento do grupo referente a matérias-primas, constituído, por algodão, amendoim, cacau, café, cana-de-açúcar, côco, fumo, mamona e sal, embora registrando progresso, mostra resultados muito aquém dos verificados para o primeiro grupo.

Examinando, porém, mais detidamente as variações ocorridas isoladamente, para cada um dos produtos de ambos os grupos, verifica-se que intensidades diversas se manifestam em cada caso, sendo óbvio que os resultados comentados anteriormente dizem respeito apenas à tendência geral.

Não obstante o quadro otimista acima esboçado, não se deve fugir a um exame mais profundo sobre o real significado de tais acontecimentos.

Preliminarmente, convém ressaltar que tais resultados correspondem a dados absolutos. Não foi levado em conta, na presente análise, o crescimento da população que, no Nordeste, é de aproximadamente 2,4% ao ano, havendo Estados, como o Maranhão, que apresenta incremento demográfico da ordem de 5,8%.

Durante o período em análise, não se verificaram progressos relevantes na produtividade do setor, devendo-se o aumento da produção agrícola, preponderantemente, à expansão das áreas cultivadas. Em outras palavras, o crescimento da economia agrícola tem sido de natureza extensiva.

Cumpra, ainda, assinalar que, estudando a situação da agricultura do Nordeste, nos últimos 10 ou 15 anos, não se identificam tendências perceptíveis quanto a mudança nos sistemas de trabalho e posse da terra. As condições atuais de comercialização dos produtos agrícolas continuam tão precárias como antes. Afora alguns produtos de exportação, praticamente não há para os demais produtos condições mínimas de armazenagem, padronização, transporte a granel, serviços de informações de preços, Bolsa de Mercadorias e armazéns gerais que possibilitem a emissão de “warrants”.

Muitas são as dificuldades e os obstáculos a transpor, a fim de que a agricultura se torne eficiente, próspera e capaz de suportar as responsabilidades que lhe foram cometidas em prol do desenvolvimento econômico do Nordeste. Este é o grande desafio da atualidade para a SUDENE e os habitantes do Nordeste.

## SEGUNDA PARTE: O III PLANO DIRETOR DA SUDENE E A AGRICULTURA

### III. A Estratégia de Ação da Sudene e o Problema Agrário

O III Plano Diretor da SUDENE mantém a mesma orientação dos dois planos anteriores<sup>1</sup>, com algumas variantes apenas no que se refere à composição dos investimentos programados. De fato, especialmente no que tange ao setor agrícola, seria difícil compreender-se, em toda a sua magnitude, o III Plano Diretor sem um prévio conhecimento dos seus antecedentes. Na verdade, pode-se dizer que a SUDENE tem uma estratégia com relação ao problema agrário do Nordeste, ao invés de planos parciais descontínuos. Não há, neste documento, a preocupação de tratamento exclusivo do III Plano Diretor da SUDENE, mas, sobretudo, de examinar o problema dentro das diretrizes que os diversos planos da SUDENE vêm tradicionalmente apresentando.

O diagnóstico preliminar da economia agropecuária do Nordeste, realizado quando da elaboração do I Plano, identificou que o desenvolvimento desse setor somente poderia ser atingido através da adoção de uma política econômica que abrangesse as seguintes linhas de ação:

1. Reestruturação da economia rural, visando um aproveitamento mais racional dos recursos da terra, na zona úmida, o aproveitamento da possibilidade de irrigação e a criação, na caatinga, de uma economia mais resistente à seca.
2. Necessidade de reorientar e intensificar, amplamente, a pesquisa agrônômica.
3. Orientar os movimentos de população, colonizando ou povoando terras subutilizadas, na zona úmida, particularmente Maranhão e sul da Bahia.

---

<sup>1</sup> De acordo com as suas atribuições, a SUDENE já elaborou e pôs em execução o I e o II Planos para os períodos de 1960/62 e 1963/65, respectivamente. O III Plano abrange os anos de 1966/68.

4. Necessidade da adoção de um conjunto de medidas visando melhorar as condições de abastecimento, atalhar a tendência estrutural à elevação relativa dos preços dos alimentos na região e criar uma reserva estratégica de alimentos para o caso de uma seca.
5. Conhecer melhor as reações das populações rurais às medidas de reestruturação da economia agrícola, assisti-las na identificação dos seus problemas, na assimilação de técnicas simples de caráter sanitário ou econômico e, enfim, induzi-los a abrir, por conta própria, o caminho de acesso ao desenvolvimento.
6. Aproveitamento racional dos recursos de água, levando em consideração os aspectos sobre as precipitações pluviométricas, águas subterrâneas, transporte e deposição de sedimentos e outras questões pertinentes.

Particularmente, no que toca à estratégia de ação para o triênio 1966/68, estabelece o III Plano que a orientação geral a ser seguida deve ser a de complementação de programas e projetos já iniciados e a manutenção de políticas preestabelecidas, mas que sejam compatíveis com os objetivos de desenvolvimento regional.

Outra diretiva preconizada é a que diz respeito à superação de obstáculo de ordem operacional que influíram negativamente na execução dos planos anteriores. Ressalta-se, com efeito, a deficiente atuação de alguns órgãos públicos encarregados de executar certas tarefas, delegadas ou contratadas em forma de convênio com a SUDENE. Constitui, também, uma preocupação constante a adaptação funcional dos órgãos públicos e privados no que se refere à subordinação dessas entidades aos métodos e objetivos do planejamento, com o qual, inevitavelmente, haveria de ocorrer certa frustração, como demonstram experiências passadas.

A inovação introduzida no atual plano, todavia, relacionada com a abertura de novas linhas de atuação, a adoção de novos estímulos e a identificação de forças dinâmicas até então não aproveitadas convenientemente. Os novos enfoques introduzidos dão relevo preponderante à utilização de fontes de financiamento internacional e ao emprego de medidas promocionais,

tendentes a interessar mais significativamente o setor privado, para aplicação de recursos em atividades de interesse para o desenvolvimento regional.

O aumento da produtividade dos fatores será tentado através de novos meios e cujas funções de produção dêem melhor aproveitamento ao fator mão-de-obra, particularmente a não especializada, que é abundante na região. A ampliação de pesquisas tecnológicas constitui um dos itens de sustentação dos programas nesse particular, havendo mesmo recomendações no sentido de ser estabelecida uma unidade de pesquisa pertinente ao assunto de âmbito regional.

#### IV. Diretrizes da Política de Desenvolvimento Agrícola

As diretrizes fundamentais do III Plano da SUDENE visam elevar a taxa de crescimento da produção primária, com vista a aumentar a oferta de alimentos *per capita*, ampliar no setor agrícola a capacidade de consumo de produtos industriais e expandir a oferta de matérias-primas. De modo mais específico, os objetivos ambicionados podem-se distribuir da seguinte maneira:

- a) reorganizar a economia agrícola e apoiar o programa nacional de reformulação da reforma agrária;
- b) melhorar a comercialização da produção agrícola;
- c) ampliar a oferta de terras, pelo deslocamento da fronteira agrícola e mais adequada utilização das terras não aproveitadas;
- d) aumentar a produtividade agrícola pela introdução de inovações tecnológicas adequadas as condições regionais;
- e) intensificar a produção de alimentos para o consumo interno de matérias-primas destinadas à indústria regional e de produtos agrícolas para a exportação.

Como podem ser observadas, as diretrizes especificadas para esse Plano guardam estreita fidelidade aos planos anteriores. Com efeito, atribui-se ao III Plano diferenciação apenas quanto à ênfase que se pretende dar ao problema da comercialização dos produtos agrícolas e quanto à tática de execução descentralizada, assuntos que pouca atenção mereceram no I e II Planos Diretores.

O principal fundamento para a manutenção das diretrizes comentadas baseia-se na convicção de que o processo de industrialização do Nordeste pode ser comprometido seriamente caso não se consiga aumentar a oferta de matérias-primas para esse setor e abastecer oportunamente de alimentos as populações dos centros urbanos em expansão. Desse modo duas linhas de ação se revelam necessárias: medidas de efeito a curto e médio prazos, isto é, normalização do suprimento de alimento e matérias-primas e medidas de efeito a prazo mais dilatado, que dizem respeito ao aumento da produtividade e diversificação da produção agrícola.

## V. Principais Programas Setoriais

O esquema operacional para a consecução das diversas diretrizes enunciadas no item anterior está distribuído por uma série de programas e projetos. São os mais importantes os seguintes: organização agrária, cujo objetivo é o fortalecimento do cooperativismo e o estímulo a novas formas de organização agrária; abastecimento alimentar, que visa a melhoria do sistema de comercialização, financiamento da produção e estabelecimento da política de preços mínimos; promoção agropecuária, a qual tem em vista o aumento de oferta de alimentos e de matérias-primas para o mercado regional e para exportação, além de subprogramas atinentes à pecuária, ao algodão, às oleaginosas e às culturas alimentares, como cereais, leguminosas e frutícolas.

Tendo em vista o especial significado de tais programas, far-se-á uma pequena descrição dos referidos projetos e daqueles de interesse direto da agricultura, classificados no plano da SUDENE sob o título de programas especiais e recursos naturais.

### 1. Promoção Agropecuária e Organização Agrária

O programa de promoção agropecuária e organização agrária foi concebido tendo em vista a elevação da produtividade agrícola e uma distribuição mais conveniente da renda gerada no setor agrícola.

Referidos objetivos devem ser alcançados através da dinamização do sistema cooperativo. Previu também o Plano a possibilidade de as cooperativas contribuírem para a racionalização do abastecimento alimentar, usando para isso a compra, o beneficiamento e a venda da produção dos associados, os quais deverão contar com ajuda creditícia e técnica do programa.

O programa pertinente a esse problema compreende aspectos referentes à extensão rural, crédito e cooperativismo, elaboração, execução e controle de projetos de organização agrária, cuja execução caberia às cooperativas rurais mistas. Através das organizações cooperativas, seria prestada assistência técnica aos agricultores, especialmente quanto à mecanização e conservação de solos. A produção de semente de milho híbrido, para fornecimento às cooperativas de produtores, igualmente, foi completada nesse programa.

## 2. Racionalização do Abastecimento Alimentar

O abastecimento alimentar no Nordeste tem sido motivo de considerável preocupação da SUDENE. No seu diagnóstico preliminar ficou evidenciada a existência de dois aspectos fundamentais para a abordagem do problema: as questões atinentes à produção agrícola propriamente dita e as deficiências do processo de comercialização. O primeiro aspecto já foi devidamente focalizado em comentários anteriores.

Quanto ao problema da racionalização do abastecimento, que corresponde ao segundo item, referido para fins operacionais, foi equacionado levando em consideração sobretudo os pontos a seguir indicados:

1. Investimentos de infra-estrutura em armazéns, silos e centrais de abastecimento.
2. Constituição de estoques alimentares de emergência, para regularizar o mercado desses produtos quando da ocorrência de crises na sua oferta.

Poucas modificações têm sido introduzidas quanto à forma de considerar este problema nos três planos diretores da SUDENE. Tal procedimento, aliás, deve ser considerado como positivo, pois

indica uma concordância de opinião dos diversos técnicos que têm examinado o assunto em época e sob condições diferentes.

Não obstante, vêm sendo realizadas coletas de informações e pesquisas tendentes a formar uma base de informações complementares, capazes de permitir uma revisão do diagnóstico inicial. Merecem destaque especial os trabalhos sobre abastecimento alimentar das principais cidades do Nordeste: os levantamentos de custos de produção de algumas lavouras, a fim de possibilitarem a formulação de uma política de preços mínimos mais compatíveis com a realidade regional e as pesquisas sobre conservação de alimentos, com o objetivo de determinar o melhor tipo de ensilagem para os mesmos; a organização de um sistema de informações de mercado, preços, etc.

Em resumo, o aspecto fundamental da linha de atuação da SUDENE nesse campo é o que diz respeito às iniciativas pertinentes ao estabelecimento de uma infra-estrutura para o abastecimento. Grande parte das dificuldades atualmente existentes no campo da oferta de alimento são decorrentes, de fato, de uma inadequada utilização ou inexistência de armazéns, silos, mercados, etc., através dos quais se possa processar um fluxo de comercialização normal. É verdade que, paralelamente à implantação de novos serviços, deve ser dada atenção ao problema dos equipamentos de estocagem já existentes e que se encontram sem utilização, na maioria das vezes devido à falta de alguns serviços de engenharia ou complementação de instalações de alguns poucos equipamentos.

Mais recentemente, a Secretaria Executiva da SUDENE elaborou um plano, aprovado pelo Conselho Executivo, que objetivava o financiamento de armazéns e silos às cooperativas de produção, para repasse ao pequeno e médio produtor. Outra frente é a racionalização do abastecimento ao nível do consumidor, construindo centrais de abastecimento nos grandes centros urbanos e mercados nas principais cidades da Região.

A execução de um programa de desenvolvimento em uma região do tipo da nordestina deve levar em conta seriamente os problemas de comercialização.

O êxito de medidas adotadas com o objetivo de modificar as condições tecnológicas da produção poderão não alcançar os resul-

tados esperados se não forem providenciadas medidas que possibilitem uma organização eficaz da sua distribuição para os centros de consumo. Ademais, é indispensável que haja um conhecimento adequado do mercado, a fim de precisar que produtos e variedades devem ser cultivadas. Os custos de comercialização podem anular o rendimento conquistado no tocante à produção.

Não conta o Nordeste com uma estrutura capaz de manipular eficazmente a produção agrícola. São muito elevados os desperdícios e os prejuízos correspondentes. Assim, seria conveniente a adoção de programas que objetivassem atacar este problema, não só no que diz respeito às instalações físicas, mas também aos métodos e estrutura desta.

### 3. O Desenvolvimento da Cultura Algodoeira

A importância da cultura algodoeira na economia nordestina não decorre unicamente de sua participação na formação do produto bruto da agricultura regional, assim como, dos contingentes populacionais que emprega em sua lavoura, mas, sobretudo, da capacidade multiplicadora que exerce através das usinas de beneficiamento, de industrialização da semente, destinada à produção de óleos e da torta para o gado, da indústria de fiação, têxtil e uma infindável cadeia de atividades dependentes tanto no Nordeste, como em outras áreas do país e do exterior.

Apesar de se tratar de uma cultura tradicional, pouco progresso tem surgido quanto à sua produtividade que, aliás, é das mais baixas do país. Dos conhecimentos existentes e das pesquisas realizadas na Região, concluiu-se que a produção de algodão poderia ser melhorada, quantitativa e qualitativamente, através da adoção dos seguintes programas:

1. Instalação de campos de multiplicação, a fim de tornar auto-suficiente o Nordeste em sementes selecionadas de algodão arbóreo e herbáceo.
2. Realizar melhoramentos genéticos que visem a elevação dos rendimentos agrícolas e industriais do algodão mocó.
3. Introdução de sementes selecionadas e métodos culturais.
4. Organização, coordenação e supervisão dos órgãos públicos e cooperativas vinculadas à cultura algodoeira do Nordeste.

Algumas das providências acima sugeridas, como sejam, a multiplicação de sementes, o combate às pragas, as campanhas de espaçamento, etc., poderiam ser postas em prática a curto prazo, enquanto medidas que visem ao melhoramento do algodoeiro arbóreo, dada a própria natureza da cultura, somente seriam satisfeitas a médio e longo prazo.

#### 4. Melhoramento da Pecuária Do Nordeste

A justificativa preparada pela SUDENE, atinente ao programa de melhoramento da pecuária, ressalta que a expansão desse setor é essencial ao desenvolvimento do Nordeste, não só devido à sua natural importância dentre as atividades econômicas da área, e como, principalmente, tendo em vista que a carne é a fonte principal de suprimento de proteínas na dieta alimentar da população regional.

O programa sobre esse setor tem por objetivo básico a redução da dependência existente em relação a outros mercados e/ou à consecução da auto-suficiência da Região no abastecimento de carnes. A concretização desse intento será atingida não só através do aumento do número de cabeças, mas, principalmente, pelo aumento médio de peso médio das carcaças. Como medida de longo prazo, foi previsto o melhoramento genético do rebanho bovino no tocante também à sua precocidade e aptidão leiteira.

Reconheceu o referido programa que o fator limitante para a expansão da pecuária regional tem sido a escassez de alimentação adequada, cuja oferta às vezes não é suficiente para manter o rebanho, mesmo nas condições atuais. Por isso, o Plano contempla, de modo relevante, os aspectos referentes ao melhor aproveitamento dos recursos naturais das áreas onde a pecuária é atividade predominante, ou as que possam ser exploradas com esse objetivo.

#### 5. Reflorestamento e Fruticultura

A primeira fase do programa de reflorestamento do Nordeste será realizada nas margens das estradas federais. Os trabalhos previstos incluem a formação de uma equipe adestrada

em reflorestante (e fruticultura), a formação educativa da população, o aumento da oferta de mudas, a identificação das causas do desaparecimento das reservas florestais, etc.

Quanto à fruticultura, foram selecionadas como áreas de atuação as faixas úmidas e semi-úmidas do Nordeste, onde serão plantados principalmente cajueiros, umbuzeiros, cajazeiros, jaqueiras e outras espécies.

Nas zonas serranas, onde a cultura do café se encontra em decadência econômica, pretende-se difundir a cultura da bananeira e de frutas cítricas. Nas regiões mais baixas, de formação arenosa, será efetuado o plantio de culturas tropicais, isto é, cajá, manga, abacate, jenipapo, maracujá, etc.

Inicialmente, serão instalados viveiros para produzir sementes e mudas nas estações experimentais federais e estaduais.

## 6. Pesquisas E Experimentação Agronômicas

O emprego de modernas técnicas agropecuárias depende fundamentalmente de um suporte de pesquisas e experimentação agronômicas capaz de orientar os técnicos e agricultores na sua adequada adoção.

De fato, muitos programas de melhoria da agricultura nordestina tem sido protelados ou apenas conseguiram resultados desprezíveis devido a esse fator. Evidentemente, apesar dos resultados já alcançados pelas estações experimentais da região, praticamente tudo ainda está para ser feito, caso se observe o problema no seu contexto mais amplo.

As limitações existentes quanto à expansão de áreas agricultáveis no Nordeste, porém, poderão desaparecer se os recursos potenciais da Região forem explorados de modo rentável. O programa da SUDENE, pertinente ao assunto, por exemplo, relaciona as seguintes áreas carentes de pesquisas para o seu aproveitamento.

	1.000 ha
Planícies costeiras	6.000
Sedimentais do cretáceo	27.000
Siluriano e devoniano	14.700

Além das áreas acima mencionadas, merecem referência especial os 3 milhões de hectares de tabuleiros, situados nas

zonas úmidas de uma faixa que vai do Ceará até o Estado de Alagoas, cuja proximidade dos centros urbanos mais importantes os tornam altamente promissores.

O programa organizado pela SUDENE, quanto a esse assunto, foi esquematizado de acordo com a seguinte distribuição:

1. Aproveitamento dos tabuleiros, planícies costeiras, áreas do devoniano, siluriano e sedimentares do cretáceo e restauração de silos das regiões úmidas e subúmidas do Nordeste.
2. Inventário agrônomo e expansão da pesquisa e experimentação do dimensionamento dos modernos métodos agropecuários do Nordeste.
3. Inventário das principais pragas e doenças e estudo dos respectivos meios de controle.
4. Estudo consultivo da água na cultura da cana-de-açúcar e investigação dos distintos sistemas de irrigação e possibilidade de drenagem e de diversificação da produção agropecuária da zona úmida do Nordeste, com ênfase nas culturas alimentícias de engorda de gado leiteiro.
5. Desenvolvimento da cultura do coqueiro no Nordeste.

## 7. Irrigação no Submédio São Francisco

A instabilidade das ofertas de alimentos e de matérias-primas para a indústria tem sido historicamente a característica dominante da agricultura nordestina. Em decorrência, é comumente preconizada como solução para o problema a utilização da irrigação, que vem apresentando resultados indiscutivelmente surpreendentes em outras regiões do mundo que sofrem irregularidades pluviométricas semelhantes às do Nordeste.

O programa de reestruturação da economia agropecuária, da SUDENE, contempla com prioridade a implantação de uma agricultura irrigada, onde as condições de solo e oferta d'água sejam adequadas. Tendo em vista, porém, a falta de experiência no Nordeste, neste campo, sugeriu-se que, inicialmente, fossem levantados dados básicos, realizados estudos e precedidos experimentos cujos resultados permitissem a implantação de programas factíveis e de sucesso garantido.

A região do Submédio São Francisco foi escolhida para início das referidas experiências e, posteriormente, para desenvolvimento da irrigação em larga escala. Este programa, que teve início em 1961, conta com a cooperação do Fundo Especial das Nações Unidas, através da FAO (Organização de Alimentação e Agricultura).

Dentre os trabalhos e estudos já realizados, destaca-se o levantamento das características de solo em 2.500 mil ha. Inicialmente foram identificados, em decorrência de tais estudos, que 160 mil ha citados detêm potencialidades de irrigação boas e 350 mil ha com potencialidade sofrível. Foram efetivados estudos hidrológicos e meteorológicos no curso do rio e dos seus principais tributários, objetivando caracterizar as disponibilidades de água e condições climáticas das zonas a serem beneficiadas com programas de irrigação. As pesquisas agrônômicas, tanto as realizadas em canteiros, na “caatinga”, como nas estações experimentais, também visam a determinação da capacidade produtiva da terra, sua reação quando submetida à irrigação e as necessidades de água das plantas a serem cultivadas. Os aspectos econômicos do problema não foram descurados. Está sendo realizada, paralelamente aos demais estudos, análise econômica dos fatores que influem no custo operacional, em confronto com os benefícios decorrentes.

Dos estudos realizados e da experiência obtida, tornou-se recomendável a implantação de um projeto-piloto de irrigação que funcionasse como modelo experimental numa área de 4.000 mil ha. O Conselho Deliberativo da SUDENE aprovou o estabelecimento do referido projeto em sua reunião de 04.10.1961.

Dentre as providências programadas no tocante a esse projeto, consta a continuação dos estudos já iniciados, a conclusão de duas estações experimentais no município de Petrolina (solos latosólicos) e Juazeiro (solos grumusólicos) e anteprojetos de engenharia de distribuição de água nas áreas a serem beneficiadas com irrigação.

No que diz respeito ao laboratório vivo de irrigação, estão sendo feitos levantamentos topográficos detalhados, além de instalações de bombeamento, desmatamentos e preparo de solos a serem cultivados, construção de escolas, etc.

## 8. Projeto de Povoamento do Maranhão

Ainda com vista à expansão do setor agrícola do Nordeste, a SUDENE elaborou os Projetos Integrados de Povoamento do Maranhão. Referidos projetos almejam deslocar a fronteira agrícola da Região, integrando em sua economia uma vasta área desocupada daquele Estado, ou cujo aproveitamento vinha sendo realizado de forma predatória.

Desde o primeiro plano diretor que se atribui a esse projeto de colonização um papel relevante, pois há, por parte dos técnicos da SUDENE, a convicção de que o aproveitamento, em forma racional, dos recursos de solos, acoplado com assistência técnica, financeira, médica, sanitária e educacional à população radicada ou a ser estabelecida nessa região, apresentará como resultante o surgimento de uma economia agropecuária produtiva e estável, capaz de suprir adequadamente uma larga faixa das necessidades de alimentos e matérias-primas do Nordeste.

A Secretaria Executiva da SUDENE, através do seu Grupo Interdepartamental de Povoamento do Maranhão (GIPM), vem realizando, a partir de 1962, um apreciável trabalho de implantação das medidas tentantes a oferecer as condições necessárias ao funcionamento do projeto. Assim, tem sido feitos estudos de agrologia, hidrologia, prospecções florestais, serviços assistenciais às populações já existentes, etc. Consideráveis somas de recursos já foram aplicadas no estabelecimento dos serviços de apoio ao projeto, isto é, serviço rádio, campos de pouso, de multiplicação de sementes, alojamentos, oficinas mecânicas, compra de aviões, instalação de geradores, etc.

A delimitação da área escolhida para o projeto em referência tem a forma de um polígono irregular, com 30.000km, situada na região noroeste do Maranhão.

Os aspectos locacionais dominantes para a seleção dessa área foram as disponibilidades de terras do domínio público e as economias externas representadas pela estrada BR-222 e os rios Pindaré e Turiaçu. O sistema pluviométrico da área é normal, com 2.000mm, em cerca de 180 a 200 dias por ano. A região constitui-se nos limites da atual fronteira agrícola, com possibilidades de alar-

gamento desta. Conta, na época da escolha, com uma população de 40.000 habitantes, inteiramente entregues à própria sorte, em vias de se transformarem em sério problema social.

A construção da BR-222 tem-se constituído um excelente fator de atração para as correntes migratórias providas das zonas semi-áridas do Nordeste, onde as oportunidades de emprego são insuficientes para absorver uma expansão demográfica acelerada.

A população que se traslada para essa área e a que já se encontra aí radicada espelham condições de extrema pobreza. O estado de subnutrição prevalece em largas camadas da população e de condições econômicas. A malária, tracoma, verminose, tuberculose, lepra e outras doenças típicas de áreas paupérrimas grassam em caráter endêmico.

## 9. Desenvolvimento Integrado do Vale do Jaguaribe

A bacia do rio Jaguaribe abrange mais da metade do território cearense. Existe nesta região um potencial de solos agrícolas subexplorados, o qual, segundo documentos da SUDENE, através de um sistema racional de irrigação dos seus 250 mil hectares de aluviões mais favoráveis, poderá produzir mais do que os 900 mil hectares de terras não aluviais atualmente cultivados no Nordeste.

O rebanho bovino do Vale, que representa 68% do rebanho do Estado, poderá ser duplicado com uma assistência adequada. A produção de artefatos de palha de carnaúba, de redes e de bordados pode ser incrementada substancialmente como complementação às atividades agrícolas. Desse modo, a SUDENE definiu como objetivos para o desenvolvimento desse Vale “implantar um programa integrado de valorização da Bacia do Jaguaribe que visa ao aproveitamento dos recursos naturais de superfície e subsolo, de desenvolvimento da agropecuária, estabelecimento de pequenas e médias indústrias, aperfeiçoamento do fator humano e reforço das instituições sociais”.

A primeira etapa desse programa, que consiste no estudo detalhado dos aspectos econômicos e sociais, já se encontra concluído (1) enquanto as pesquisas de caráter físico estão sen-

do realizadas por técnicos franceses e nacionais. A exploração dessa região, quando da implantação dos programas, será efetuada através de um convênio entre a SUDENE, o Estado do Ceará e o governo francês, cuja cooperação se encontra fixada para o período que vai até abril de 1969.

## 10. Outros Programas de Interesse para a Agricultura

O problema agropecuário não pode ser visto isoladamente, desde que guarda estreitas vinculações com muitos setores de atividades. Um dos principais problemas no estabelecimento de metas de desenvolvimento agrícola repousa sobre as disponibilidades dos recursos naturais ou, no caso específico do Nordeste, nas disponibilidades da oferta de água e terras agricultáveis. Na formulação de programas agrícolas, é comum o dispêndio de volumosas somas em outros setores da economia a fim de proporcionar as bases sobre as quais haverá de se estabelecerem os programas agrícolas propriamente.

Por conseguinte, convém examinar outros programas contemplados no Plano Diretor, com vista a assegurar o cumprimento dos objetivos especificados para agricultura.

### 1. Recursos naturais

O III Plano Diretor acentua a importância do estudo dos recursos naturais, aspecto, aliás, já previsto nos demais planos diretores. O planejamento de uma região depende, evidentemente, do potencial de desenvolvimento, de seus recursos naturais, etc.

A abordagem inicial para o tratamento desse problema repousa na efetivação de pré-investimentos ligados aos recursos naturais, como sejam: cobertura cartográfica do Nordeste, a fim de facilitar a efetivação de estudos no que se relaciona à localização agrícola, industrial, urbana e de estradas; levantamento fotointerpretativo básico da região das pesquisas tendentes ao aproveitamento de recursos minerais e vegetais, destinados às indústrias e à exportação; pesquisas hidrogeológicas que visam o dimensionamento dos recursos de água subterrânea da Região; estudo dos solos a fim de organizar uma carta dos solos e permitir o estabelecimento de prioridades para o aproveitamento de áreas

destinadas à agricultura; estudos das bacias de irrigação, com vistas ao seu potencial energético e agrícola além de pesquisas hidrológicas sistemáticas básicas.

## **2. Ensino agrícola**

A orientação da SUDENE, quanto ao aspecto educacional, abrange inúmeras facetas, dentre as quais o ensino agrícola profissional, de interesse para o presente documento.

No Nordeste é notória a escassez de pessoal de nível médio para o setor agrícola, motivo pelo qual, no III Plano Diretor, foram previstas medidas capazes de atenuar tal déficit. Assim é que se estabeleceu como meta a ampliação e o reequipamento de 10 colégios agrícolas, efetivar a construção e equipamento de 20 unidades, além de reequipamento de outros 20, assegurando a todos esses estabelecimentos condições para integral funcionamento. Foi idealizada também a construção e equipamento de um Instituto de Educação Técnica, que formará e treinará professores destinados ao magistério das escolas agrícolas.

## **VI. A Política de Incentivos à Agropecuária Nordestina**

O Conselho Deliberativo da SUDENE, reunido em Salvador no dia 1º de setembro de 1965, aprovou uma resolução estendendo as vantagens da legislação de incentivos fiscais e financeiros ao setor agropecuário, até então apenas facultado à indústria, segundo os artigos 34/18, constantes do I e II Planos Diretores da SUDENE.

Os objetivos gerais estabelecidos na citada Resolução são os seguintes:

1. Obter a plena incorporação do setor agrícola regional ao processo de desenvolvimento nacional.
2. Atender à demanda crescente de produtos alimentícios de primeira necessidade e de matérias-primas básicas consideradas essenciais para o desenvolvimento do Nordeste.
3. Contribuir para a eliminação dos aspectos negativos da estrutura agrária da Região.

Os referidos incentivos tanto poderão ser proporcion-

dos às empresas agropecuárias já estabelecidas, como àquelas que venham a se estabelecer na Região. Os critérios de prioridade que orientarão a escolha dos projetos que devam receber tais favores são os seguintes:

1. Projetos que se proponham substituir importações do exterior ou de outras regiões do país.
2. Projetos de colonização ou recolonização, que envolvam formas de exploração da terra e de organização agrária, social e economicamente mais adequadas às diversas áreas, segundo os critérios estabelecidos pela SUDENE.
3. Projetos que se proponham diversificar a produção em zonas monocultoras, de produto considerado gravoso para a economia nacional.
4. Projetos cuja combinação de fatores se caracterize pela maior oferta relativa de empregos permanentes à mão-de-obra agrícola.
5. Projetos que se proponham produzir alimentos considerados essenciais e de demanda insatisfeita para o abastecimento dos centros urbanos regionais.
6. Projetos que impliquem defesa do solo, reflorestamento ou outras formas de renovação ou conservação dos recursos naturais.
7. Projetos que impliquem melhor aproveitamento d'água para fins agrícolas, especialmente por meio de construção de barragens, poços e sistemas de irrigação e drenagem.
8. Projetos de exploração agropecuária em áreas onde a União ou os Estados hajam realizado trabalhos de pesquisa, levantamento e quantificação de recursos naturais, ou obras de açudagem, irrigação e drenagem que se enquadrem nos programas porventura existentes para as referidas áreas.
9. Projetos agropecuários que visem um melhor aproveitamento de áreas subutilizadas pela introdução de espécies animais ou vegetais técnicas e economicamente adequadas às referidas áreas.

Além dos requisitos enumerados acima, para que os projetos agropecuários possam contar com as vantagens pertinentes à Resolução 1.829 da SUDENE torna-se necessário que sejam, em última instância, compatíveis com as políticas estabelecidas nos

programas de desenvolvimento regional e com o setor agrícola, de modo particular. Desse modo, aqueles projetos que resultam em aumento de produção de bens considerados gravosos para a economia nacional não receberão incentivos.

De igual modo, não se enquadrarão na referida Resolução os projetos que resultem em pressão inadequada do balanço de pagamentos do país, especialmente quanto à importação de equipamentos que a indústria nacional tenha capacidade de produzir convenientemente, ou outras modalidades de instrumentos cuja recombinação de fatores existentes no país tornam dispensáveis tais aquisições. Mesmo nos casos em que seja necessário efetuar importações de equipamentos, somente aqueles projetos que não excedam em pagamentos anuais a importância de US\$ 30.000, quer se trate de modalidades à vista ou parcelada.

Em resumo, merecerão acolhida, por parte da SUDENE, todos os projetos agropecuários que sejam considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do Nordeste, excluídos aqueles cujos investimentos resultem num custo social elevado em relação aos benefícios que poderiam oferecer.

## VII. Esquema dos Recursos do III Plano Diretor

Os recursos previstos no III Plano Diretor para serem aplicados no Nordeste (1), durante o triênio de 1966/1968, montam a Cr\$ 3.864 bilhões, a preços de 1966, dos quais 85% correspondem ao esforço interno de poupanças. A parcela restante será provida por recursos de origem externa.

Dos Cr\$ 3.315 bilhões de origem nacional, cerca de 60% correspondem à participação do setor público, isto é, da União, estados e municípios, correspondendo à percentagem restante ao setor privado, o qual empregará, dos Cr\$ 1.380 bilhões, aproximadamente 70% em atividades industriais e 30% nos setores serviços e agricultura.

É importante distinguir que apenas Cr\$ 744.920 milhões, ou seja, 19% dos recursos totais referidos acima caberão à SUDENE e por ela serão administrados. Os demais recursos apenas receberão influência direta por parte da SUDENE.

Comentando sobre o assunto o III Plano Diretor afirma: “... o que se pretendeu assegurar foi seu caráter de órgão de planejamento e de coordenação, descentralizando ao máximo, em favor de estruturas técnicas e administrativas regionais e estaduais, as tarefas executivas e de aplicação dos recursos”.

## 1. Resumo da Distribuição Setorial dos Recursos da Sudene

A alocação de recursos constantes do III Plano canalizou para o setor agricultura e abastecimento a importância de Cr\$ 96 bilhões para o triênio, correspondendo tal cifra a 12,9% do volume total a ser aplicado em todos os setores. A distribuição anual programada consigna para o ano de 1966 a aplicação de Cr\$ 18 bilhões, para 1967, o montante de Cr\$ 32 bilhões e para o último ano do período, isto é, 1968, a importância de Cr\$ 46 bilhões. Percentualmente, a posição do setor agrícola não sofre substancial modificação, como pode aparentar o exame da evolução das importâncias absolutas. De fato, as aplicações na agricultura e abastecimento corresponderão em 1966, a 12,5 do total geral, passando no ano seguinte, para 12,8 e, em 1968, atingirão somente a 13,2. Comparativamente, porém, com o II Plano Diretor, foi um dos setores que sofreram maior incremento na sua posição relativa.

Além dos recursos enumerados acima, a serem aplicados diretamente na agricultura e abastecimento, devem ser acrescentados outros investimentos que, apesar de haverem sido classificados nos itens de recursos naturais e programas especiais, estão intimamente relacionados com a agricultura, como já foi comentado em outra parte deste documento, e que pode ser observado através da discriminação dos recursos por atividades, constante das tabelas seguintes.

O total de investimentos especificados para recursos naturais, no triênio, foi da ordem de Cr\$ 55 bilhões e, para programas especiais, Cr\$ 45 bilhões, isto é, 7,4% e 5,8%, respectivamente, dos recursos totais do Plano.

Este raciocínio nos leva à conclusão de que a agricultura será favorecida direta e indiretamente no III Plano Diretor com Cr\$ 194 bilhões, representando em termos relativos, 26% de todos os recursos constantes do programa de investimento da SUDENE.

## 2. Investimentos na Agricultura e Setores Correlatos

Consoante foi discutido no item anterior, consideraram-se como parte integrante do programa de investimentos do setor agrícola tanto os recursos subordinados à classificação de agricultura e abastecimento, como aqueles pertinentes aos recursos naturais e programas especiais. Por esse motivo, encontram-se, a seguir indicados, os referidos recursos, além dos destinados exclusivamente à agricultura.

### I – Agricultura e abastecimento

Programas	Desembolsos previstos (Cr\$ milhões)			
	Total	1966	1967	1968
Estudo sócioeconômico do setor primário	5.000	800	1.700	2.500
Pesquisa e experimentação agropecuária	5.400	1.300	1.600	2.500
Despesa para o fortalecimento do cooperativismo	13.300	2.100	4.200	7.000
Melhoria da comercialização e política de preços	32.800	5.800	11.000	16.000
Promoção agropecuária	39.500	8.000	13.500	18.000
Total geral	96.000	18.000	32.000	46.000

### II – Programas Especiais

Programas	Desembolsos previstos (Cr\$ milhões)			
	Total	1966	1967	1968
Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe	8.500	2.100	2.900	3.500
Irrigação do Submédio São Francisco	8.600	2.200	2.900	3.500
Colonização do Maranhão	10.300	2.100	3.200	5.000
Desenvolvimento da Pesca	15.600	3.600	6.000	6.000
Total geral	43.000	10.000	15.000	18.000

## III – Recursos Naturais

Programas	Desembolsos previstos (Cr\$ milhões)			
	Total	1966	1967	1968
Levantamentos cartográficos	9.600	2.100	3.100	4.400
Levantamento fotointerpelativo	1.500	300	500	700
Pesquisas recursos naturais	10.200	2.400	3.300	4.500
Pesquisas botânica econômica	1.700	300	600	800
Aproveitamento de águas subterrâneas	13.200	3.000	4.200	6.000
Pesquisas hidrológicas	5.000	1.100	1.700	2.200
Pesquisas meteorológicas	2.200	400	800	1.000
Pesquisas de solos	2.300	500	800	1.000
Estudo de aproveitamento de bacias fluviais	9.300	1.900	3.000	4.400
<b>Total geral</b>	<b>55.000</b>	<b>12.000</b>	<b>18.000</b>	<b>25.000</b>

## TERCEIRA PARTE: CONSIDERAÇÕES À MARGEM DO III PLANO DIRETOR DA SUDENE

Os presentes comentários não devem ser considerados como opiniões definitivas do autor. Seria estranho pretender fixar pontos de vista sobre um assunto como o do desenvolvimento agrícola do Nor-deste, referente ao qual ainda não foram realizados estudos abrangendo toda a dimensão do problema.

O que se pretende, com as idéias expostas a seguir, é levantar alguns pontos que comumente são negligenciados quando do exame das questões pertinentes ao planejamento da economia regional, especialmente, no que se relaciona com a agricultura.

### 1. Diagnóstico da Economia Agrícola do Nordeste

O esforço da SUDENE para cobrir as múltiplas frentes de trabalho, estabelecidas no III Plano Diretor, será bastante prejudicado em vista da falta de critérios de prioridade que identifiquem com certo rigor a ênfase a ser atribuída na execução de cada atividade. Poder-se-ia, além disso, levantar dúvidas sobre a exclusão de certos programas que forem preteridos por força da inexistência de um instrumento seletivo que os identificasse como importantes.

Procedimento dessa natureza, quando da elaboração do I Plano Diretor, seria perfeitamente compreensível, mas sua institucionalização nos demais planos corresponderia a uma demonstração da falta de progresso nos métodos e técnicas de planejamento.

Uma medida cônica e inteligente foi inegavelmente a inclusão no III Plano Diretor de um projeto de pesquisa denominado de Análise da Estrutura e Funcionamento do Setor Primário, cuja justificativa afirma a certa altura: “as pesquisas até agora realizadas, no âmbito da SUDENE, têm fornecido informações esparsas e assistemáticas, das quais resultam em diagnósticos carentes de rigor específico”.

O enfoque de programação setorial, preconizado no III Plano Diretor da SUDENE para a agricultura, carece também de um melhor exame. Segundo os métodos mais modernos de planejamento, o fomento agrícola não se pode fazer independentemente da programação geral. O processo de planejamento é irrealizável, em termos de resultados, a menos que se tenham em conta todos os aspectos de desenvolvimento, é o que afirmam os técnicos de todas as partes do mundo onde a planificação apresenta êxito. A programação agrícola somente poderia ser considerada isoladamente como uma primeira fase do planejamento, o que não é o caso da SUDENE, já executando o seu terceiro Plano Diretor.

Resta ainda considerar que o papel da programação agrícola, neste caso, é fazer com que o fomento da agricultura seja suficientemente reconhecido no plano geral e que se preveja e permita um adequado equilíbrio dinâmico com todos os demais setores. Para tanto, torna-se necessário estudar:

- a) As prováveis reações perante alterações previstas em outros setores da economia e do exterior.
- b) A demanda, presente e futura, de produtos alimentícios e matérias-primas agrícolas.
- c) Os hábitos de consumo e a influência na demanda de produtos agrícolas, em decorrência de uma mudança na renda ou nos níveis nutricionais.
- d) As medidas que poderiam ser adotadas para acelerar o crescimento da produção *per capita* do setor, quanto à oferta e necessidade de recursos e organização.

Enfim, a programação agrícola dificilmente resultará em benefícios adequados sem a consideração deste e de outros problemas conexos, cuja solução implica necessariamente um planejamento global.

## 2. Planejamento e Execução

A idéia de planejamento não deve ser considerada como algo separado da ação. Planejar e executar é um processo único, ambos constituindo partes integrantes de uma só responsabilidade.

A finalidade da SUDENE, conforme foi idealizada, deveria ser desenvolver o Nordeste e não apenas fazer planos, os quais podem existir sem que ocorra o desenvolvimento almejado. A SUDENE deve ser responsável não apenas pelos planos, mas pelos RESULTADOS. Fazer planos pode tornar-se apenas uma erudição estéril, caso não venha a se tornar realidade, como geralmente ocorre nas regiões subdesenvolvidas onde prevalece a inoperância e a falta de organização das entidades executivas.

O que se tem verificado no Nordeste e em outras regiões do mundo, onde se pretende fazer desenvolvimento econômico, é tentar transferir responsabilidades no que se relaciona com o mais difícil dos problemas, isto é, a execução. Por seu turno, as entidades executivas, sem estrutura e capacidade necessárias para a implementação de complexos projetos, em reverso, atribuem a falta de cumprimento das tarefas à inadequabilidade do planejamento.

Neste particular, aliás, vem-se atribuindo ultimamente um papel apenas limitado à SUDENE, qual seja, o de órgão de planejamento e coordenação, objetivando com tal orientação descentralizar ao máximo, em favor de estruturas técnicas e administrativas regionais e estaduais, as tarefas executivas e de aplicação de recursos.

Não obstante, a Lei 3.692, de 15 de novembro de 1959, que criou a SUDENE, destacou como uma das suas finalidades “executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor”.

A combinação adequada dessas responsabilidades é que deve ser a orientação mais recomendável, pois certos programas estarão destinados a um irreparável fracasso, caso sua execução seja delegada aos órgãos que possuem responsabilidade legal para implementá-lo.

### 3. Agricultura *versus* Indústria

Dentre as diversas maneiras de conceituar o desenvolvimento econômico seria possível considerá-lo como sendo um processo de constante aperfeiçoamento do sistema de aproveita-

mento dos recursos escassos para satisfazer, em maior escala, as crescentes e sempre renovadas necessidades humanas. Tal processo é identificado comumente através da elevação da renda *per capita*, a qual traz implícita referidas transformações.

A história econômica nos mostra que, para atingir esse resultado, é necessário acumular uma crescente quantidade de bens para fins produtivos. Para sua consecução se torna indispensável a realização de um trabalho cujo produto não seja consumido imediatamente, senão destinado a reduzir o esforço futuro na produção de bens, isto é, a formação de capital exige a obtenção de um “excedente” da produção sobre o consumo.

O problema vital para a conquista do desenvolvimento, portanto, é saber de qual setor se retirará esse “excedente”. No Nordeste, e em muitas outras regiões do mundo, tem sido o setor agrícola o provedor interno dos recursos para o desenvolvimento das demais atividades econômicas. Evidentemente, nas fases iniciais do desenvolvimento, quase toda a formação de capital procede da agricultura. É necessário, por isso, dedicar-lhe especial atenção e não sacrificá-la inutilmente, promovendo indústrias de todas as classes, algumas sem futuro nem base econômica alguma.

Não se sugere, de modo algum, o fomento agrícola às expensas da indústria. Na verdade, a industrialização possui relevante importância no desenvolvimento econômico geral e também como fator essencial para o próprio desenvolvimento agrícola.

A diretriz mais consentânea é a de um desenvolvimento equilibrado dos setores agrícola e industrial. A agricultura deve proporcionar alimentos e matérias-primas para os outros setores da economia, enquanto é a demanda dos demais setores que constitui o principal estímulo para o desenvolvimento agrícola. Naturalmente que o processo de industrialização exige não só um complexo de matérias-primas e fábricas mutuamente relacionadas, senão também um extenso sistema de fornecimento de energia elétrica, de transporte, de serviços comerciais, etc. Por outro lado, para estimular a vida rural tradicional do Nordeste, nenhum instrumento é mais poderoso que a extensão dessa infra-estrutura ao campo. Assim, os investimentos que se consagram a indústria e outros campos relacionados podem significar benefícios indiretos para a agricultura.

Outra missão preponderante da agricultura é fornecer mão-de-obra e matérias-primas à indústria e alimentos para a população, além de ser uma fonte de formação de capital e contribuir para a criação de divisas essenciais às importações de equipamentos e insumos para a indústria. Ademais, é necessário criar fontes de trabalho fora da agricultura, para que se aumente a demanda por produtos desse setor. Existe, também, outra poderosa razão para isso. Os demógrafos estão de acordo em que a taxa de natalidade e, portanto, o aumento da população, estão em proporção direta ao número de habitantes no quadro rural. Entre outros fatores, à medida que aumenta a renda da população e os níveis educacionais e de saúde, torna-se menor a taxa de natalidade, a qual tem sido a determinante da taxa de crescimento da população. Por conseguinte, a solução do problema denominado “explosão demográfica” tem suas raízes ligadas intimamente à solução do problema agrário.

Por fim, o desenvolvimento econômico é um processo no qual incidem inumeráveis fatores. Como entre estes são preponderantes, no Nordeste, a agricultura e a indústria, pode assegurar-se que o progresso de um setor depende do outro, razão por que não será adequado tentar resolver os problemas desses dois setores através de planejamento e medidas independentes.

#### 4. Aperfeiçoamento Tecnológico da Agricultura

Estudos realizados evidenciam que os principais centros urbanos da região sofrem uma relativa escassez de gêneros alimentícios para consumo de suas populações.

Tal fato teria feito com que os preços dos produtos básicos da alimentação humana se comportassem em crescente elevação, mesmo deduzindo os efeitos do processo inflacionário que se manifestou no período.

Resultados de pesquisas do BNB e SUDENE, ademais, revelam que mesmo nos centros urbanos mais importantes da Região (Fortaleza, São Luís, Campina Grande, Salvador e Recife), a população despende uma média de 45 a 70% de sua renda total com a aquisição de gêneros alimentícios, em que predomi-

nam a farinha, o arroz e o feijão, figurando a carne na dieta alimentar em pequena proporção, assim como outros produtos protéicos denominados de nobre.

Incrementos da produção agrícola do Nordeste, portanto, são necessários para aumentar os níveis de renda e de consumo da população rural e dos demais setores. Duas modalidades são sugeridas nos planos diretores da SUDENE para a concretização desse objetivo: aumentar a produção agrícola através do cultivo de terras adicionais, as quais, evidentemente são escassas no Nordeste e somente por meio de pesados investimentos podem tornar-se disponíveis, ou aumentar a produção por meio do acréscimo da produtividade por hectare das colheitas.

Quanto a este último aspecto, há um *background* muito desfavorável para a sua concretização, pois muito pouco se conhece sobre as formas exatas pelas quais a defeituosa agricultura do Nordeste. Em muitas regiões, nem sequer os cientistas estudaram ou descobriram o que os agricultores devem fazer para o aumento da produtividade, comparativamente com os recursos existentes. Noutros casos, métodos teóricos existem, porém pouquíssimos experimentos têm sido executados levando-se em conta as possibilidades dos pequenos agricultores em aplicar tais processos ou vantagens econômicas. De fato, poucos são os resultados científicos práticos, mesmo assim apenas existentes nas estações experimentais, capazes de serem utilizados com possibilidades de êxito pelo tipo de agricultor da região.

Consequentemente, devido à inexistência do referido suporte de trabalhos experimentais e práticos, um bom trabalho de extensão ainda não pode passar de uma fase muito tímida. Parte das responsabilidades por essa situação e a formação unilateral dos agrônomos em cuja formação os aspectos econômicos dos problemas agrícolas são muito negligenciados. Ademais, mesmo que recomendações alimentares fossem utilizadas para a promoção de um serviço de extensão, subsistiria ainda o problema de escassez de agrônomos para realizá-lo.



PARTE III  
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



## INTRODUÇÃO

*Administrar é prever, é planejar; é organizar, comandar, coordenar e controlar.*

HENRI FAYOL

Esta parte contém subsídios que orientavam as ações prioritárias e estratégicas da Universidade Federal do Ceará referentes ao período de 1991-95.

Convém ressaltar que a tarefa da Universidade de planejar e controlar o seu destino depende muito de como harmonizar os interesses dos três elementos da matriz institucional – professores, alunos e funcionários. De fato, é fundamental obter a conscientização e o engajamento da comunidade e dos dirigentes, pois os planos não se realizam sem tal cooperação. A formulação e execução de um plano estratégico oferecem, também, uma excelente oportunidade para a abertura de um fórum para o debate sobre as necessidades dos centros, departamentos e outras unidades do quadro organizacional da instituição.

As proposições gerais de objetivos, políticas e estratégias de ações para 1991-95 já foram definidas preliminarmente pela superior administração atual da UFC. Há necessidade, contudo, de mais discussão quanto à definição da missão da Universidade, bem como da conveniência de adaptar, reorientar ou fortalecer programas em execução. Nesse sentido, deve-se buscar descobrir e aproveitar oportunidades novas e, principalmente, resolver os problemas atuais existentes nas áreas acadêmicas e administrativas, e prevenir a eclosão de dificuldades futuras.

O termo “estratégico”, usado no presente trabalho, refere-se a uma metodologia de tomada de decisões e de administração utilizada para definir a direção que a Universidade deve seguir, diante dos recursos dispo-

níveis e da necessidade de adaptação da Instituição ao meio ambiente interno e externo.

Como explica Peter Druck: “O planejamento estratégico não pretende tomar decisões futuras, mas a futuridade das decisões.” Sua principal finalidade é servir de guia aos administradores para fazer acontecer sem perder de vista o conjunto.

O planejamento da ação da UFC, enfim, tem como objetivo melhorar o processo de decisão, cuidar das prioridades, coordenar e garantir os resultados esperados.

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UFC

*A gerência estratégica é a gestão do futuro, torna-se crucial no mundo de hoje, em que o futuro se aproxima velozmente do presente.*

PAULO ROBERTO MOTTA

A administração universitária deve ser considerada um instrumento para canalizar a diversidade cultural com vistas ao cumprimento da missão e objetivos da instituição. Para isso, os administradores precisam mobilizar as sinergias para fazer funcionar produtivamente o patrimônio cultural existente e assegurar o desenvolvimento institucional.

A nova concepção de administração universitária deve-se preocupar mais com a manifestação das aspirações, crenças e valores da cultura institucional. Deve-se buscar a qualidade do trabalho realizado e não, apenas resultados mensuráveis da força de trabalho, que tem sido o critério exclusivo no sistema administrativo burocrático convencional. De fato, a produtividade do professor, do pesquisador e do estudante é fundamentalmente uma questão de qualidade e não de quantidade.

O melhoramento da administração da UFC poderá ser obtido pela adoção do sistema de gestão estratégica em substituição à modalidade burocrática. Para tanto, há necessidade de promover a modernização organizacional da Instituição com o fito de obter uma administração descentralizada e mais democrática. Objetivamente, torna-se essencial o fortalecimento da autonomia dos centros, faculdades, departamentos e coordenações de cursos, com destinação de verbas de material de consumo específicas, serviços pessoais e serviços contratuais de terceiros, conforme critérios técnicos e planos operativos desses centros de custo.

Dentre outras ações complementares, seria vital a organização de mecanismos adequados de comunicações internas – convencionais e informatizadas – de modo a fazer com que as atividades da superior administração sejam conhecidas pela comunidade. Como parte desse sistema (SAU), deveria ser estabelecido um mecanismo de proteção contra o abuso da burocracia subsistente, de modo que professores, funcionários, estudantes e administradores da Universidade tenham a quem direcionar suas reclamações e obter solução para elas.

Enfim, deve-se reconhecer que muito foi realizado nos últimos anos, mas é necessário melhorar ainda mais a administração e gestão da UFC. Para isso, é preciso afastar todos os impedimentos burocráticos e realizar mudanças de conteúdo, de metodologia e de estilo de administração. Na verdade, uma universidade jovem que avança no seu crescimento e complexidade enfrenta inevitavelmente distorções que vão aparecendo ao longo da vida da instituição. Entretanto, nenhuma organização pode suportar, para sempre, a existência de tais problemas.

Essa problemática não exige necessariamente que mudanças só possam ser realizadas de modo radical. Reformas bem concebidas e adotadas gradativamente podem colocar a Universidade no seu caminho certo sem quebra da disciplina e de acordo com os propósitos fundamentais da instituição.

## ENSINO DE MELHOR QUALIDADE

*O ensino brasileiro é demasiado intelectual e deficiente no conteúdo de sentimento; as escolas estão saturadas de ciência e quase vazias de humanismo.*

J. G. DUQUE

As medidas para a melhoria da qualidade do ensino de graduação, certamente objetivo prioritário da UFC, devem estar direcionadas para a contínua avaliação do processo ensino-aprendizagem e adaptação dos currículos à realidade sociopolítica e econômica do Nordeste.

Um ponto de partida nesse processo deve ser a adoção de estímulos ao uso de novas metodologias para a melhoria do ensino, oferecendo ao professor meios para que ele possa aperfeiçoar seus instrumentos educacionais. A pulverização das matérias ou a multiplicidade de disciplinas precisam ser revistas. As coordenações de cursos deveriam ser grandemente fortalecidas através de maior poder decisório sobre os objetivos dos cursos e dos currículos. Além disso, é essencial a organização de estágios curriculares para os cursos onde tal prática é complemento pedagógico para a formação social do jovem. É urgente também a organização de um Centro de Comunicação e Produção de Audiovisual.

Outra medida que não pode deixar de ser examinada é a criação de cursos noturnos. A recente adoção de nova metodologia para o vestibular foi um passo importante para a melhoria da qualidade de ensino na UFC. Impõe-se também estudar a adoção do sistema seriado e a organização de novos cursos ou extinção de outros, bem como o estabelecimento de programas de “Universidade Aberta”, utilizando o rádio, a TV e o ensino direto.

No plano do ajustamento da educação superior à educação básica, convém ser criado um “Colégio Universitário” como laboratório para a Faculdade de Educação e oferta de oportunidade de boa educação para os filhos de funcionários carentes e estudantes oriundos de segmentos populacionais menos favorecidos da sociedade. Acreditamos que será viável obter apoio do MEC para esse projeto. No tocante ao estudo de experiências pedagógicas seria também conveniente a criação de uma “creche- modelo”.

Além das ações citadas, devem ser levadas em consideração pela UFC as prioridades indicadas pelo MEC para o ensino superior quanto ao melhor aproveitamento do contingente de professores dos cursos de pós-graduação na melhoria do ensino de graduação. O direcionamento da pesquisa e da extensão para realimentar a função ensino é outro desafio, além da busca pela melhoria das condições da infra-estrutura física, renovação e aquisição de novos equipamentos e apoio bibliográfico à atividade didático-científica.

Enfim, como lembra o prof. J.G. Duque, no seu livro sobre Perspectivas Nordestinas: “Tem-se um longo caminho a percorrer no aperfeiçoamento do homem na Universidade. A região tem progredido com o esforço dele e da cúpula dirigente; entretanto, o ritmo de desenvolvimento está bem distante do necessário para contenter as carências gerais da população.”

## PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

*Na pesquisa e na investigação não há lugar para a mesquinha. As descobertas e os inventos pagam-se sobejamente as despesas.*

J.G. DUQUE

Há duas categorias de pesquisa geralmente realizadas nas universidades.

A pesquisa básica, ou fundamental, que consiste no trabalho teórico ou experimental, sem ter como propósito uma aplicação específica. É a matéria-prima das demais fases.

Denomina-se prática a pesquisa que tem em vista determinar usos para a pesquisa básica em função de definir novos métodos, processos ou produtos específicos.

Convém registrar que tem sido propósito da UFC dispensar atenção à pesquisa fundamental como base ao esforço subsequente em ciência e tecnologia. É também preocupação especial da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação orientar as pesquisas da UFC no sentido de compatibilizar essas linhas de investigações com as necessidades do Nordeste e do Ceará. Nesse sentido, devem ser desenvolvidos esforços para mobilizar o corpo docente, apoiar grupos emergentes, oferecer bolsas de estudo de iniciação científica, auxiliar a participação de professores/pesquisadores em congressos, assim como oferecer prêmio anual do mérito científico.

Estudos realizados apontam várias distorções nos programas de pesquisas desenvolvidos nas universidades do País. São levantadas dúvidas sobre o postulado da integração pesquisa-ensino, bem como sobre a qualidade da maioria das investigações conduzidas por professores sem as qualificações para essas atividades. As

verdadeiras pesquisas, segundo tais estudos, estão sendo realizadas somente pelos docentes com nível de doutorado, principalmente ligados aos programas de pós-graduação. O professor Cláudio de Moura Castro, da USP, estima que 82% das pesquisas das universidades brasileiras estão sendo efetuadas por 15% dos professores com dedicação exclusiva. Outro aspecto para o qual o referido economista chama a atenção é o do alto custo da pesquisa nas universidades, especialmente naquelas de menor competência nesse setor.

Na verdade, o programa de pesquisas desenvolvido nas universidades tem sido motivo de muitas discussões nos últimos anos, especialmente no tocante ao dilema de como combinar treinamento profissional com pesquisa e a realidade econômico-social do País. Outras limitações ao desenvolvimento da pesquisa nas universidades apontadas são: a falta de incentivos funcionais ou financeiros para os que realizam pesquisas, múltiplas fontes de financiamento e difícil integração entre pesquisa, ensino de pós-graduação e ensino de graduação.

Com o novo projeto da UFC ANO 2000, este problema deverá ser analisado amplamente, oferecendo uma oportunidade para a Universidade Federal do Ceará posicionar-se quanto às suas atividades de pesquisa. Há necessidade, especialmente, do estabelecimento de um plano global de pesquisa para a UFC levando em conta a definição de programas integrados de trabalho em equipe e interdisciplinar, com destaque de prioridades no tocante a alguns problemas regionais.

A questão mais séria e urgente neste particular é definir claramente as tarefas e responsabilidades específicas da UFC no desenvolvimento, adaptação e aplicação de nova tecnologia em benefício da sociedade nordestina.

A criação dos institutos de pesquisa de assuntos especiais pode ser uma estratégia de grande sucesso

para reorientar e vitalizar os trabalhos dos pesquisadores da UFC e a formação de novos cientistas.

Para se obter êxito nesse sentido, impõe-se a organização de uma sistemática de acompanhamento dessas atividades por parte da UFC. Sem restringir a liberdade dos pesquisadores, torna-se também indispensável estabelecer um sistema de divulgação permanente junto à comunidade sobre o andamento e os resultados das pesquisas realizadas na UFC. É preciso quebrar o isolacionismo da UFC, estabelecendo um sistema de intercomunicação com outras universidades e institutos de pesquisas no País e no exterior.

Por outro lado, a pós-graduação deve receber especial atenção quanto à consolidação dos cursos existentes, criação de novos cursos de mestrado, especialização e, especialmente, de incentivos para a organização de cursos de doutorado em áreas de excelência da UFC. Quanto aos atuais cursos, deve-se procurar ampliar o número de teses defendidas e o engajamento do aluno nas pesquisas existentes.

Deve merecer particular atenção a pesquisa institucional, voltada à produção de conhecimentos necessários à melhoria dos processos de planejamento e de decisão da UFC. É necessário que os referidos estudos sejam realizados nos centros, departamentos e na Pró-Reitoria de Planejamento e podem ser tanto de caráter acadêmico como administrativo.

## PRIORIDADES PARA A EXTENSÃO

*A maior finalidade do saber é, quando o temos, transmiti-lo.*

CONFÚCIO

As atividades de extensão da UFC merecem receber substancial ênfase no sentido de levar à comunidade, por todos os meios, a sua produção científica, tecnológica e cultural. Deve-se reforçar, igualmente, a contribuição da extensão no sentido de captar as necessidades essenciais da sociedade. Atenção especial convém ser atribuída às ações junto às populações de baixa renda nos meios urbano e rural, objetivando a melhoria das condições socioeducativa e cultural das comunidades assistidas. Outra área de extrema relevância é a preservação e dinamização da cultura, em suas várias modalidades. Todas essas atividades devem ser assumidas mais ativamente pelos centros, faculdades e departamentos acadêmicos.

A programação e as novas políticas de extensão da UFC, contudo, devem ser submetidas à ampla discussão com a comunidade universitária e junto às associações culturais do Estado.

De qualquer modo, a definição dessas atividades deve contemplar a vocação regional da UFC e os objetivos fundamentais da cultura.

A título de sugestão para estudo, poderiam ser especificamente indicados os seguintes assuntos: a) elaborar programa de cursos, debates e reuniões com vistas a democratizar o acesso aos conhecimentos técnicos, científicos e culturais; b) realizar uma reestruturação administrativa na Imprensa Universitária e na Editora, bem como instituir um programa amplo de publicação de livros didáticos

de autores da UFC; c) adotar um programa de apoio à produção cultural da comunidade universitária – concursos literários, de artes plásticas, etc; d) sem comprometer a qualidade acadêmica e pedagógica, a UFC deve participar, como entidade crítica e orientadora, dos programas de desenvolvimento socioeconômico do Nordeste.

Os programas de extensão podem contribuir significativamente para que a Universidade cumpra o seu papel de formadora cultural e intelectual dos cidadãos e agente crítico da produção e difusão de conhecimentos. No caso de uma região subdesenvolvida como o Nordeste, especialmente, cabe à Universidade uma função social estratégica de liderança no delineamento dos rumos que a sociedade deve seguir.

Na verdade, as políticas e planos econômicos do Nordeste não têm sido verdadeiramente orientados para solucionar as necessidades da maior parte da população. A realização do progresso tem servido apenas para concentrar mais a riqueza entre poucos e marginalizar a maioria da população do bem-estar material, desenvolvimento cultural e uso pleno dos seus direitos humanos fundamentais.

## DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

*Quando a Universidade tem êxito, seus problemas aumentam em vez de diminuir.*

JAMES A. PEARKIN

O patrimônio mais valioso de que a Universidade Federal do Ceará dispõe é o seu próprio quadro de professores e funcionários técnico-administrativos. Deles dependem o êxito ou fracasso das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a eficiência da máquina administrativa. Os custos dos serviços prestados pela Universidade estão também dependentes desse fator. Cerca de 85 a 90% dos recursos do Tesouro Nacional transferidos para a UFC são destinados ao pagamento do seu quadro de pessoal.

Reconhecendo tal fato, a UFC vem dedicando especial atenção ao estudo e delineamento de políticas de desenvolvimento organizacional e de pessoal. Com este intuito, deve ser preparado, com ampla participação da comunidade universitária, um Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o período de 1991-95. Os objetivos e metas principais constantes desse programa devem merecer todo o apoio da nova administração da UFC para sua efetiva execução.

Concretamente, o referido plano poderia abranger prioritariamente três programas: a) formação e desenvolvimento de pessoal; b) administração de pessoal, com ênfase nos benefícios, adaptação e valorização funcional; c) programa de apoio técnico-administrativo, compreendendo apoio pedagógico ao ensino de graduação; d) programa de formação de mestres e doutores no país e no exterior.

Em síntese, deve-se buscar, por todos os meios, oferecer condições de incentivo e adaptação funcionais para a elevação dos níveis de motivação e compatibilização dos servidores às suas respectivas funções.

## PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

*Não se pode favorecer a fraternidade humana alentando a luta de classes.*

ABRAHAM LINCOLN

Numa região subdesenvolvida, há necessidade de apoio aos estudantes carentes quanto à alimentação, assistência à saúde, bolsas de estudo e outras modalidades de ajuda que sejam identificadas como condição para oferecer a tranqüilidade indispensável para o estudo e seu desenvolvimento pessoal. As ações, neste particular, dependerão, naturalmente, das disponibilidades de recursos financeiros consignados no orçamento da UFC.

Certamente que o passo essencial para garantir tal política é assegurar maior participação responsável dos estudantes nas discussões dos problemas da vida da Universidade. Para isso, precisam ser desenvolvidas ações com a finalidade de afirmação da Universidade como comunidade não somente de professores, mas também de estudantes, de modo a justificar a alocação, de modo prioritário, de recursos para esse segmento.

Deve ser também ampliado o apoio ao desporto universitário. Para tanto, é indispensável a recuperação total do ginásio esportivo, quadras e parque aquático do Pici, bem como a melhoria da quadra de esportes do Benfica. Do mesmo modo, ampliar e apoiar as equipes esportivas da Universidade na realização de eventos e promoções esportivas na Universidade e em intercâmbio com a comunidade.

Por fim, parece oportuno estimular a criação da associação de ex-alunos para manter-se um vínculo com os egressos e receber deles colaboração no sentido de aperfeiçoar a qualidade do ensino pelo aproveitamento das experiências desses profissionais.

## DESENVOLVIMENTO DA INFORMÁTICA NA UFC

*Dêem-me uma alavanca, e moverei o mundo.*

ARQUIMEDES

A área informática da Universidade Federal do Ceará tem-se desenvolvido rapidamente nos últimos anos, tanto quantitativamente como qualitativamente.

O novo Plano da UFC ANO 2000 deve atribuir grande prioridade à informática, tanto para uso acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), como administrativo, coleta e armazenamento de informações indispensáveis para subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação das áreas acadêmicas e administrativas.

Há necessidade de melhoramento da qualidade de pessoal técnico de processamento de dados, administrativo, e docentes em computação e usuário do sistema, bem como o desenvolvimento de cursos de iniciação científica em computação e metodologia educacional nesse campo.

Pode-se dizer que, no momento, a capacidade de processamento de dados do NPD, para fins científicos, encontra-se esgotada. Assim, é urgente e indispensável para a modernidade da UFC a aquisição de um novo computador de porte adequado e a instalação de uma nova rede de "estações de trabalho" para atender a tais necessidades.

O grande desafio para a atual administração da UFC será, entretanto, a introdução do uso do microcomputador nas áreas de ensino de graduação. Estima-se que uma adequada automação dos principais cursos onde este instrumento é essencial para um ensino moderno, compatível com as exigências do novo século, exigirá recursos no montante de aproximadamente US\$ 700 mil. O sistema de computação científico tem custo estimado de 1,5 milhão de dólares.

SÍNTESE DO PLANO INSTITUCIONAL  
DA UFC : 1984-1987



## O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO CEARÁ

*Planejamento é a definição de um futuro desejado e de meios eficazes de alcançá-lo.*

RUSSEL C. ACKOFF

O Ceará contava, em 1980, com 5,3 milhões de habitantes, dos quais 52% no grupo de idades de menos de 20 anos. Dos 1,7 milhões de pessoas ocupadas, 48% eram analfabetas ou contavam com menos de um ano de estudo, apenas 1,8% possuíam o 2º grau completo e 7% o 1º grau, e 2,9% o nível superior. A população economicamente ativa dependia na proporção de 45% das atividades agrícolas, 18% de empregos industriais e 37% dos serviços. Existiam no Estado 38% de pessoas desocupadas e subempregadas nas atividades agrícolas.

A renda “per capita” do Ceará era de US\$ 540, representando 27% da brasileira e 74% do Nordeste. Entre 1971-81 o produto interno bruto do Ceará cresceu 5,5% ao ano, a despeito das dificuldades econômicas do País. Este desempenho, todavia, foi marcado por acentuadas oscilações decorrentes de fatores climáticos.

A produção agrícola do Ceará é realizada em 2,5 milhões de ha e a geração de divisas oriundas desse setor montou a US\$ 200 milhões, em 1981. Esse setor é caracterizado por condições de atraso, baixo nível tecnológico, estrutura fundiária defeituosa e grande vulnerabilidade às secas periódicas. A economia de subsistência compreende 45% do valor da produção dos principais gêneros alimentícios.

O setor industrial contribuía com 25% da formação do produto total do Estado e empregava 18% da população economicamente ativa, cerca de 300 mil pessoas.

A economia do Ceará, em suma. É subdesenvolvida, caracterizada por baixos padrões educacionais, de saúde, forte concentração da renda, nível tecnológico da agricultura tradicional e expressivo contingente de pobreza absoluta, com tensões sociais nos centros urbanos e zonas rurais.

## PROGRAMA DE AÇÕES PRIORITÁRIAS DO REITOR ANCHIETA ESMERALDO BARRETO – 1984-87

Uma política de educação universitária abrange muitos aspectos da ciência e do ensino que é difícil de resumir em poucas palavras. De qualquer modo, pode-se ter uma idéia das principais ações que estão sendo executadas pela UFC no período de 1984-87, conforme discriminado a seguir.

### **Atividades Meios:**

- a) modernização administrativa da UFC, com vistas a racionalização dos procedimentos administrativos, melhoria do desempenho e diminuição dos custos operacionais;
- b) implementação do sistema de planejamento global e permanente;
- c) reestruturação organizacional da universidade nas áreas administrativas e acadêmicas.

### **Atividades Fins:**

- a) melhorar os padrões de qualidade do ensino de graduação e pós-graduação;
- b) contribuir para a superação de alguns problemas regionais, através da preparação de professores para o ensino do 1º e 2º graus e de nível universitário;
- c) oferecer ao mercado de trabalho profissionais com formação adequada às necessidades dos vários setores econômicos;
- d) realizar pesquisas que possibilitem resposta aos problemas mais presentes da região (habitação, saúde, agropecuária, alimentação, indústrias alternativas, etc.), além de trabalhos de natureza acadêmica fundamentais para a geração de conhecimentos para superar as necessidades do ensino;
- e) promover, através da extensão, ações comunitárias integradas, cursos, serviço de assistência às populações, ação cultural universitária;

- f) prestar assistência médico-hospitalar à população indígena residente na periferia de Fortaleza.

**Instrumentos para Cumprimento das Metas:**

- a) construção de 27.729m<sup>2</sup> de prédios, laboratórios, salas de aulas, salas de professores, clínicas e oficinas, espaços para apoio a serviços gerais, reforma e adaptação de 17.040m<sup>2</sup> dos edifícios existentes e ampliação de 200m<sup>2</sup>, que serão financiados com recursos do convênio MEC/BID-III;
- b) construção do novo prédio do Hospital das Clínicas, com financiamento do F.A.S..
- c) complementação das obras de infra-estrutura física, aquisição e instalação de equipamentos para laboratórios e centros de experimentação; equipamentos para a Biblioteca Central e outras unidades acadêmicas e administrativas; financiadas com recursos do convênio MEC/BID-III, FAZ e orçamento próprio da UFC;
- d) desenvolvimento de 9 projetos da área de ciências da saúde, administração de recursos humanos e suporte institucional e administração geral, que receberão assistência técnica de consultores nacionais, através do convênio MEC/BID-III;
- e) ampliação do número de docentes para 1.800 e dos discentes para 18 mil; integração de todos os projetos de extensão da área rural e maior desenvolvimento da ação na periferia urbana, também financiadas com recursos do convênio UFC/BID-PR/EXT;
- f) treinamento de 20 docentes em doutorado; 40 em mestrado (no país e no exterior) e realização de 20 cursos de especialização e 45 treinamentos para o pessoal técnico administrativo, a serem financiados com recursos dos Convênios MEC-BID-III, UFC/CAPES-PICD e recursos do orçamento próprio da UFC;
- g) essas metas serão consolidadas anualmente no plano operativo, instrumento final de planejamento integrado que está se desenvolvendo na UFC, através da Pró-Reitoria de Planejamento.

## ALGUMAS ATIVIDADES DA UFC

Criada pela Lei n.º 2.373, de 16 de dezembro de 1954, a Universidade Federal do Ceará é constituída na forma de autarquia educacional de regime especial é vinculada ao Ministério de Educação. Tem por objetivo preservar, elaborar, desenvolver e transmitir o saber em suas várias formas de conhecimento puro e aplicado, cumprindo-lhe, basicamente, promover atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UFC contava, em 1982, com 1.454 docentes, dos quais 42% com qualificação de doutorado e mestrado e 9% em nível de especialização. O quadro de pessoal técnico-administrativo era constituído de 2.482 servidores, 13% dos quais com nível superior, 47% com o 2º grau e o restante com o 1º grau. O ensino de graduação é ministrado em 34 cursos nas modalidades bacharelado, licenciatura plena e curta e formação de tecnólogos. Existem na UFC 17 cursos de mestrado, com 558 alunos matriculados no 2º semestre. Em 1982, funcionaram 13 cursos de especialização, além de 43 cursos eventuais. Funcionam, ainda, na UFC, 6 núcleos de pesquisas e a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, entidade de direito privado, com objetivo de promover e subsidiar, com recursos obtidos junto a agências financiadoras, programas de pesquisa e prestação de serviços técnicos.

Foram graduados pela UFC, no período de 1979-82, 6.301 profissionais em 34 áreas, dos quais 70% desses egressos permaneceram na região Nordeste. Em 1982, efetivaram matrículas no 2º semestre 15.130 alunos, dos quais 1.870 colaram grau. Os cursos de especialização e mestrado (17 cursos) têm sido oferecidos em respostas às solicitações da comunidade, com participação de professores e técnicos dos Estados do Norte e Nordeste.

Os cursos de línguas receberam 14.788 alunos no período 1979-1983, provenientes das escolas de 1º e 2º graus. Os 43 cursos de extensão são oferecidos pela UFC, em 1982, beneficiaram 1.992 alunos.

A UFC desenvolvia, em 1982, 272 projetos de pesquisa, das quais 209 com financiamento próprio e 63 em convênio com outras instituições, com o envolvimento de 533 docentes pesquisadores. Das pesquisas em realização, 37% eram na área de ciências, 16% estudos sociais aplicados, 14% em ciências agrárias, 14% em ciências da saúde e o restante em humanidades, tecnologia e no laboratório de ciências do mar. No campo da extensão, foram realizadas 131 cursos no período 1979-82, com a participação de 6.316 alunos. O CRUTAC-CE beneficiou anualmente 30.000 pessoas diretamente e 150.000 indiretamente. As atividades de extensão também se concretizaram através dos projetos Pacatuba, Campus Avançado do Xapurí, Pro-Docente Rural, Programa Universitário de Ação nas Periferias Urbanas, além do teatro universitário, o cinema de arte, o coral, o fórum universitário, a rádio universitária e outras modalidades de extensão. O programa de atenção primária à saúde, tendo por base a maternidade Escola Assis Chateaubriand, atende aproximadamente 400.000 pessoas em áreas rurais e urbanas. O centro de Ciências da Saúde desenvolve dois programas de atuação junto à comunidade: Ambulatório Integrado (assistência à infância) e serviços de odontologia preventiva e social.

A UFC complementa suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com apoio a administração direta e indireta do governo estadual e de instituições regionais, através do suprimento de conhecimentos; participação dos docentes como administradores e assessores, valendo destacar que, em 1982, estavam nessas funções, no Ceará, 20 docentes da UFC.



**ESTRUTURA DA METODOLOGIA  
DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UFC:  
1992-1995**



## FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO E DO PLANEJAMENTO

*A questão indicada agora não é como fazer as coisas de modo certo, mas como encontrar as coisas certas que devem ser feitas e nelas concentrar os recursos e esforços.*

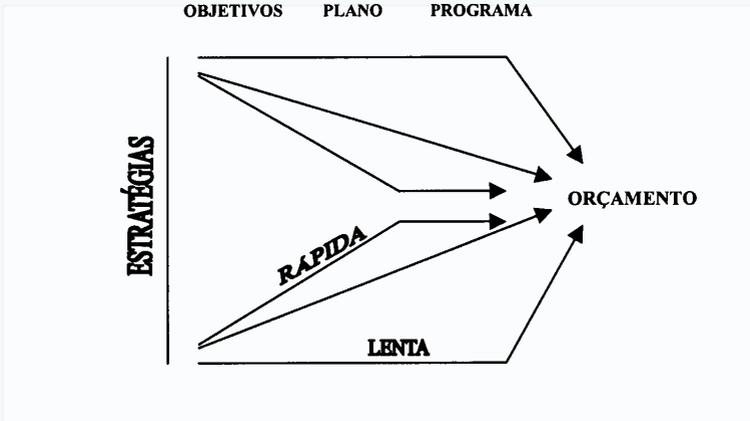
PETER DRUCKER

1. A mais fundamental das funções da administração é o planejamento, pois ele é a arte de administrar e governar.
2. Planejar é decidir antecipadamente o que fazer, como fazer, quando fazer e quem irá fazer. É eliminar o hiato entre onde estamos e onde queremos ir. É determinar conscientemente os cursos de ação.
3. O processo de planejamento compreende a seleção dos objetivos da organização e dos meios de atingi-los.
4. Não é possível analisar e controlar resultados sem planos, pois não se saberia determinar a direção que deveria ser seguida.

### Sistema de planejamento para realizar um objetivo potencial



### Vinculação entre plano e orçamento



FONTE: Stanford Research Institute Harvard Business School

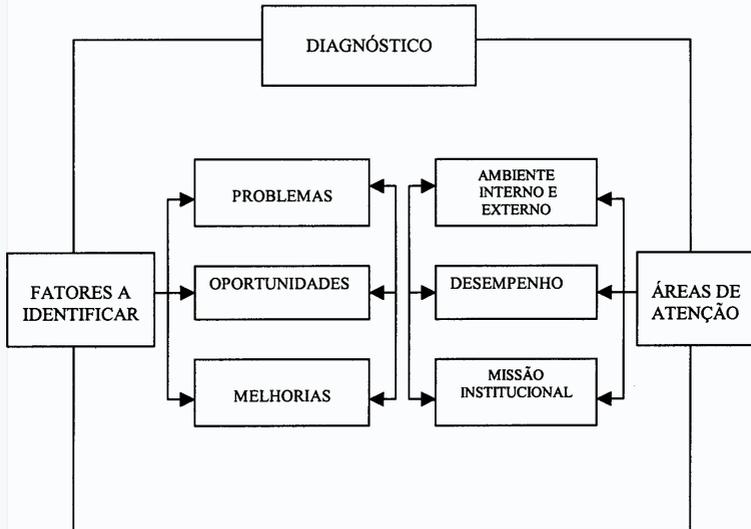
### Níveis de detalhamento do planejamento estratégico

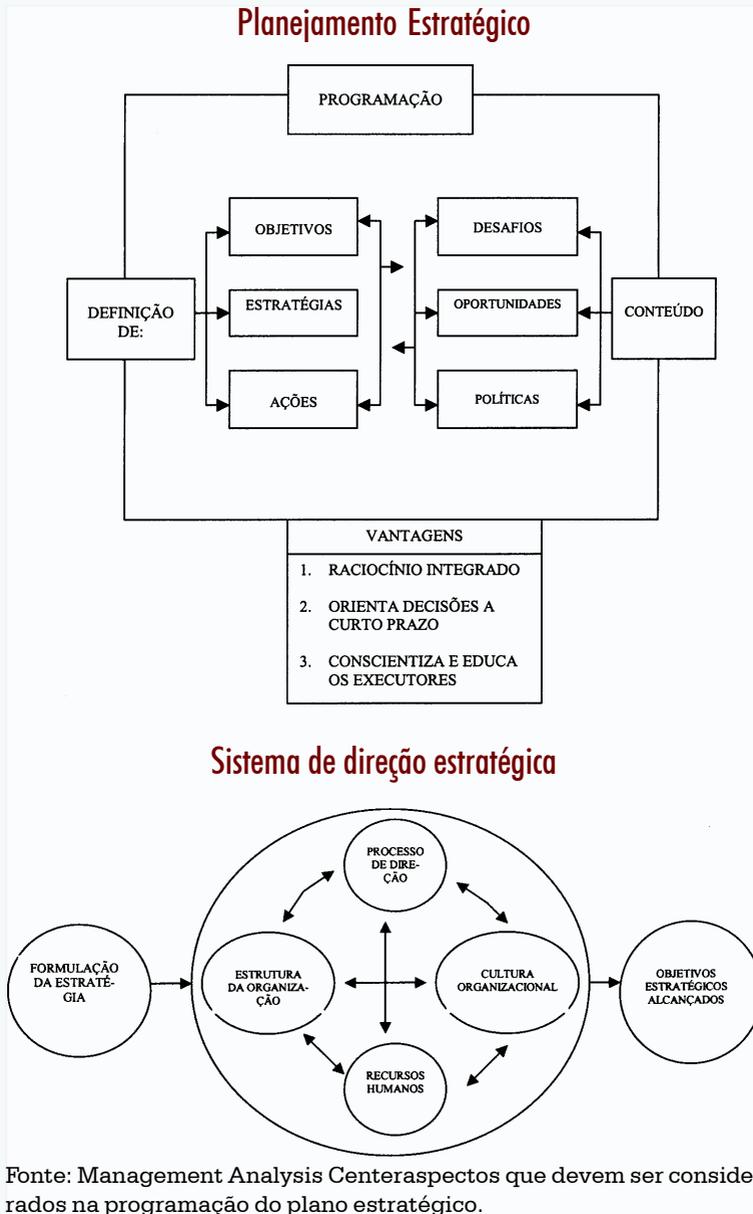


**Matriz de planejamento por cenário**

		FUTUROS CENÁRIOS				
		F1	F2	F3	F4	Fn
ESTRATÉGIAS	E1	1992				
	E2		1993			
	E3			1994		
	E4				1995	
	En					
						2000

**Planejamento Estratégico**





## ASPECTOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA PROGRAMAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

1. Definição da missão da instituição. Todas as organizações são construídas sobre valores e pressupostos.
2. Bom planejamento necessita de sincero comprometimento por parte da superior administração.
3. Ampla participação de todas as partes da comunidade para que na fase de execução todos possam colaborar com mais entusiasmo.
4. O planejamento bem sucedido necessita de pessoal bem treinado. “O plano tem pouco valor se a organização a que se destina não é capaz de executá-lo.”
5. O planejamento necessita de informações verdadeiras.
6. O planejamento é um processo contínuo: planejamento, acompanhamento, avaliação e atualização.
7. “É melhor produzir um plano viável que não é ótimo do que um plano ótimo que não é viável.”

### Estrutura da administração estratégica

